



DESTAQUES

Ações e programas do Governo Federal

MAI/JUN 2009

DESTAQUES

Ações e programas do Governo Federal

MAI/JUN 2009



Caderno Destaques, ano II, nº 2, mai/jun de 2009.

Publicação da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

Versão eletrônica disponível nos sítios **www.brasil.gov.br** e **www.presidencia.gov.br**.

Publicação de cunho informativo e de prestação de serviço. Seu conteúdo não pode ser alterado.

Presidência da República. Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução de informações contidas nesta publicação, desde que citada a fonte.

As informações aqui divulgadas, sem menção à fonte, são obtidas diretamente de ministérios e instituições da Administração Federal. Informações de origem diversa são veiculadas mediante citação da fonte.

Divulgado em 20 de maio de 2009.

Contato: **destaques.secom@planalto.gov.br**

Próximas edições – 2009

15 de julho – 16 de setembro – 18 de novembro

Catálogo na fonte Biblioteca da Presidência da República

B736

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social.

Destaques: ações e programas do Governo Federal / Secretaria de Comunicação Social – Brasília, 2009.

79 p.

Inclui índice remissivo.

1. Programa do Governo Federal. 2. Política I. Título.

APRESENTAÇÃO



O início da produção de petróleo da reserva Pré-sal (pág. 7), o andamento do Programa Minha Casa, Minha Vida (pág. 24), a reunião de cúpula do G-20, em Londres (pág. 53), e a apresentação da candidatura do Brasil às Olimpíadas 2016 para o Comitê Olímpico Internacional (pág. 21) são temas que compuseram a agenda governamental no último bimestre.

Na seção Atualidades desta edição, o leitor encontrará outros temas que também estiveram na ordem do dia: a nova Lei de Acesso às Informações (pág. 49) – que amplia a transparência dos órgãos públicos; as medidas para apoiar as finanças de estados e municípios e enfrentar os efeitos da crise internacional (págs. 58 e 59) e as ações de prevenção contra a gripe *Influenza A (N1H1)* (pág. 54).

Como sempre, todas as informações estão atualizadas (a data de atualização consta na nota de rodapé) e aspectos diferentes de cada programa foram aprofundados.

Nunca é demais lembrar que as informações são de uso público, desde que citada a fonte, críticas e sugestões são muito bem-vindas e podem ser enviadas ao endereço eletrônico do caderno Destaques.

Boa leitura!

Equipe do Destaques
destaques.secom@planalto.gov.br

MENSAGEM AOS LEITORES

O caderno Destaques oferece ao leitor informações relevantes e atualizadas das ações e dos programas do Governo Federal.

A cada número, além de balanços das grandes áreas de atuação, aborda também temas setoriais selecionados, que são apresentados em pormenores. Dessa forma, conjuga visão geral e detalhada dos grandes temas da agenda nacional.

No rodapé de cada página é indicada a data de atualização das informações.

Estrutura do caderno

- **Parte I** – Brasil Hoje: traz um retrato atualizado de cinco dimensões estratégicas da atuação do governo – social, econômica, política externa, energia e democracia.
- **Parte II** – Programas e Temas Setoriais: trata das políticas públicas em andamento. A cada edição, textos abordam um tema de relevância de cada programa, bem como sua conceituação e seus principais resultados atualizados – fundamentos, objetivos e estratégias de implementação.
- **Parte III** – Atualidades: enfoca os mais recentes temas conjunturais, ações e intervenções do governo.
- **Parte IV** – Biblioteca de Artigos, Discursos e Pesquisas: composto de sínteses de pesquisas sobre a realidade brasileira, pronunciamentos selecionados do presidente da República e artigos.
- **Siglas** – Lista de siglas e abreviaturas utilizadas.

Internet

- **Versão eletrônica em português:** www.presidencia.gov.br ou www.brasil.gov.br.
- **Retrato Econômico: informações constantemente atualizadas.**
- Programas ou ações do Governo Federal anunciados após a publicação da edição impressa.
- Relação de Conselhos e Conferências Nacionais criados, recriados e consolidados desde 2003 e as conferências realizadas no período.
- Glossário de termos técnicos.
- Índice Remissivo: relação completa de temas que fizeram parte do caderno desde a primeira edição (mar/08).
- **Versão eletrônica em inglês** disponível em: www.presidencia.gov.br/ingles.

Equipe do Destaques
destaques.secom@planalto.gov.br

SUMÁRIO

1 – Brasil Hoje

Retrato Social.....	2
Retrato Econômico.....	4
Energia	6
Política Externa	8
Democracia.....	9

2 – Programas e Temas Setoriais

Agricultura e Pecuária	13
Amazônia Sustentável.....	14
Bolsa Família	15
Ciência, Tecnologia e Inovação.....	16
Criança e Adolescente	17
Cultura	18
Desenvolvimento Produtivo – PDP	19
Documentação Civil Básica.....	20
Esporte	21
Educação – PDE	22
Habitação	24
Juventude – Projovem	25
Mais Alimentos.....	26
Meio Ambiente.....	27
Mulheres	28
PAC – Crescimento Acelerado.....	29
Pesca e Aquicultura.....	30
Pesquisa Agropecuária	31
Pessoas com Deficiência.....	32
Povos Indígenas	33
Previdência Social.....	34
Quilombolas	35
Reforma Agrária	36
Segurança Pública – Pronasci	37
Saúde Indígena – Funasa.....	38
Saúde	39
Territórios da Cidadania	40
Turismo.....	41

3 – Atualidades

O Brasil e a Crise Financeira	44
Crédito	45
Emprego.....	46
Emprego Público Federal.....	47
Brasil Digital.....	48
Acesso a Informações Públicas	49
Diversidade e Cidadania.....	50
Exportações	51
Fome Zero	52
G-20 Financeiro	53
Gripe Influenza A (H1N1).....	54
Justiça para Todos.....	55
Plano de Sociobiodiversidade	56
Prevenção ao Uso de Drogas.....	57
Relação com Estados.....	58
Relação com Municípios.....	59

4 – Biblioteca: Artigos, Discursos e Pesquisas

Estímulo à Produção	62
---------------------------	----

Siglas	68
---------------------	----

Versão eletrônica:



www.presidencia.gov.br ou **www.brasil.gov.br**

Para receber DESTAQUES por correio eletrônico, mande uma mensagem para:
destaques.secom@planalto.gov.br com a palavra "incluir" no campo assunto.

Trechos de discursos do Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Cerimônia de entrega do crachá do trabalhador número 30 mil do Complexo Siderúrgico da ThyssenKrupp CSA. Rio de Janeiro (RJ), 30abr/09

“Fizemos a lição de casa. Preparamos o País e, hoje, quando a crise vem, em vez de a gente evitar investimentos, estamos investindo mais de R\$ 600 bilhões em obras públicas: estradas, ferrovias, pontes, urbanização de favelas, saneamento básico. O desejo é que quando [a crise] terminar... o Brasil esteja muito mais preparado do que estava quando a crise começou... É por isso que nós tomamos uma decisão no G-20 [de] trabalhar para que os bancos estejam subordinados à produção e não à especulação. Que contribuam com investimentos para gerar empregos e não apenas vendendo papel e especulando.”

Solenidade em que recebeu a Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Distrito Federal e dos Territórios. Brasília (DF), 4mai/09

“O dia 1º de maio de 2009 é o começo de uma nova era para nosso País. Nós conquistamos uma outra independência, energética, na área do petróleo – porque já temos na área do etanol, estamos construindo na área do gás e na área do biodiesel. Portanto, o Brasil, se continuar trabalhando com muita seriedade, fazendo as pesquisas que precisam ser feitas, poderá, nos próximos dez a 15 anos, se transformar na mais importante potência energética de todo o mundo. Temos as condições que nenhum outro país tem, temos a natureza do nosso lado, temos um território extraordinário, temos o sol que precisamos ter e temos o conhecimento tecnológico e científico.”

RETRATO SOCIAL

Menos pobres, mais empregos formais e menor desigualdade

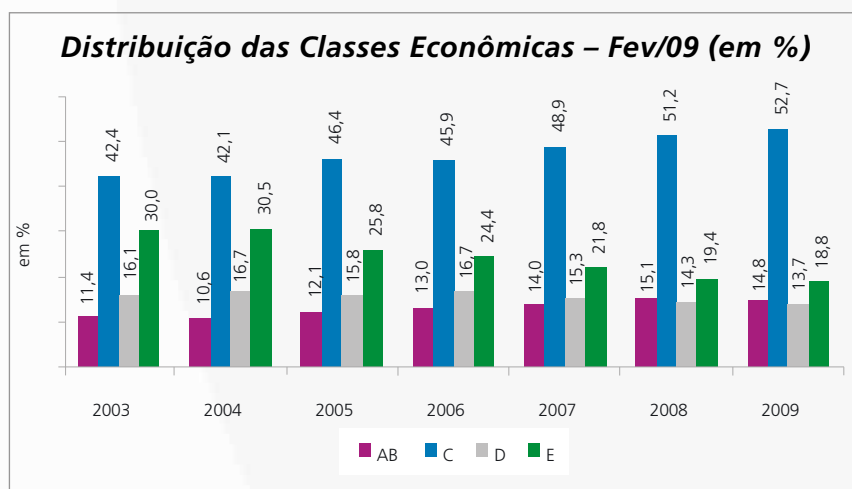
As políticas públicas de combate à pobreza e de geração de emprego e renda apresentam resultados concretos e positivos. Os indicadores sociais confirmam que diminuiu o número de pobres, reduziu-se a desigualdade entre os brasileiros e houve queda no número de desocupados. Além disso, aumentou a formalização do trabalho e a mobilidade social. Brasileiros resistem melhor à crise.

Redução da pobreza, da desigualdade e da fome

- Pobreza (pessoas com renda mensal *per capita* inferior a meio salário mínimo): de 43,5% da população (2002) para 30,3% (2007).
- Pobreza extrema (pessoas com renda mensal *per capita* inferior a um quarto do salário mínimo): de 20,5% da população para 11,5%, no mesmo período.
- Desigualdade de renda domiciliar¹: de 0,553, em 2002, para 0,520², em 2007 (-6%).
- Desnutrição (menores de cinco anos abaixo do peso): de 12,5% (2003) para 4,8% (2008)³.

Crescimento da formalização do emprego, da renda e da mobilidade social

- Número de trabalhadores formalizados cresceu de 49%, em 2003, para 53,4%, em 2008⁴.
- Rendimento médio real habitual das pessoas ocupadas aumentou 11,3% entre 2003 e 2008⁴.
- Renda cresceu em todos os segmentos, sendo que a dos 10% mais pobres aumentou 22,2%, e a dos 10% mais ricos 0,3%, entre 2002-2007.
- Crescimento da renda das mulheres mais intenso que o dos homens e redução da diferença da renda entre brancos e negros.
- Salário mínimo com reajuste nominal de 133% e aumento real de 65%, acima da inflação medida pelo INPC/IBGE (jan/03-abr/09)⁵.
- Estudo da FGV⁶ confirma a expansão da classe média. Classe C corresponde a 52,7% da população das seis maiores regiões metropolitanas e cresceu 24% entre fev/03 e fev/09.
- Resultados consolidam formação de amplo e dinâmico mercado interno de consumo.



Democratização e melhoria da qualidade da educação

- Analfabetismo (maiores de 15 anos) caiu de 11,8% (2002) para 9,9% (2007).
- 82% dos jovens de 15 a 17 anos na escola (2007).
- Acesso à universidade: número de estudantes ampliado em 1,3 milhão (2003-2007).

Melhoria da qualidade de vida

- Mortalidade infantil: de 24,3 por mil nascidos vivos (2002) para 19,3 (2007).
- Esperança de vida: de 70,4 anos (2000) para 72,7 (2007).

1. Medida pelo Coeficiente de Gini, em que a desigualdade varia de 0 (igualdade absoluta) a 1 (desigualdade absoluta).

2. Errata: Nas edições anteriores, foi informado erroneamente o valor de 0,528 em 2007 para o Coeficiente de Gini.

3. Fonte: Ministério da Saúde.

4. Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego/IBGE.

5. Fonte: Ipeadata.

6. FGV – *Crônica da Crise: Ressaca e Resiliência Recentes*, publicado em 8abr/09.

RETRATO SOCIAL – COMPARATIVO

Comparativo 2002 e 2007 de indicadores sociais selecionados da PNAD¹

Indicador	2002	2007	Variação (%)
Abastecimento de água (% domicílios)	82,0	84,3	+3
Esgotamento sanitário (% domicílios)	46,5	52,0	+12
Lixo coletado (% domicílios)	84,8	88,4	+4
Iluminação elétrica (% domicílios)	96,7	98,5	+2
Telefone (% domicílios)	61,7	77,7	+26
Máquina de lavar roupa (% domicílios)	34,0	40,0	+18
Televisor (% domicílios)	90,0	94,8	+5
Microcomputador (% domicílios)	14,2	27,0	+90
Microcomputador com acesso a internet (% domicílios)	10,3	20,4	+98
Taxa de fecundidade (filhos nascidos vivos por mulher)	2,26	1,95	-14
Taxa de escolarização – pessoas de 7 a 14 anos (% população)	96,9	97,7	+1
Taxa de analfabetismo – maiores de 15 anos (% população)	11,8	9,9	-16
Número médio de anos de estudo – pessoas de 10 anos ou mais (% população)	6,3	7,0	+11
Taxa de desocupação (% população)	9,2	8,2	-11
Contribuintes da Previdência Social (% população ocupada)	45,0	51,1	+14
Trabalho infantil (% pessoas ocupadas na população de 5 a 17 anos)	12,6	10,6	-16
Rendimento médio real dos trabalhadores (R\$)	899	960	+7

1. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Dados de 2007 estão harmonizados com 2002 (exclui Região Norte rural) para permitir comparação. Obs.: Os dados referentes ao ano de 2008 serão divulgados pelo IBGE em set/09.

RETRATO ECONÔMICO

Brasil resiste à crise: crédito em expansão e reservas elevadas

Concessão de crédito continua em expansão, com novo recorde em março. Os sólidos fundamentos da economia brasileira contribuem para amortecer os efeitos da crise internacional. Os setores da indústria que apresentam queda na produção são beneficiados por medidas de estímulo adotadas pelo Governo Federal (ver pág. 44).

Produção, investimento e exportações

- PIB: R\$ 2.889,7 bilhões em 2008. Aumentou 5,1% em relação a 2007. Na comparação 4º tri/08 – 3º tri/08, queda de 3,6%. PIB *per capita*: +4% em 2008.
- Produção industrial: +3,1% em 2008. Mar/09: aumento de 0,7% frente a fev/09 e queda de 10% na comparação com mar/08.
- Recordes na produção de veículos (3,22 milhões) e nas vendas (2,82 milhões) em 2008. Abr/09: 254,7 mil produzidos (-15,8% frente a abr/08) e 234,4 mil vendidos (-10,3% frente a abr/08).
- Safra agrícola: 145,8 milhões de toneladas em 2008. Recorde histórico¹.
- Investimento (FBCF²): R\$ 548,8 bilhões em 2008. Cresceu 13,8%. Maior taxa de crescimento anual desde o início da série em 1996.
- Taxa de Investimento (FBCF/PIB): 19% do PIB em 2008. Maior taxa desde o início da série em 2000.
- Investimentos estrangeiros diretos: US\$ 45,1 bilhões em 2008 (+30% em relação a 2007). Recorde histórico. Mar/09: US\$ 1,4 bilhão (US\$ 41,6 bilhões nos últimos 12 meses).
- Investimentos diretos de brasileiros no exterior: US\$ 20,5 bilhões em 2008 (+193% em relação a 2007). Mar/09: US\$ 290 milhões (US\$ 15,6 bilhões nos últimos 12 meses).
- Exportações: US\$ 197,9 bilhões acumulados em 2008. Recorde histórico. Abr/09: US\$ 12,3 bilhões (US\$ 43,5 bilhões acumulados em 2009).

Políticas monetária e fiscal mantêm a inflação sob controle

- IPCA: 5,9% em 2008 (4,46% em 2007). Abr/09: 0,48% (5,53% nos últimos 12 meses).
- Superávit primário: 4,06% do PIB em 2008 (3,92% em 2007). Mar/09: 3,29% do PIB acumulado em 12 meses.

Grau de investimento e elevado nível de reservas

- País obteve classificação de grau de investimento por cinco agências de risco³.
- Reservas internacionais: US\$ 201,9 bilhões (29abr/09).
- Pela primeira vez, Brasil é credor externo líquido.

Crescimento do consumo interno

- Consumo das famílias: R\$ 1.753,4 bilhão em 2008. Aumentou 5,4% em relação a 2007. Quinto ano consecutivo de crescimento.
- Emprego: 13,3 milhões de ocupações criadas⁴, sendo 10,4 milhões formais (jan/03-abr/09)⁵.
- Mercado de crédito continua em expansão: volume de crédito do sistema financeiro atingiu valor recorde de R\$ 1.241,1 bilhão (mar/09) ou 42,5% do PIB.

1. Fonte: IBGE.

2. Formação Bruta de Capital Fixo.

3. Concederam grau de investimento (*investment grade*) a títulos emitidos pelo Brasil as seguintes agências de risco: JCR (13jun/07), R&I (22abr/08), Standard & Poor's (30abr/08), DBRS (28mai/08) e Fitch Ratings (29mai/08).

4. Estimativa a partir de dados da PNAD (2003-2007) e do Caged (2008-2009).

5. Segundo os dados da Rais (2003-2007) e do Caged (2008-2009).

RETRATO ECONÔMICO – COMPARATIVO

Comparativo 2003 e 2009 de indicadores econômicos selecionados

Indicador	jan/03	mar/09	Variação (%)
PIB – Produto Interno Bruto (R\$ bilhões de 2008)	2.269,4 ¹	2.889,7 ²	+27
Balanço de pagamentos (saldo mensal – US\$ milhões)	713	940	+32
Balança comercial (saldo mensal – US\$ milhões)	1.155	3.712 ³	+221
Superávit primário (% do PIB acumulado em 12 meses)	3,71	3,29	-11
Reservas internacionais (US\$ milhões)	37.652	201.941 ³	+436
Investimento estrangeiro direto (acumulado em 12 meses – US\$ milhões)	16.020	41.601	+160
Investimento brasileiro no exterior (acumulado em 12 meses – US\$ milhões)	2.654	15.611	+488
Risco-Brasil (pontos-base)	1.439	355 ³	-75
Juros Selic⁴ (% a.a.)	25,00	10,25 ³	-59
Crédito total (% do PIB)	21,8	42,5	+95
Dólar comercial (R\$)	3,44	2,21 ³	-36
Inflação IPCA⁵ (% a.m.)	2,25	0,48 ³	-79
Cesta básica (R\$)	207 ⁶	204	-1
Emprego (milhões de postos formais)	28,7	39,1	+36
Taxa de desocupação regiões metropolitanas (%)	11,2	9,0	-20
Salário mínimo real⁷ (R\$)	281	465 ³	+65
Produção industrial (Índice de Base Fixa: 2002 = 100)	92,22	110,78	+20
Safra de grãos (milhões ton/ano)	97,7 ⁹	145,8 ¹⁰	+49
Vendas do comércio (Índice de Base Fixa: 2003 = 100)	93,38	131,18 ⁸	+40

1. PIB 2002.

2. PIB 2008.

3. Abr/09.

4. Sistema Especial de Liquidação e Custódia – Taxa do Banco Central.

5. Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IBGE.

6. Valor médio da cesta básica do Dieese corrigido pelo IPCA a preços de abr/09.

7. Deflacionou-se o salário mínimo nominal pelo INPC do IBGE. Base: abr/09. Fonte: Ipeadata.

8. Fev/09.

9. Safra 2002.

10. Safra 2008.

ENERGIA

Energia garantida para o crescimento do País

O Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE 2008-2017)¹, lançado em 6fev/09, aponta que os recursos previstos para investimento garantem ao Brasil a oferta necessária para o crescimento econômico.

Petróleo

- Petróleo: aumento da produção de 1,85 milhão de barris por dia (bpd) em 2008 para mais de 3 milhões de bpd em 2017, mantendo a autossuficiência atingida em 2007.
- Derivados de petróleo: aumento da capacidade de produção para 2,375 milhões de bpd a partir de 2013, com a construção da Refinaria Abreu e Lima e do Comperj² (ambos inseridos no PAC).

Etanol

- Atendimento ao aumento da demanda por etanol em 150%, nos próximos dez anos: de 25,5 bilhões para 63,9 bilhões de litros.
- Ampliação das exportações, consolidando-se como maior exportador mundial: previsão de 8,3 bilhões de litros exportados em 2017, contra 5 bilhões em 2008.

Biodiesel

- Atendimento pleno aos percentuais obrigatórios de mistura de 3%, 4% e 5% (B3, B4 e B5). O Brasil já possui, em 2009, capacidade industrial para atendimento do B5.
- B4: Conselho Nacional de Política Energética – CNPE determinou, em mai/09, a ampliação do percentual mínimo obrigatório de adição de biodiesel de 3% para 4% a partir de 1ºjul/09.

Energia elétrica

- Adição de cerca de 54.000 MW de capacidade instalada até 2017 (16.000 MW já contratados, 38.000 MW a contratar). Apenas 900 MW (2,5%) de termelétricas a combustíveis fósseis (ver pág. 29).
- Parque de geração de energia elétrica com aproximadamente 155.000 MW de potência instalada em 2017, 80% dos quais de fontes renováveis.
- Adição de 36.387 km de linhas de transmissão e 71.357 MVA³ de transformação.
- Panorama atual da capacidade de geração e transmissão:
 - Geração: a capacidade atingiu, em 30abr/09, 111.787 MW. Desde 2003, foram acrescentados 21.820 MW, sendo 10.601 MW provenientes de hidrelétricas.
 - Transmissão: total de 92.119 km de linhas de transmissão (LT), em abr/09. De jan/03 a mar/09, foram construídos 18.346 km: maior integração dos subsistemas elétricos, capacidade de transferência entre as regiões, aproveitamento da diversidade hidrológica do País e suprimento de eletricidade com qualidade e confiabilidade.
 - Energia Eólica: 33 usinas em operação com capacidade total de 414,5 MW; sete usinas em construção (339,5 MW); e 50 usinas outorgadas (2.388,2 MW).
 - Luz para Todos: 9,9 milhões de pessoas atendidas com 1,97 milhão de ligações (abr/09).

Energia limpa e renovável

O País tem matriz energética assentada em fontes limpas e renováveis: 45,3% contra 12,7% da matriz mundial. A hidroeletricidade e a energia proveniente de produtos da cana-de-açúcar são os grandes destaques (30,5% na matriz). Desde o início do Plano Nacional de Etanol em 1975, o País evitou a emissão de cerca de 650 milhões de toneladas de CO² na atmosfera, quase o dobro das emissões totais de 2008, oriundas do uso de energia. **Mais informações: www.mme.gov.br.**

1. O estudo de planejamento deve ser objeto de revisões anuais. Os desdobramentos da crise econômica internacional ainda não puderam ser totalmente identificados.

2. Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.

3. MVA é uma unidade de medida de intensidade de corrente elétrica.

ENERGIA

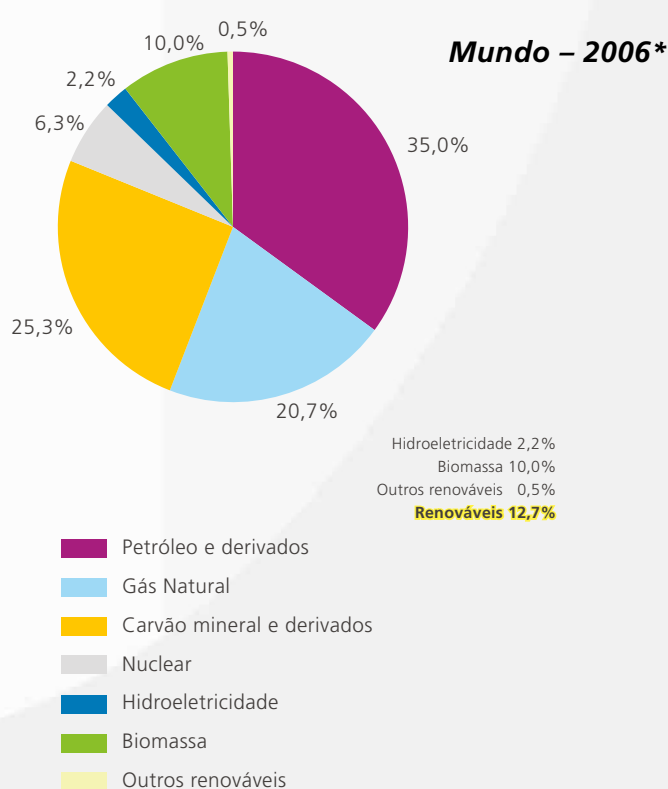
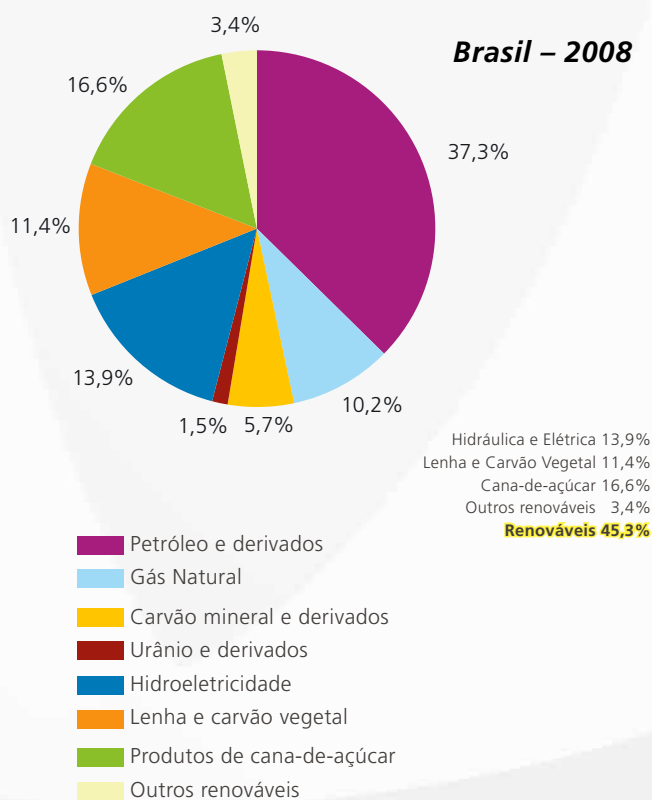
Tem início produção da reserva Pré-sal

Primeira extração de petróleo em Tupi – Polo Pré-sal da Bacia de Santos – é marco na exploração em águas ultraprofundas e distantes da costa. Investimentos da Petrobras no Pré-sal serão de US\$ 29 bilhões no período 2009-2013.

Pré-sal

- Teste de Longa Duração de Tupi – TLD de Tupi: iniciado em 1º mai/09, identificará características de produtividade do óleo. Duração prevista de 15 meses.
 - Extração feita de dois poços ligados ao navio-plataforma São Vicente, com capacidade máxima de produção de 30 mil barris/dia.
 - TLD subsidiará Sistema Piloto de Produção de Tupi, previsto para dez/10, com meta de 100 mil barris/dia.
- Características da reserva Pré-Sal
 - Estende-se do litoral do ES até SC, nas bacias do Espírito Santo, Campos e Santos. Possui mais de 800 km de extensão e 200 km de largura.
 - Cinco a seis mil metros de profundidade (incluída uma camada de sal que chega a dois mil metros de espessura).
 - Volume estimado: de 11,5 a 15,5 bilhões de barris (entre cinco e oito bilhões apenas em Tupi). Se confirmado, significará aumento de 80% a 100% nas atuais reservas brasileiras.
- O empreendimento Exploração no Pré-sal – inserido no PAC – consiste em perfurar poços para comprovar oportunidades exploratórias na camada do pré-sal da Bacia de Santos, em RJ e SP.

Matriz Energética



Fonte: Resenha Energética Brasileira, exercício de 2008 (preliminar). MME, mar/09.

* último dado disponível.

POLÍTICA EXTERNA

V Cúpula das Américas debate redução das desigualdades

O Brasil participou da V Cúpula das Américas¹. Foram tratados temas como prosperidade humana, segurança energética, sustentabilidade ambiental e governabilidade democrática. Como pano de fundo, a busca de modelo de desenvolvimento sustentável, em favor da redução das assimetrias e desigualdades. Primeiro evento com a presença do presidente dos Estados Unidos, inaugurando diálogo de mudança na região.

Conferência de Revisão de Durban e os direitos humanos

- Brasil participou da Conferência de Revisão de Durban, em Genebra (20-24abr/09), considerada exitosa no combate ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e às intolerâncias correlatas.
- Texto aprovado assegura espaço para que países aprofundem políticas públicas antidiscriminação, entre elas: a busca de igualdade de gênero, iniciativas relacionadas à orientação sexual e respeito às diferentes religiões.

Crise Financeira Internacional

- Participação na Cúpula do G-20, em Londres (2abr/09): discutida nova arquitetura financeira internacional e, entre outros, a criação de um fundo de socorro à economia mundial e empréstimo ao FMI (ver pág. 53). Veja documento final em inglês: www.g20.org/Documents/final-communicue.pdf.

América do Sul

- Chile: Brasil participou da Cúpula da Governança Progressista (27-28mar/09), onde foram discutidas propostas para reversão da crise financeira internacional.
- “Semana da Argentina”, em SP (20mar/09): seminários, mesas redondas e rodadas de negócios para incrementar o comércio e formar parcerias, para atuar em outros mercados de forma conjunta.
- Visita de trabalho do presidente da República à Argentina (22-23abr/09): avaliado o amplo espectro da relação bilateral e o estado de implementação do Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral Brasil - Argentina.

África e Ásia

- África: governo brasileiro realiza política ativa no continente africano, por meio de inúmeras visitas presidenciais e projetos de cooperação nas áreas de comércio, investimento, técnica, energia, educação e cultura.
- Ásia: relações são ampliadas com a missão brasileira a Pequim (18-20mai/09), visando à parceria estratégica com a China, e a primeira visita de um chanceler norte-coreano ao Brasil (11mai/09).

Oriente Médio

- O presidente da República participou da II Cúpula América do Sul - Países Árabes (ASPA), com chefes de Estado e Governo (Doha, Catar, 31mar-1ºabr/09).
- Visitas do presidente fortalecem laços com Arábia Saudita (16-17mai/09) e Turquia (21-23mai/09).

Europa

- Chanceler brasileiro tratou das relações entre Brasil e União Européia (23mar/09), com ênfase na implementação do Plano de Ação da Parceria Estratégica, e visitou a Grécia (3abr/09).

Por uma nova ordem econômica internacional, mais justa e democrática

A política externa brasileira defende uma nova geografia mundial, não excludente e multipolar, orientada pela busca da paz, da solução negociada de conflitos internacionais e pela defesa dos interesses nacionais. O Brasil valoriza as organizações multilaterais, em especial as Nações Unidas, e atua pela construção de nova ordem econômica internacional, mais justa e democrática. **Mais informações: www.mre.gov.br.**

1. Port-of-Spain, Trinidad e Tobago, 17-19abr/09.

DEMOCRACIA

Mais respeito, maior acesso

A agilidade no atendimento dos serviços públicos amplia o tempo que o cidadão dispõe para si e sua família. O atendimento universal de qualidade ao cidadão, com reconhecimento de direitos, mais respeito e agilidade aos serviços públicos é prioridade do Governo Federal. Diversas iniciativas para melhorar seus instrumentos de gestão promovem o resgate social, contribuem para a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros e reduzem as travas ao crescimento do País. Seguem exemplos:

SAC¹ garante direitos e reduz tempo de atendimento

- Desde dez/08, o cidadão que quiser informações, tirar dúvidas, reclamar, suspender ou cancelar contratos e serviços tem à disposição um serviço de atendimento gratuito, 24h, sete dias por semana, e com acessibilidade a pessoas com deficiência. O tempo máximo para contato direto com o atendente deve ser de 60 segundos, dependendo da instituição².

INSS mais rápido

- Graças ao serviço de agendamento por telefone – Central 135 – introduzido em jun/06, o tempo médio de espera nas agências caiu de 1h47 para 51 min; o de concessão de benefícios para aposentadorias, de 64 para 47 dias; e o de pensões, de 28 para 18 dias (2006 a 2008).
- Desde jan/09, o salário-maternidade, auxílio reclusão e as aposentadorias urbanas³ são concedidas em até 30 minutos, sem necessidade de apresentação de documentos que comprovem o pagamento das contribuições.

Inclusão bancária

- Caixa Fácil, criada em abr/02, possibilita que pessoas de baixa renda movimentem sua conta corrente sem tarifas de manutenção⁴. Até 30abr/09, foram abertas 9,1 milhões de contas.
- A partir de 2003, os agricultores familiares cadastrados no Pronaf passaram a receber o crédito por meio de cartão bancário emitido pelo Banco do Brasil. De 2003 a mar/09, foram realizados 9,4 milhões de contratos do Pronaf, totalizando mais de R\$ 43 bilhões.

Inclusão de pessoas com deficiência

- Adoção obrigatória de Libras no currículo de cursos de formação de professores das instituições federais de ensino básico garantiu o acesso de alunos com deficiência auditiva.
- Lei do cão-guia: assegurado o direito a pessoas com deficiência visual de transitar em locais públicos ou privados de uso coletivo com o auxílio de cães-guia.
- Transporte coletivo urbano de passageiros tem de atender a especificações técnicas para acessibilidade.

Um País de todos

O diálogo do governo com a sociedade civil, os demais poderes da República e os entes federativos consolida a democracia brasileira. Em sintonia com os princípios constitucionais, assegura o exercício dos direitos sociais, individuais, humanos e de tolerância, assim como da liberdade, segurança, do bem-estar, desenvolvimento, da igualdade e da justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos. Ver também págs. 48 e 55. **Mais informações:** www.brasil.gov.br; www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br .

1. Serviço de atendimento telefônico das prestadoras de serviços regulados pelo poder público federal. Regulamentado pelo Decreto 6.523/08.

2. Serviços financeiros: 45 segundos como regra geral; energia elétrica: 60 segundos.

3. Por idade, por tempo de contribuição.

4. Para contas com movimentação financeira até R\$ 1.000,00.

Fique atualizado. Consulte também:
www.brasil.gov.br/noticias/em_questao

2

PROGRAMAS E TEMAS SETORIAIS

Versão eletrônica:



www.presidencia.gov.br ou **www.brasil.gov.br**

Para receber DESTAQUES por correio eletrônico, mande uma mensagem para:
destaques.secom@planalto.gov.br com a palavra "incluir" no campo assunto.

AGRICULTURA E PECUÁRIA

Mais recursos para a safra 2009/2010

O governo decidiu, em abr/09, prorrogar até jun/10 o prazo de ampliação dos percentuais de depósitos à vista (de 25% para 30%) e da poupança rural (de 65% para 70%) destinados ao financiamento rural. A medida foi adotada em set/08 para garantir mais liquidez ao setor. Com a prorrogação, serão R\$ 9 bilhões adicionais para o crédito destinado à safra 2009/2010.

Crédito para suinocultura

- Linha Especial de Crédito (LEC)¹ foi disponibilizada para suinocultura em mai/09. Produtores rurais, cooperativas, beneficiadores e agroindústrias que beneficiem ou industrializem a carne suína podem participar da operação. A base de cálculo do financiamento é de R\$ 1,80 por kg de suíno vivo. O prazo máximo para contratação é set/09.

Apoio ao setor de açúcar e álcool

- Programa de financiamento de estocagem de etanol para safra 2009/2010, anunciado em mar/09, teve início em mai/09, com recursos de R\$ 1,3 bilhão provenientes do BNDES.
- O governo utiliza este instrumento para evitar oscilações de preços do etanol combustível. Outro R\$ 1 bilhão foi disponibilizado pelo Banco do Brasil com a mesma finalidade.

Café: novos preços mínimos

- O governo estabeleceu, no final de abr/09, novos preços mínimos para o café, para garantir o custo variável do produtor.
- O preço mínimo para o café arábica² tipo 6 foi reajustado em 23,6%, passando de R\$ 211,75 para R\$ 261,69 (saca de 60 kg). Já o preço do café robusta³ tipo 7 aumentou 25,8%, passando de R\$ 124,4 para R\$ 156,57 (saca de 60 kg).

Exportações do agronegócio

- Acumulado de 12 meses (mai/08-abr/09) foi de US\$ 70,2 bilhões, valor 14% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior (mai/07-abr/08).
- Abr/09: as exportações atingiram US\$ 5,5 bilhões, valor 4,7% inferior em relação a abr/08. Essa queda em dólar das exportações no mês foi compensada pela valorização do real. Houve aumento de 24,4% em moeda nacional (abr/08-abr/09), totalizando R\$ 12 bilhões.

Retomada de financiamentos para o setor

- Em mai/09, instituições financeiras – bancos privados e *tradings*, tradicionais financiadores da agricultura brasileira – começaram a retomar os financiamentos para o setor agrícola. Todas as medidas de liberação de crédito adicional tiveram o objetivo de garantir mais liquidez para os produtores agropecuários diante dos efeitos da crise financeira internacional, que trouxe retração de crédito (ver pág. 45).

Conab estima que a safra 2008/2009 pode ser a 2ª maior da história

O último levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), divulgado em mai/09, aponta que a safra 2008/2009 deverá atingir 136,59 milhões de toneladas: 5,2% abaixo do recorde observado na safra 2007/2008 de 144,1 milhões de toneladas. O primeiro levantamento para a safra de cana 2009 estima que o volume a ser processado pelo setor sucroalcooleiro deverá atingir entre 622 e 633,7 milhões de toneladas, valor entre 8,6% e 10,7% superior ao registrado na safra passada.

Mais informações: www.conab.gov.br.

1. Modalidade voltada para estocagem do produto por até 180 dias, que possibilita o financiamento, mesmo se o preço mínimo estiver defasado. É ativada ou desativada conforme a necessidade do setor em dada conjuntura.

2. Tipo de café cultivado em altas altitudes.

3. Tipo de café cultivado em terrenos baixos.

AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL

Regularização fundiária na Amazônia Legal

O Plano Amazônia Sustentável (PAS) tem como um dos eixos prioritários a regularização fundiária. Estima-se que apenas 4% da área da Amazônia Legal esteja regularizada (IBGE). A maior parte das ocupações estão em terras públicas. A regularização possibilita o reconhecimento da posse das famílias residentes, com emissão de título definitivo, segurança jurídica e implementação eficaz de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico, social e de combate ao desmatamento na região.

Medidas para garantir a regularização fundiária (MP 458/09 e decretos¹)

- Governo simplifica regras e procedimentos do processo de regularização urbana e rural e organiza uma colaboração federativa entre a União e os estados da Amazônia Legal.
- A expectativa é reduzir o desmatamento com o combate à grilagem e com a possibilidade de responsabilização ambiental dos proprietários das terras.
- Serão concedidos títulos de domínio por dez anos para cerca de 290 mil posseiros, que terão até 20 anos para pagar o valor da terra, e regularizados 432 municípios que estão em áreas federais.
- Pessoas que antes de dez/04 já moravam em imóveis de até quatro módulos fiscais², ficarão com a terra gratuitamente ou mediante valor simbólico.

Estímulo ao extrativismo

- Zonas de Desenvolvimento Sustentável (ZDES) nas Reservas Extrativistas (Resexs) para beneficiamento dos produtos extrativistas e constituição de cadeias produtivas com maior emprego de tecnologia: proposta em elaboração.
- Participação ativa de 50 lideranças extrativistas e autoridades estaduais, municipais e federais: oficinas (mai/09) para avaliar a questão fundiária das Resexs e das Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) federais.

Logística e intensificação da produção regional – projetos em andamento

- Fortalecimento da aviação regional³: incentivos econômicos e fiscais para a recuperação da malha aérea. Instituído (8mar/09) Grupo de Trabalho Interministerial (GTI)⁴ para definir ações.
- Estradas vicinais⁵: projeto em elaboração prevê o fechamento de estradas irregulares e improvisadas – geralmente abertas para extração de madeira ilegal.
- Mais de 80 municípios e a sociedade civil organizada debateram a construção das BRs 163, 158, e 230 em Sinop (MT) e em Itaituba (PA), em mar/09.

Ações para elevar o nível de vida da população da Amazônia Legal

Com objetivo de elevar o nível de vida da população de todo o País, especialmente da Amazônia Legal (AC, AP, AM, MA, MT, PA, RO, RR e TO), o PAS está estruturado em seis eixos⁶. As ações visam valorizar o patrimônio natural e aportar investimentos em tecnologia e infraestrutura para viabilizar atividades econômicas dinâmicas e inovadoras, compatíveis com o uso sustentável de recursos naturais e com a preservação de biomas. **Mais informações: www.sae.gov.br/sds.**

1. Decretos de regulamentação urbana (6.829) e rural (6.830), de 27mar/09.

2. Unidade de medida expressa em hectares, que serve de parâmetro para classificação do imóvel rural quanto ao tamanho.

3. Cenário atual: 13 aeroportos na Região da Amazônia Legal fechados em razão da redução do número de voos na última década.

4. Composto por representantes da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), do Ministério da Defesa e da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE).

5. Pequenas estradas, pavimentadas ou não, que ligam povoados próximos.

6. Regularização fundiária; Políticas públicas de combate ao desmatamento; Reorganização da agricultura e pecuária de cerrado; Alternativas econômicas para os pequenos agricultores e extrativistas na zona de transição entre floresta e cerrado; Rede de polos industriais; Logística e capacitação, ciência e educação.

BOLSA FAMÍLIA

Programa é ampliado e inclui 300 mil famílias

300 mil novas famílias foram incluídas em mai/09. O valor da renda que determina a entrada da família no Programa – critério que define a condição de pobreza – foi alterado de R\$ 120 para R\$ 137, e de extrema pobreza, de R\$ 60 para R\$ 69. Para fazer parte do Bolsa Família, é preciso estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Até o fim do ano, a previsão é de incluir 1,3 milhão de novas famílias.

Revisão cadastral

- Iniciada em fev/09, destina-se a atualizar os dados de beneficiários do Programa com mais de dois anos sem nenhuma alteração no cadastro (atualmente, cerca de 2,9 milhões).
- Os municípios devem elaborar agenda de trabalho para atualizar os dados dos beneficiários até 31ago/09. A partir de setembro, os benefícios dos cadastros que não forem atualizados serão bloqueados. Se não houver a regularização, a partir de jan/10, o pagamento desses beneficiários será cancelado.
- As famílias já começaram a receber o aviso para atualizar os dados no extrato de saque do benefício de abril. Os municípios têm acesso à lista completa atualizada – mensalmente – no sítio www.mds.gov.br/bolsafamilia.

Municípios recebem recursos para gestão do Programa

- R\$ 19,8 milhões repassados em abr/09. O volume de recursos é calculado pelo Índice de Gestão Descentralizada (IGD)¹, instrumento que monitora a qualidade de gestão do Bolsa Família no município.
- O índice leva em consideração: o cumprimento da frequência escolar e da agenda da saúde, a atualização cadastral e o cadastro válido. Além das exigências mínimas, em uma escala que varia de zero a um, as prefeituras precisam ter assinado o Termo de Adesão ao Bolsa Família e estar habilitadas ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Gestão das condicionalidades

- O acompanhamento da frequência escolar no período de fev-mar/09 abrangeu 85% dos 14 milhões de beneficiários de 6 a 15 anos de idade e 78% do total de 1,9 milhão de adolescentes, com 16 e 17 anos. Esse foi o maior registro desde 2006, quando o Sistema de Frequência do Ministério da Educação foi implementado. O primeiro registro, de out-nov/06, foi de 62,8%.

Investimentos no bolso do cidadão

- A ampliação dos valores da renda *per capita* familiar para a entrada no Programa Bolsa Família representará um acréscimo de R\$ 300 milhões em 2009. Ao todo serão investidos R\$ 12,1 bilhões no ano.

Transferência de renda, segurança alimentar e cidadania

O Bolsa Família, criado em out/03, é um programa de transferência de renda condicionada que concede benefícios financeiros às famílias pobres e extremamente pobres do País. O recebimento dos benefícios é vinculado ao cumprimento de compromissos assumidos nas áreas de educação, saúde e assistência social. O programa também promove a segurança alimentar e nutricional, a conquista da cidadania e o desenvolvimento das potencialidades da parcela mais vulnerável da população. **Mais informações:** www.mds.gov.br/bolsafamilia.

1. O IGD é um número indicador que varia de 0 a 1 e mostra a qualidade da gestão do Programa Bolsa Família (PBF) no âmbito municipal. Com base nesse indicador, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) repassa recursos aos municípios para a gestão do Programa.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Microeletrônica: País investe no maior setor industrial de tecnologias avançadas

Brasil inaugura em jun/09 o centro de desenvolvimento de pesquisa do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S/A (Ceitec). A estatal possui duas unidades já em funcionamento. Líder no setor de semicondutores da América Latina, desenvolve circuitos integrados e introduz o País em um segmento que responde por 12% do PIB mundial. O Centro já especializou 45 engenheiros em projetos de circuitos integrados e acaba de entregar ao mercado 15 mil chips para automação industrial. Investidos R\$ 310 milhões, entre instalações e aporte de capital. Mais informações: www.ceitecmicrosistemas.org.br.

Cresce número de empresas que investem em pesquisa e inovação

- Em 2007, 320 empresas utilizaram-se dos benefícios da Lei do Bem (11.196/2005). Aumento de 147% ante 2006. Foram investidos R\$ 4,8 bilhões em áreas como mecânica e transportes (79 empresas), eletroeletrônica (44) e metalurgia (44).

Estruturadas redes de serviços tecnológicos

- Com recursos de R\$160 milhões do FNDCT¹, o Sistema Brasileiro de Tecnologia (Sibratec) apoiou a estruturação de 18 redes temáticas para o desenvolvimento tecnológico das empresas nacionais.
- Selecionados, mediante chamada pública, 282 laboratórios de 54 instituições e 527 participantes.

Rede de Biodiversidade da Amazônia (Bionorte): perspectiva de desenvolvimento para região

- Lançada em abr/09, com recursos de R\$ 6 milhões do FNDCT, articula instituições focadas na temática. Prevê, ainda, R\$ 8 milhões em 2009 para estruturação de novas redes.
- Seu comitê científico é formado por representantes de universidades, instituições de pesquisas e secretarias de C&T dos estados da Amazônia Legal (AC, AP, AM, MT, PA, RO, RR, TO e MA).

Brasil lança Painel sobre Mudanças Climáticas (PBMC)

- Inspirado no Painel Intergovernamental da ONU (IPCC), elaborará relatórios de avaliação, sumários para tomadores de decisão sobre mudanças climáticas e relatórios especiais.
- Reunirá pesquisadores e cientistas das principais universidades e de institutos do País, para oferecer subsídios técnicos e científicos para políticas públicas e para a participação brasileira nas negociações internacionais da Convenção-Quadro da ONU sobre Mudanças Climáticas.

Nordeste ganha laboratório de nanotecnologia

- O Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (Cetene) apresentou em abr/09, no Recife, um dos mais avançados laboratórios de microscopia e microanálise do País. Investimentos do governo em laboratórios do mesmo tipo totalizam R\$ 8 milhões.

Recursos para tecnologia social nos Territórios da Cidadania

- O MCT anunciou em abr/09 investimentos de R\$ 34 milhões em projetos de tecnologia social para empreendimentos econômicos solidários e centros de inclusão digital em áreas rurais.

Ampliar a base científica e tecnológica do País

Ampliar a base científica e tecnológica; promover ambiente favorável à inovação; fortalecer a PDP (ver pág. 19) e as atividades de pesquisa em áreas estratégicas; popularizar as ciências, universalizar o acesso a bens por ela gerados e difundir tecnologias que melhorem a vida da população estão entre os objetivos do Plano de Ação de C, T & I. **Mais informações: www.mct.gov.br.**

1. Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

CRIANÇA E ADOLESCENTE

Novos critérios de atendimento beneficiam adolescentes em conflito com a lei

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), implantado em 2006, define as regras de atendimento de adolescentes em conflito com a lei. Entre os objetivos está a garantia do direito à convivência familiar e comunitária dos adolescentes internos. Projeto de Lei¹ que regulamenta o Sinase e altera dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente, apresentado pelo Governo Federal, está em tramitação no Congresso Nacional.

Principais enfoques do Sinase

- Priorizar medidas em meio aberto (prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida) em relação às restritivas da liberdade.
- Respeitar a diversidade étnico-racial, de gênero e orientação sexual.
- Prestar atendimento especializado a adolescentes com deficiência e em sofrimento psíquico.
- Estabelecer novos parâmetros das unidades, com menor sensação de confinamento: limitação do número de internos (no máximo, três em cada quarto), construções horizontais, espaços esportivos e de convivência.

Realizações

- Intercâmbio de experiências com responsáveis pelos centros de formação das medidas socioeducativas de 15 estados (PR, RS, MG, ES, SP, RJ, DF, MS, TO, PA, AP, AM, PI, BA e PE) foi realizado no 2º Encontro Nacional dos Centros de Formação² (fev/09).
- Iniciado curso de formação continuada para profissionais do Sistema Socioeducativo do DF³: capacitação de 600 funcionários.
- Publicados dois estudos sobre a situação dos adolescentes em conflito com a lei no Brasil:
 - Mapeamento Nacional de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto⁴: retrato dos sistemas de execução de medidas, perfil dos adolescentes, estágio da municipalização das medidas em meio aberto, entre outros dados. Mais informações: www.ilanud.org.br/midia/doc/relatorio_resumido_mapeamento_mse_abr2009.pdf.
 - Levantamento Nacional dos Adolescentes Privados de Liberdade: dados da população de adolescentes no regime fechado. Destaque para a redução da taxa de crescimento do sistema: de 28% entre 2002 e 2006, para 2,17% de 2007 a 2008. Mais informações: www.mj.gov.br/sedh/spdca/levantamento_2008.pdf.

O Disque 100 – Disque Denúncia Nacional

- Além de casos de exploração sexual, o Disque 100 recebe informações sobre maus-tratos, violência contra crianças e adolescentes, negligência, entre outros crimes. O serviço funciona diariamente das 8h às 22h, inclusive nos finais de semana e feriados.

Proteção às crianças e adolescentes, garantindo seus direitos

A Agenda Social Criança e Adolescente prevê ações estruturadas em três projetos: Bem-me-quer (enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes); Caminho para Casa (promoção do direito à convivência familiar e comunitária); e Na Medida Certa (implantação do Sinase). O Sinase articula os três níveis de governo, levando em conta a relação e a corresponsabilidade da família, da comunidade e do Estado no atendimento aos adolescentes em conflito com a lei. **Mais informações:** www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/.arquivos/.spdca/agenda_social.pdf.

1. PL 1.627/2007.

2. O Centro de Formação é uma escola de formação continuada para os trabalhadores do sistema socioeducativo, fruto de parceria entre governos estaduais e instituições federais de ensino superior.

3. Parceria da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Universidade de Brasília e Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do DF.

4. Parceria da SEDH com o Instituto Latino-americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquent (Ilanud).

CULTURA

Ibram: uma autarquia para cuidar dos museus

A criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e a sanção do Estatuto de Museus¹ representam a maior reestruturação na área dos museus já ocorrida no Brasil². O Ibram, cuja diretoria tomou posse em 11maio/09, visa assegurar a preservação do patrimônio museológico do Brasil, democratizar o acesso aos bens culturais e normatizar a área. O Estatuto define regras e princípios para a manutenção do patrimônio museológico nacional. Atualmente, existem 2.607 museus no País, a sexta maior rede do mundo, em que são preservados mais de 200 milhões de bens culturais, com geração de mais de 40 mil empregos diretos.

Campanha Cada Município, uma Biblioteca

- Lançada em abr/09, estimula a participação do cidadão na fiscalização da meta de pelo menos uma biblioteca em cada cidade.
- A campanha integra o Programa Mais Cultura, que tem como um dos seus objetivos zerar, até jul/09, o número de municípios sem biblioteca pública em todo o Brasil.

Pontos de Cultura Indígena

- Selecionados locais para 30 Pontos de Cultura em comunidades indígenas de cinco estados: AC, AM, MT, RO e RR. Investimento previsto de R\$ 6,47 milhões.
- A ação é fruto de parceria do MinC com a Funai e a Associação Cultura e Meio Ambiente (ACMA) – Rede Povos da Floresta. Até 2010, a meta é implantar 150 Pontos de Cultura Indígena.

Fundo Setorial do Audiovisual (FSA)

- Selecionados 115 projetos na primeira fase de análise da Linha de Ação A³ do FSA, que vai disponibilizar R\$ 15 milhões para a produção independente de longas-metragens brasileiros.

Consulta pública sobre a nova Lei Rouanet (8.313/91)

- Frente às distorções do atual modelo de financiamento da Lei Rouanet, o Governo Federal submeteu um novo marco legal do fomento à cultura no Brasil à consulta pública. É um processo inédito de discussão democrática sobre o papel do Estado no estímulo à arte.
- O MinC sistematiza as duas mil propostas recebidas, além das sugestões recolhidas nos encontros realizados em todas as regiões do País. O resultado será enviado ao Congresso Nacional em jun/09, como proposta de modernização da lei atual.
- Distorções da Lei Rouanet:
 - Mecenato⁴ financiado com recursos públicos – de cada R\$ 10 captados, R\$ 9 são públicos.
 - Captação de recursos tende a se concentrar na região Sudeste (60%).
 - Empresas priorizam projetos com retorno de imagem e ênfase no marketing.
 - Não fortalece sustentabilidade nem acesso a bens culturais.

Cultura ao alcance de todos

O Programa Mais Cultura tem como meta o apoio à cultura como inclusão social, vetor de desenvolvimento econômico e qualificação dos espaços urbanos. Atende, prioritariamente, áreas de grande vulnerabilidade social. **Mais informações: www.cultura.gov.br**

1. Leis 11.906 e 11.904, sancionadas em 20jan/09 e 14jan/09, respectivamente.

2. Em mai/03 foi lançada a Política Nacional de Museus (PNM). Até 2003, inexistia uma política federal que orientasse a intervenção do Estado, por meio de políticas públicas, em relação ao setor museal.

3. Dedicada às operações de investimento em produção independente de longas-metragens brasileiros.

4. Ações relevantes para o desenvolvimento da cultura do País realizadas por pessoa física ou jurídica, entidade pública ou privada.

DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO – PDP

Cresce financiamento ao investimento das empresas em inovação

O financiamento à inovação das empresas com recursos oficiais aumentou nos últimos anos, contribuindo para estimular a decisão empresarial de investir em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Os desembolsos do BNDES para inovação somam mais de R\$ 1 bilhão desde 2006. O Programa Inova Brasil, da Finep, somente em 2008, apoiou 50 projetos de P&D, com financiamentos superiores a R\$ 860 milhões.

Diversos programas oficiais financiam o investimento em inovação

- Desembolsos do BNDES para inovação nos últimos anos totalizam R\$ 1,02 bilhão: R\$ 104,6 milhões, em 2006; R\$ 315,6 milhões, em 2007; R\$ 572,8 milhões, em 2008, e R\$ 34 milhões até mar/09. Destacam-se os programas Capital Semente (Criatec), voltado para capitalizar as micro e pequenas empresas inovadoras, e Fundo Tecnológico (Funtec), destinado a apoiar financeiramente projetos que objetivam estimular o desenvolvimento tecnológico e a inovação de interesse estratégico para o País.
- Programa Inova Brasil (MCT/Finep): com taxas fixas e subsidiadas entre 4,25% e 5,25% a.a., contribui para o incremento das atividades de P&D realizadas no País. Em 2008, 50 projetos, com valor total de R\$ 864,2 milhões, foram apoiados.
- Programa Primeira Empresa Inovadora – Prime (MCT/Finep): 18 incubadoras de empresas assinaram convênio com a Finep, no valor de R\$ 249 milhões, para fomentar mais de dois mil empresas com até dois anos de vida. Cada incubadora irá operar com recursos entre R\$ 9 milhões e R\$ 14,4 milhões. São 3.154 empresas inscritas e há possibilidade de geração de 16.116 postos de trabalho.
- Programa de Apoio à Engenharia Automotiva (BNDES): cria condições para trazer ao País a engenharia/tecnologia atrelada ao investimento, levando ao desenvolvimento de fornecedores locais. Já foram contratadas duas operações, com financiamento de R\$ 123,1 milhões para investimento de R\$ 214,1 milhões. Outras duas operações foram aprovadas e existem, ainda, sete em análise. As 11 operações somam financiamentos de R\$ 1,5 bilhão para investimentos de R\$ 2,2 bilhões.

Outras ações de incentivo à inovação

- Criação de Núcleos da Rede Nacional de Agentes da Política Industrial (Renapi): implantados em GO, AC e SE. Previstos mais seis para 2009 (RS, MG, RR, PE, PB e RO). Objetivos dos núcleos: integrar e complementar as ações e os instrumentos dos governos estaduais, da iniciativa privada e do Governo Federal em temas relacionados à Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP); tornar-se centro de referência de realização de trabalhos em prol do desenvolvimento industrial do País e na implementação regional da PDP; e incentivar e apoiar a qualificação e a especialização de mão-de-obra para o setor produtivo.
- Aumento da oferta de profissionais de nível superior: as universidades federais disponibilizarão 35 mil novas vagas para cursos de engenharia até 2012.

Melhoria do ambiente para inovação

Nos últimos anos, a política de desenvolvimento industrial proporcionou dois importantes momentos de modernização do Sistema de Inovação Brasileiro. Em 2005, com a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), o País passou a contar com uma lei de incentivos fiscais à P&D voltados para as empresas. Em 2008, com a PDP, foi disponibilizado um instrumento de incentivo ao investimento privado, que permite a recuperação integral do valor investido em máquinas e equipamentos destinados à utilização nas atividades de P&D na apuração do IRPJ e da CSLL do ano de aquisição. **Mais informações:** www.desenvolvimento.gov.br/pdp e www.abdi.com.br.

DOCUMENTAÇÃO CIVIL BÁSICA

Novo modelo de certidão de nascimento auxilia na erradicação do sub-registro

Foi criado¹ (27abr/09) um modelo padronizado de Certidão de Nascimento, com numeração nacional, contendo, além dos dados tradicionais (nome dos pais, local e data de nascimento), o número da Declaração de Nascido Vivo, emitida em todos os hospitais após o parto. A nova certidão facilitará o cruzamento da informação de crianças nascidas com crianças registradas, colaborando na localização das crianças sem registro e, conseqüentemente, no planejamento das ações para erradicação do sub-registro civil de nascimento. A padronização deve estar implantada em todo o território brasileiro até 2010.

Erradicar o sub-registro civil de nascimento na Amazônia Legal e no Nordeste

- Assinados o pacto Mais Nordeste pela Cidadania (mar/09) e o Mais Amazônia pela Cidadania (abr/09) com três frentes de ação: estancar a ampliação do sub-registro de nascidos vivos, diminuir o número de pessoas sem registro de nascimento e fortalecer o sistema de registro de nascimentos.
- O objetivo é reduzir a média nacional de sub-registro de 12,2% para 5% até o final de 2010, o que significa a erradicação de acordo com os parâmetros internacionais.
- Projetos do Governo Federal:
 - Instalação de 939 unidades interligadas a maternidades/unidades de saúde para viabilizar a entrega da certidão antes de a mãe receber alta.
 - Realização de 1.085 mutirões para a emissão de registro de nascimento (631 no Nordeste e 454 na Amazônia), com ênfase na população de 12 anos de idade ou mais, sem registro.
 - Estes projetos envolvem R\$ 8,9 milhões, dos quais R\$ 2,4 milhões para a Amazônia Legal e R\$ 6,5 milhões para o Nordeste.

Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)

- Realizados 109 mutirões e emitidos 58.561 documentos, dos quais 34.842 para mulheres (jan-mai/09).
- Entregues quatro novas unidades móveis do programa na BA, no CE, em MG e na PB. Somadas às unidades do PA e do PI, são seis unidades móveis em operação. Outras seis serão entregues ainda no mês de maio.
- O PNDTR foi premiado no 13º Concurso de Inovação na Gestão Pública Federal da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), que reconhece as melhores práticas e políticas públicas federais inovadoras (abr/09).

Registro Civil de Nascimento acelera redução da desigualdade

A Agenda Social Documentação Civil Básica visa erradicar o sub-registro de nascimento e expandir o acesso à documentação básica. Com um orçamento de R\$ 101,6 milhões até 2010, prioriza a Amazônia Legal; os povos indígenas e as populações tradicionais (quilombolas, ciganos, ribeirinhos); os trabalhadores rurais, moradores de rua, catadores de recicláveis; as pessoas de baixa renda, os idosos e as crianças em abrigos; os municípios com índice de sub-registro acima de 25% sem cartórios ou com postos de atendimento muito distantes. O registro de nascimento é necessário para obter a documentação civil (carteira de identidade, CPF e carteira de trabalho) e para ter acesso a programas sociais. **Mais informações: www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/promocaodh/ld_rcn.**

1. Com assinatura do Decreto 6.828/09 (27abr/09)

ESPORTE

Brasil apresenta suas credenciais para as Olimpíadas Rio 2016

Articulação dos três níveis de governo em torno do projeto, apoio e envolvimento da população, além da garantia de legados permanentes para a sociedade. Esses foram os fatores apresentados aos inspetores da Comissão de Avaliação do Comitê Olímpico Internacional, em visita ao País, entre 28abr e 2mai/09. A candidatura brasileira saiu fortalecida desse teste e a presença do presidente da República na reunião com a Comissão foi um sinal claro de que trazer as Olimpíadas para o Rio é um projeto da Nação e não de um governo.

Candidatura aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016

- A cidade do Rio de Janeiro concorre pela 3ª vez e, pela 1ª vez, está entre as finalistas, ao lado de Chicago (EUA), Tóquio (Japão) e Madri (Espanha). Entre os países da América Latina, só o México foi sede dos Jogos, em 1968. Anúncio oficial será feito em 2out/09, em Copenhague (Dinamarca).
- Em visita de inspeção, o Comitê Olímpico Internacional sabatinou autoridades dos governos federal, estadual e municipal. Foi avaliado o dossiê de 568 páginas, dividido em 17 temas, entregue em fev/09, com análises técnicas da cidade.
- O projeto do Rio aos Jogos Olímpicos já conta com instalações prontas para 61% dos atletas.
- O Governo Federal criou, em jun/08, o Comitê de Gestão das Ações Governamentais para a Candidatura. Entre as ações propostas estão: construção do Centro Olímpico de Treinamento¹, na Barra da Tijuca; mais um centro no Complexo de Deodoro; Parque Radical do Rio; corredores de transporte público de alta capacidade; reforma e ampliação dos sistemas de metrô e trens urbanos, e conclusão do Arco Rodoviário (obra do PAC). Orçamento previsto é de R\$ 28,8 bilhões, sendo R\$ 8 bilhões do Governo Federal.

Grandes eventos esportivos – Copa 2014

- Copa do Mundo 2014: Fifa² anuncia em 31mai/09 as 12 cidades-sede dos jogos do mundial. São 17 candidatas: Belém, Belo Horizonte, Brasília, Campo Grande, Cuiabá, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio Branco, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

Conforto e maior segurança nos estádios

- Câmara dos Deputados aprovou em 6abr/09 projeto de lei de iniciativa do Executivo que criminaliza condutas impróprias nos estádios, tais como práticas de vandalismo, cambismo e fraudes em resultados de jogos. Este é um marco importante no combate à violência e na preparação do País para a Copa de 2014.

Estimular a prática e promover o esporte nas dimensões social, econômica e cultural

Cinco eixos organizam as políticas públicas do Brasil para o esporte: 1) ampliação de infraestrutura; 2) inclusão social; 3) modalidades de alto rendimento; 4) organização do futebol; e 5) preparação para grandes eventos. O apoio à Copa do Mundo e à candidatura olímpica do Rio de Janeiro em 2016, a Lei de Incentivo ao Esporte (2006) e programas como Bolsa-Atleta e Segundo Tempo complementam a estratégia de estímulo à prática desportiva e de promoção do esporte em suas dimensões social, econômica e cultural. **Mais informações: www.esporte.gov.br.**

1. Será construído independentemente de o Rio vencer a disputa pela sede olímpica de 2016.

2. Federação Internacional de Futebol.

EDUCAÇÃO – PDE

Já estão em funcionamento 67 novas escolas técnicas

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica está vivenciando a maior expansão da sua história. De 1909 a 2002 foram construídas 140 escolas técnicas no País. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) prevê a criação de 214 novas escolas até 2010. Destas, já estão em funcionamento 67 escolas. Veja as medidas do PDE para o ensino técnico e profissional.

Expansão e modernização da Rede Pública de Educação Profissional e Tecnológica

- Expansão da Rede Pública: criação de 214 novas escolas federais até 2010. Até mai/09, 67 escolas em funcionamento em instalações definitivas, 95 em obras e 52 em ação preparatória.
- Brasil Profissionalizado: previsão de investimento de R\$ 900 milhões (2008-2011) na expansão e modernização das redes públicas de ensino médio integrado à educação profissional. Já celebrados convênios com 18 estados, no valor de R\$ 424 milhões, e liberados R\$ 17,5 milhões.

Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

- Criação de 38 institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia: integração e reorganização dos centros federais existentes. Institutos estão presentes em todos os estados, com ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas (Lei 11.892/2008).

Articulação da Educação Profissional e Tecnológica com outros níveis e modalidades de ensino

- Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja): ampliação da oferta de educação profissional aliada à universalização da educação básica para atendimento aos jovens e adultos. Foram efetivadas 37.721 matrículas e investidos R\$ 61,4 milhões entre 2006 e 2009.
- E-Tec Brasil: cursos de formação profissional técnica de nível médio a distância. Em 2008, foram oferecidos 147 cursos com 50 mil vagas para jovens. Até o final de 2009, prevê-se mais 53.

Catálogos nacionais de Educação Profissional e Tecnológica

- Catálogo Nacional de Cursos Técnicos: lançado em 2008, agrupa cursos técnicos de nível médio em formato e linguagem simples e apresenta denominações a serem adotadas nacionalmente.
- Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia: lançado em 2006, organiza e orienta a oferta de cursos superiores de tecnologia, inspirado nas diretrizes curriculares nacionais da educação profissional tecnológica e em sintonia com a dinâmica do setor produtivo.

Regulação e supervisão de cursos técnicos e tecnológicos

- Sistema de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec): pioneiro no País por disponibilizar, mensalmente, informações das escolas que ofertam cursos técnicos de nível médio. Até o momento, 1.329 unidades de ensino regulares registraram seus dados e já foram informadas 17,2 mil matrículas de alunos ingressantes.

Ampliação da oferta de vagas gratuitas no Sistema S

- Alteração da forma de atendimento do Sistema S, com ampliação da oferta de vagas gratuitas de ensino técnico de nível médio e outras ações educativas a estudantes e trabalhadores com autodeclaração de baixa renda (Decretos 6.632, 6.633, 6.635 e 6.637/08). Até 2014, dois terços das vagas ofertadas pelo Senac e Senai deverão ser gratuitos.

Visão sistêmica da educação

Há dois anos, o Governo Federal instituiu o PDE. São mais de 40 programas integrados, que até 2021 mudarão o panorama da educação brasileira. O plano substitui o tratamento fragmentado da educação por outro, sistêmico, da creche à pós-graduação. **Mais informações: www.mec.gov.br.**

EDUCAÇÃO – PDE

<i>Programas e Ações</i>	<i>Metas</i>	<i>Realizado (mai/09)</i>
Educação Básica		
UAB	850 polos (até 2011)	560 polos ¹
Pibid	9.200 bolsas (até 2010)	2.321 bolsas
ProInfância	500 novas unidades escolares/ano	1.024 creches conveniadas para construção
Caminho da Escola ² (ônibus escolar)	15 mil veículos (até 2011)	2.487 veículos (740 com recursos MEC, 597 dos municípios e 1.150 do BNDES)
Proinfo – laboratórios de informática	29 mil laboratórios em 2008 e 26 mil em 2009	26 mil laboratórios adquiridos em 2008
Proinfo – Banda Larga	22 mil conexões em 2008 e 22 mil em 2009	22.094 escolas conectadas acumuladas
Ideb	Médias 6,0 (até 4ª série), 5,5 (5ª a 8ª série) e 5,2 (ensino médio) até 2021	2007: já alcançadas médias previstas para 2009 (4,2; 3,8 e 3,5)
Fundeb	União participa com 10% do fundo de 2010 a 2020	Transferidos R\$ 3,2 bilhões em 2008 e R\$ 1,3 bilhão em 2009
Ensino Fundamental de 9 anos (público e privado)	Alcançar todas as escolas (até 2010)	52% de matrículas nesse regime
PDE da Escola	29 mil escolas (2009)	7.875 em 2008
Mais Educação	5 mil escolas (2008 e 2009)	1.380 escolas em 2008
Sala de recursos multifuncionais	15 mil salas (até 2009)	5.551 salas (2005 a 2008) 10 mil salas em licitação (2009)
Educação Superior		
Expansão da educação superior / Reuni	16 novas universidades federais e 100 novos campi (2010)	Universidades: 12 em funcionamento e projetos de criação de quatro em tramitação no Congresso Nacional. Campi: 67 em funcionamento, 33 em obras ou ação preparatória.
Prouni	720 mil bolsas (até 2011)	541.130 bolsas ocupadas desde 2005
Fies	400 mil contratos (até 2011)	315.184 (2003 a 2008)
Educação Profissional e Tecnológica		
Expansão do ensino técnico	214 novas escolas técnicas (até 2010)	67 em funcionamento em instalações definitivas; 95 em obras (das quais 15 funcionando em instalações provisórias) e 52 em ação preparatória
Alfabetização e educação continuada		
Brasil Alfabetizado	1,6 milhão de alunos/ano	2003-2007: 8.368.518 alunos 2008/09: 1.371.227 alunos em turmas ativas

1. Na edição anterior, foi informado que haviam sido selecionados 562 polos; porém, dois destes foram desligados.

2. Foi premiado no 13º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal, em abr/09.

HABITAÇÃO

Programa Minha Casa, Minha Vida já está em 218 municípios

Até mai/09, 16 governos estaduais e 352 municipais (sendo 12 capitais) formalizaram sua adesão ao Programa. Foram contratados R\$ 138 milhões, beneficiando 2.819 famílias. A utilização do simulador de financiamento da Caixa¹ aumentou de 283 mil acessos diários, em mar/09, para 575 mil acessos em mai/09. O governo desonerou os materiais da construção civil, reduzindo a alíquota do IPI de 30 itens, em sua maioria para zero, e ampliou de R\$ 350 mil para R\$ 500 mil o limite do valor do imóvel a ser financiado com recursos do FGTS.

Procura por recursos para casa própria se mantém aquecida

- Em 2009 (jan-mar), o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) financiou 55.795 novas unidades, com investimento de R\$ 5,9 bilhões: aumento de 1% no número e de 8% nos recursos em relação ao mesmo período de 2008. Em mar/09, foram contratados R\$ 2,27 bilhões, com 21.528 unidades financiadas: 29% superior a fev/09.
- De jan/03 a mar/09, foram beneficiadas 3,9 milhões de famílias com financiamento total de R\$ 99,5 bilhões. Desse valor, R\$ 57 bilhões são oriundos de recursos do Governo Federal, dos quais R\$ 10,8 bilhões correspondem a repasses do orçamento, não onerosos.

Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS

- O FGTS é a fonte de recursos para programas habitacionais que concedem descontos para aquisição de imóveis e subsídios a financiamentos. Entre os meses de jan-mai/09, foram concedidos R\$ 144,5 milhões a 2.300 famílias para apoio à Produção de Moradias e R\$ 2,9 bilhões a 60 mil famílias para Carta de Crédito (linha de financiamento que utiliza recursos do FGTS operada pela Caixa).

Programa Crédito Solidário

- O programa é voltado ao financiamento a cooperativas, associações e pessoas físicas para a aquisição de materiais de construção e para a produção de novas habitações.
- De jan-mai/09, 4.263 famílias foram beneficiadas, por meio da concessão de R\$ 25,4 milhões em financiamentos.

Programa Papel Passado – regularização

- Apoia o desenvolvimento de programas municipais, estaduais e comunitários para a regularização fundiária, que garantem a titulação dos imóveis a famílias residentes.
- Desde 2003, 659 assentamentos referentes a 301 mil famílias estão com projetos de regularização iniciados. Além dessas, 32 mil famílias já foram beneficiadas com a concessão dos respectivos títulos (abr/09).

Acesso à casa própria para famílias de baixa renda estimula construção civil

O Programa Minha Casa, Minha Vida, com início em mar/09, tem como meta a construção de 1 milhão de casas para famílias com renda mensal até dez salários mínimos. Destacam-se: a ampliação do subsídio por família; a instituição do Fundo Garantidor para cobrir inadimplência; o seguro de vida mais barato; a desoneração tributária da cadeia da construção civil; o financiamento para construtoras e a simplificação da regularização fundiária. **Mais informações:** www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao e www.caixa.gov.br/habitacao/index.asp.

1. Sistema que permite aos interessados (pessoas físicas e construtoras) simular as opções de financiamento disponíveis de acordo com a faixa de renda e o valor e a localização do imóvel. Calcula o valor da mensalidade, o prazo de pagamento e a taxa de juros.

JUVENTUDE – PROJOVEM

Mais de 160 mil matriculados no ProJovem Urbano

163.924 jovens, cerca da metade (79.680) em municípios com mais de 200 mil habitantes e os demais (80.834) em cidades com menos de 200 mil habitantes (estes em acordo direto com 16 estados), estão matriculados até agora no Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), na modalidade urbana.

ProJovem Urbano

- Destinado a jovens entre 18 e 29 anos alfabetizados e que não concluíram o ensino fundamental. O currículo compreende ensino fundamental, formação profissional e atividades de participação cidadã.
- A meta para 2009 é de 242 mil matrículas. Novas vagas serão ofertadas ao longo do ano.

Quadro de jovens matriculados em mai/09

Em municípios com mais de 200 mil habitantes

Em municípios com menos de 200 mil habitantes agrupados por estado

UF/Município	Matrículas	UF/Município	Matrículas	Estado	Matrículas
AC Rio Branco	999	RJ Magé	1.919	AC Acre	1.047
AL Arapiraca	698	RJ Niterói	708	AL Alagoas	4.001
AL Maceió	3.200	RJ São Gonçalo	2.830	AP Amapá	1.183
AP Macapá	1.613	RJ São João de Meriti	795	AM Amazonas	4.581
BA Feira de Santana	3.145	RJ Volta Redonda	733	CE Ceará	3.091
BA Itabuna	797	RN Mossoró	795	GO Goiás	4.274
BA Salvador	2.636	RN Natal	3.798	MA Maranhão	14.175
CE Fortaleza	6.532	RR Boa Vista	1.801	MT Mato Grosso	6.595
CE Juazeiro do Norte	771	RS Alvorada	632	PA Pará	8.756
ES Serra	790	RS Canoas	750	PR Paraná	6.915
GO Aparecida de Goiânia	976	RS Gravataí	748	PI Piauí	6.106
GO Goiânia	1.879	RS Novo Hamburgo	795	RJ Rio de Janeiro	4.879
MA São Luís	2.503	RS São Leopoldo	976	RN Rio Grande do Norte	3.937
MG Divinópolis	728	RS Viamão	1.241	SC Santa Catarina	4.034
MG Juiz de Fora	788	SC Florianópolis	656	SE Sergipe	7.041
MG Montes Claros	1.000	SE Aracaju	2.966	TO Tocantins	3.008
MG Sete Lagoas	782	SP Diadema	753	Total:	80.834
MT Cuiabá	1.117	SP Embu	873	Total Brasil: 163.924	
MT Várzea Grande	1.223	SP Guarujá	700		
PA Santarém	700	SP Hortolândia	764		
PB Campina Grande	1.381	SP Presidente Prudente	953		
PB João Pessoa	4.786	SP Ribeirão Preto	746		
PE Olinda	860	SP Santos	710		
PI Teresina	2.785	SP Sumaré	827		
PR Foz do Iguaçu	748	SP Suzano	947		
PR Ponta Grossa	752	SP São Vicente	581		
RJ Belford Roxo	1.960	TO Palmas	1.112		
RJ Duque de Caxias	3.043	Total:	79.680		

ProJovem Adolescente

- Contribui para o retorno à escola dos jovens de 15 a 17 anos que abandonaram os estudos.
- Treinamento dos gestores e professores nos estados e municípios ocorreram em abr-mai/09. No 1ºsem/09, a meta é atender 64 mil jovens.

Oportunidades para jovens

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens visa elevar a escolaridade e promover a qualificação profissional e o desenvolvimento humano (cultura, esporte, lazer, inclusão digital e ação comunitária), com geração de oportunidades e garantia de direitos. O ProJovem possui quatro modalidades: Urbano, Adolescente, Trabalhador e Campo. **Mais informações: www.juventude.gov.br**

MAIS ALIMENTOS

Já são 8.567 os tratores entregues

Crédito para modernização impulsiona produção da agricultura familiar e amplia produção de alimentos. A linha de crédito para tratores até 78 CV concede empréstimos até R\$ 100 mil, com prazo de pagamento até dez anos, carência até três anos e juros de 2% ao ano. Além disso, o equipamento vem com desconto de fábrica. Com o trator, os agricultores substituem o trabalho manual para roçar a plantação e preparar a terra, aumentando a produtividade.

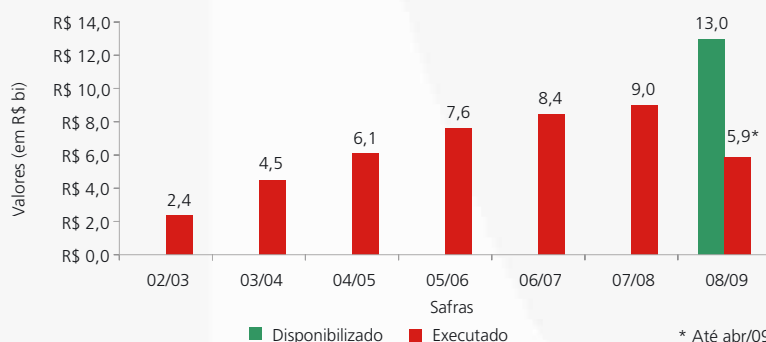
Apoio à mecanização

- Entregues 8.567 tratores, de out/08 a abr/09, dos mais de 13 mil encomendados. Os tratores – com potência até 78 CV, adequada às necessidades dos agricultores familiares – contribuem para modernizar, ampliar e qualificar a produção de alimentos.
- A aquisição desses tratores foi facilitada por um acordo do MDA com a Anfavea, garantindo desconto até 17,5% nos preços.
- Crédito para mecanização é estendido a produtores de café, gado de corte, suínos, aves, caprinos e ovinos. Resolução 3.703, de 26mar/09, do Conselho Monetário Nacional (CMN), ampliou o alcance do Mais Alimentos com a inclusão dessas culturas ao programa.

Crédito rural

- Já acessaram o crédito de custeio e investimento do Pronaf 923 mil famílias (posição em abr/09) com utilização R\$ 5,9 bilhões para financiar as atividades produtivas da agricultura familiar. Total disponibilizado para a safra 2008/2009: R\$ 13 bilhões.

Pronaf – Recursos contratados



Assistência técnica

- Recursos para assistência técnica e extensão rural passaram de R\$ 2 milhões em 2003, para R\$ 397 milhões em 2008. Até abr/09, empenhados mais de R\$ 162 milhões em convênios.
- A extensão rural qualifica o crédito tomado pelo produtor, viabilizando a elaboração de projetos sem custos adicionais e assessorando-o na tomada de decisões quanto a investimentos e escolha da cultura e das variedades adaptadas. Além disso, leva informações sobre seguro de preço, de risco climático e garantia de safra.

Mais produtividade da agricultura familiar; alimentos mais baratos

O Programa Mais Alimentos foi lançado em 3jul/08 para fazer frente à ameaça de aumento dos preços dos alimentos. Ele permite o fortalecimento da agricultura familiar com mais investimento, mais tecnologia e mais comercialização. Esses elementos de política pública propiciam mais renda às famílias e permitem sua manutenção no campo. O aumento da produção e produtividade beneficia diretamente, também, a população urbana, pois permite estabilidade de preços e maior consumo com produtos de melhor qualidade. **Mais informações: www.mda.gov.br.**

MEIO AMBIENTE

Simplificado licenciamento ambiental para habitações populares

Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) reduziu de um ano para 30 dias o prazo para concessão de licença ambiental para habitações populares destinadas à população de baixa renda. O licenciamento simplificado refere-se unicamente a edificações construídas em áreas de até 100 ha.

Energia solar nas casas populares

- Casas populares construídas pelo PAC e pelo Programa Minha Casa, Minha Vida passarão a ter geração de energia solar, em substituição aos chuveiros elétricos.
- A ação visa diminuir o impacto ambiental e promover o uso eficiente de energia elétrica. O chuveiro é responsável por um terço do consumo de energia elétrica por família.

Novas regras de licenciamento para usinas termelétricas

- As usinas termelétricas que utilizam carvão e óleo, responsáveis pela emissão de cerca de 14 milhões de toneladas de CO², terão de incorporar o custo ambiental, incluindo o plantio de milhares de árvores, para obter licença de operação e sua renovação.

Protocolo de Intenções Socioambientais

- Bancos privados aderiram ao pacto socioambiental do Governo Federal e vão incorporar critérios socioambientais para empréstimos a empresas em empreendimentos brasileiros.
- As empresas terão de assumir compromissos como respeito aos direitos humanos e trabalhistas, preservação da biodiversidade e valorização da diversidade das culturas locais.
- Outros seis pactos multissetoriais¹ já foram assinados entre governo e setores produtivos com a intenção de promover a proteção ao meio ambiente.

Desmatamentos monitorados

- O monitoramento de florestas por satélite foi estendido a todos os biomas brasileiros² e fornecerá índices de desmatamento a serem divulgados anualmente.
- Será possível calcular o volume de gases poluentes emitidos pelo desmatamento e pela alteração do uso do solo e, com isso, produzir o relatório de emissões previsto na Convenção sobre Clima da ONU.

Mosaico³ do Grande Sertão Veredas–Peruaçu

- Reconhecido oficialmente em abr/09, o mosaico integra dois parques nacionais, três estaduais, três áreas de proteção, uma reserva estadual e uma reserva particular do patrimônio natural. Compreende 11 municípios das regiões Norte e Nordeste de MG e um da BA (Cocos).

Plano de recursos hídricos para bacia Tocantins–Araguaia

- O Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) aprovou em 14abr/09 o Plano Estratégico para a Bacia do Tocantins Araguaia, a maior do Brasil. É o primeiro plano de bacia aprovado pelo CNRH em seus dez anos de funcionamento.
- O Plano traz medidas de conservação ambiental e diagnósticos sobre potencialidades hídricas da bacia e demandas locais do uso da água. Com isso, subsidia ações de irrigação, construção de hidrovias, eclusas e hidrelétricas na região.

Plano Nacional das Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade

- Lançado em abr/09, visa incentivar produção, industrialização, comercialização e consumo dos produtos extrativistas da agricultura familiar, de comunidades tradicionais e indígenas (ver pág 56).

Mais informações: www.mma.gov.br.

1. Pactos com bancos públicos, setores de soja, madeireiro, exportadores de carne, da mineração e grupos empresariais (Fiesp).
2. Antes restrito à Amazônia, passará a atender Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal.
3. O modelo de mosaico integra Unidades de Conservação próximas e promove a criação de corredores ecológicos.

MULHERES

Lançado Observatório Brasil de Igualdade de Gênero

Monitoramento dos impactos da crise econômica internacional na vida das mulheres, especialmente as trabalhadoras da economia informal e as que executam trabalho doméstico, é realizado por grupo de trabalho (GT)¹. Participam do GT técnicas da SPM, da OIT, do Ipea e do IBGE. Lançado em mar/09, o Observatório publicará boletim mensal, revista semestral e um relatório anual para divulgação de notícias, dados e análises. Informações: www.observatoriodegenero.gov.br.

Comissão tripartite vai revisar legislação eleitoral de cotas

- Comissão instituída em 13abr/09 objetiva elaborar e encaminhar proposta de revisão da legislação eleitoral (Lei 9.504/97), em relação aos 30% de vagas destinadas às mulheres.
- A lei vigente não prevê sanção para partidos que deixam de cumprir a reserva de vagas.
- A Comissão será composta por cinco mulheres indicadas pelo Poder Executivo, cinco representantes do Congresso Nacional, sendo três deputadas e duas senadoras, e cinco mulheres nomeadas pelo Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, representando a sociedade civil.

Prêmio estimula reflexão sobre relações de gênero

- A 4ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero² contemplou três autores de cada categoria: Ensino Médio, com laptop e impressora; Graduação, com R\$ 5 mil; e Graduados, com R\$ 10 mil.
- Foram inscritos 3.002 trabalhos, um aumento de 247% em relação à edição anterior. Entre os temas abordados nas obras vencedoras estão cultura, liberdade, justiça e memória.

Diálogos sobre segurança pública

- Propostas para o fim da violência urbana e para a melhoria da segurança são apresentados por mulheres de diferentes segmentos sociais, contemplando as diversidades étnico-racial, etária e de orientação sexual, em seminários em sete municípios, de abril a jun/09³.
- Os seminários resultarão em estudo, inédito no Brasil, a ser apresentado em ago/09, em Brasília, na 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública.

Violência doméstica: pesquisa destaca exemplo dos pais e Lei Maria da Penha

Estudo divulgado em 14abr/09⁴ conclui que o fator cultural e o alcoolismo são as principais causas da violência doméstica. De acordo com o levantamento, 55% dos entrevistados conhecem casos de agressão a mulheres, 56% apontam a violência doméstica como a maior preocupação das brasileiras, 51% defendem a prisão do agressor e 11% a participação dele em grupos de reeducação como medida jurídica. O medo de morrer caso rompa a relação é o principal motivo para a mulher continuar com o agressor, para 17% dos entrevistados. O conhecimento da existência da Lei Maria da Penha aumentou de 68% para 78%, entre 2008 e 2009. Na opinião de 44% dos entrevistados, a lei vem surtindo efeito, enquanto 48% acreditam que exemplo dos pais aos filhos previne a violência entre homens e mulheres.

Mais informações: www.spmulheres.gov.br.

1. As reuniões ocorrem bimestralmente. A primeira foi realizada em abr/09.

2. Realizado pela SPM e pelo CNPq, MEC e Unifem (Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher).

3. Rio de Janeiro (24 a 26 abr/09); São Paulo (16 e 17mai/09); Belo Horizonte (23 e 24mai/09); Salvador (26 e 27mai/09); Recife (30 e 31mai/09); Belém (6 e 7jun/09) e Canoas/RS (13 e 14jun/09).

4. Pelo Instituto Avon, Ibope e Instituto Patrícia Galvão. Em fev/09, foram ouvidas 2.002 pessoas – homens e mulheres acima de 16 anos – em todas as regiões do País e de todas as classes sociais.

PAC – CRESCIMENTO ACELERADO

Usinas de biodiesel ampliam oferta de combustível menos poluente

Foram Inauguradas três novas usinas de biodiesel da Petrobras Biocombustíveis no semiárido, com capacidade total de 170 milhões de litros/ano: Candeias (BA), em 29jul/08, Quixadá (CE), em 20ago/08 e Montes Claros (MG), em 6abr/09. O volume equivale a 13% da demanda nacional por B3¹. Entrou em operação a unidade de propeno² da Refinaria de Paulínia (Replan), em São Paulo.

Recursos garantidos para infraestrutura³

- PAC prevê R\$ 1.148,2 bilhão em investimentos em infraestrutura em 2.378 ações: R\$ 646 bilhões até 2010 e R\$ 502,2 bilhões após 2010. Três eixos de atuação:
 - Logística (rodovias, ferrovias, portos, hidrovias e aeroportos): R\$ 132,2 bilhões.
 - Energética (petróleo, gás, energia elétrica, biodiesel e etanol): R\$ 759 bilhões.
 - Social e urbano (habitação e saneamento): R\$ 257 bilhões.
- Concluídas 270 ações, equivalente a R\$ 48,3 bilhões.
- Antes do PAC, os investimentos do Governo Federal representavam 0,64% do PIB. Em 2007, esse índice subiu para 0,73% e, em 2008, alcançou a marca de 1% do PIB.
- No acumulado de 2007/08, foram empenhados R\$ 33 bilhões, dos quais R\$ 18,7 bilhões foram pagos.

Empreendimento e etapas significativas de infraestrutura energética são finalizadas

- Geração de energia elétrica:
 - Oito usinas hidrelétricas com 433,6 MW: 14 de Julho (RS); Goiânia II (GO); Potiguar III (RN); Angélica (MS); LDC Rio Brilhante (MS); LDC Lagoa da Prata (MG); São José (SP); Quatá (SP).
 - Duas usinas termelétricas têm licenças de instalação emitidas: Angra III (RJ), com 1.350 MW e Porto de Itaquí (MA), com 360,1 MW.
- Linhas de transmissão de energia elétrica em funcionamento:
 - São Simão (MG) – Ribeirão Preto (SP): 412 km, em 15abr/09.
 - Paracatu (MG) – Pirapora (MG): 265 km, em 4mai/09.
- Petróleo e gás natural:
 - Refino e petroquímica: entrou em operação a Unidade de Propeno da Replan (SP), em 13mai/09.
 - Indústria naval: início do processamento do aço para construção de quatro petroleiros no Estaleiro Mauá/Jurong (RJ), em 8mai/09.
- Biocombustíveis:
 - Alcoolduto Senador Canedo (GO) – São Sebastião (SP): concluídos estudos iniciais e EIA/RIMA⁴.
 - Primeiro trecho, de São Sebastião a Ribeirão Preto (SP), previsto para operação até 2010.

Modernizar a infraestrutura para desenvolvimento e integração do País

O PAC é um novo modelo de planejamento, gestão e realização do investimento público. Articula projetos de infraestrutura públicos e privados e medidas institucionais para aumentar o ritmo de crescimento da economia. Modernizar a infraestrutura e melhorar o ambiente de negócios são alguns dos objetivos do PAC. É, também, um instrumento estratégico de inclusão social e de redução das desigualdades regionais. Suas ações e obras geram empregos que garantem renda e consumo para milhares de trabalhadores e suas famílias e contribui para enfrentar a crise internacional. **Mais informações: www.brasil.gov.br/pac** .

1. Mistura obrigatória, desde jul/08, de 3% de biodiesel ao diesel.

2. Substância gasosa usada em petroquímica e na produção de polímeros.

3. Balanço de dois anos do PAC, divulgado em fev/09.

4. Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental.

PESCA E AQUICULTURA

3ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca será em set/09

“Consolidação de uma Política de Estado para a Aquicultura e Pesca”. Esse é o tema da 3ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, que está na fase preparatória municipal e territorial. Cerca de 30 mil pescadores, aquicultores e empresários da indústria pesqueira já participaram dessa etapa, realizada entre abr-mai/09 em todos os estados do País. Nos meses de jun-jul/09 ocorrem as conferências estaduais e, em set/09, a nacional, em Brasília (DF).

Cooperação internacional

- Projeto para levantar o potencial de mercado dos peixes da Amazônia foi assinado pelo Banco Mundial (BIRD), por meio do Infopesca¹ em abr/09. Prevê pesquisas de mercado e capacitação de pescadores, empresários e organizações do setor, como cooperativas e entidades sindicais. O projeto beneficia o Brasil, a Colômbia e o Peru, com R\$ 3 milhões de investimentos.
- Acordo de Cooperação Técnica com o Peru (28abr/09) para troca de informações e tecnologias foi assinado. O Peru repassa conhecimentos sobre pesca e beneficiamento de anchoita e o Brasil sobre criação de tambaqui e pirarucu². A anchoita está entre as espécies promissoras para ampliação da pesca industrial brasileira.

Telecentros Maré

- Implantados e revitalizados 28 telecentros (até mai/09) para inclusão digital das comunidades pesqueiras. Estão previstos 104 até o final de 2009, com investimento de R\$ 2,5 milhões.
- Realizada a primeira videoconferência do Programa Telecentro Maré, em abr/09, com a participação de nove telecentros de oito estados – AL (2), AM, BA, CE, ES, RN, RS e SC.

Política territorial da pesca e aquicultura

- Governo realiza oficinas dos territórios nos estados, com a participação de organizações do setor e a capacitação dos articuladores estaduais. As ações do Governo Federal são apresentadas e decididas em comum acordo com a comunidade, de forma a cumprir a meta de ampliação da produção nacional de 1,05 milhão de ton/ano para 1,43 milhão de ton/ano. As políticas públicas chegam à população de forma articulada e otimizada.

Ajuda humanitária

- Missão interministerial brasileira à Palestina, de 19 a 22 de abr/09, resultou na destinação de US\$ 10 milhões aos palestinos para investimentos nas áreas de saúde, educação, agricultura, pesca e aquicultura em ações do Programa de Ajuda Humanitária.

Plano de Desenvolvimento Sustentável Amazônia Aquicultura e Pesca

- Objetiva estimular a produção em cativeiro de peixes da região, equilibrar a captura das espécies nativas e buscar atividades alternativas ao extrativismo na Amazônia com a preservação do meio ambiente e geração de renda para a população. O Plano está em debate nos estados da Amazônia Legal por meio de oficinas com representantes de governos, pescadores, aquicultores e sociedade civil.

Plano Mais Pesca e Aquicultura

Fomenta a produção de pescado no País e estabelece metas a serem cumpridas até 2011, como a de ampliar o consumo de pescado para 9kg/ano. Ações incluem estímulo à criação em cativeiro, à pesca oceânica, ao consumo e à melhoria das condições sociais e de trabalho de pescadores artesanais. **Mais informações:** www.presidencia.gov.br/seap.

1. Centro para os serviços de informação e assessoramento sobre a comercialização dos produtos pesqueiros na América Latina e no Caribe.

2. A anchoita é um peixe de pequeno porte abundante na costa brasileira. O tambaqui e o pirarucu são peixes nativos da bacia amazônica.

PESQUISA AGROPECUÁRIA

Embrapa produz soja com resistência à ferrugem asiática

A Embrapa produziu uma cultivar de soja mais resistente à ferrugem asiática¹, doença que causa grandes prejuízos ao País. Na safra 2006/2007, esse prejuízo foi estimado em US\$ 2,12 bilhões. Batizada como BRSGO 7560, a cultivar é resultado de trabalho de pesquisa de técnico da estatal. Suas sementes estarão à disposição dos produtores de GO, MG, DF e norte de SP na safra 2010/2011.

Laboratório Nacional de Nanotecnologia

- O Laboratório Nacional de Nanotecnologia para o Agronegócio (LNNA), inaugurado em mai/09, está vinculado à Embrapa Instrumentação Agropecuária, em São Carlos (SP). Foram investidos R\$ 230 mil pelo PAC Embrapa para compra de equipamentos.
- Principais linhas de pesquisa:
 - desenvolvimento de sensores e biossensores, aplicados ao controle de qualidade;
 - certificação e rastreabilidade de alimentos;
 - caracterização e síntese de novos materiais, como polímeros e materiais nanoestruturados com propriedades específicas;
 - filmes finos e superfícies para fabricação de embalagens inteligentes, comestíveis e superfícies ativas; nanopartículas, compósitos e fibras para o desenvolvimento de materiais reforçados;
 - nanopartículas orgânicas e inorgânicas para liberação controlada de nutrientes e pesticidas em solos e plantas, de fármacos para uso veterinário;
 - nanobiotecnologia para caracterização de material genético e nanomanipulação gênica.

Laboratório de carne ampliado no Sul do País

- O laboratório para avaliação de carcaças e carnes da Embrapa Pecuária Sul, em Bagé (RS), foi ampliado para pesquisar, atestar e promover a qualidade da carne produzida no Sul do Brasil. Foram investidos R\$ 300 mil.
- Objetivos: dar suporte aos programas de qualidade e de indicação geográfica da carne, contribuir na promoção e no marketing da carne brasileira produzida em sistemas de alimentação a pasto e favorecer a maior competitividade do produto nos mercados interno e externo.

Reestruturar a pesquisa agropecuária

O Programa de Fortalecimento e Crescimento da Embrapa – que contará com R\$ 245,7 milhões para as ações previstas em 2009 – objetiva reestruturar a pesquisa agropecuária brasileira, incluindo as Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (Oepas). O Programa conta com dez projetos, sendo seis diretamente ligados à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I); dois para inovação institucional da Empresa e revitalização de sua infraestrutura física e capacidade intelectual; um para Oepas e o outro para monitoramento por satélite das obras do PAC infraestrutura. **Mais informações: www.embrapa.br.**

1. A cultivar de soja cumpre meta do projeto “Segurança Alimentar e Alimento Seguro” do PAC Embrapa e foi obtida com a parceria entre a Embrapa, a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de Goiás (Seagro) e o Centro Tecnológico para Pesquisas Agropecuárias (CTPA), com apoio da Finep.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Incentivo às empresas para contratar pessoas com deficiência

As empresas que não cumpriram a cota legal de contratação de pessoas com deficiência receberam do Governo Federal um incentivo para adequar-se à lei. Aquelas que se comprometerem a receber aprendizes com deficiência para contratá-los ao final do período de aprendizagem deixarão de ser autuadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, desde que continuem no projeto até completar integralmente o percentual de contratação definido pela Lei de Cotas (ver abaixo).

Projeto-piloto de Incentivo à Aprendizagem de Pessoas com Deficiência

- Lançado em 19nov/08, o projeto prevê a inserção de aprendizes com deficiência por um período máximo de dois anos, quando então serão contratados como trabalhadores definitivos da empresa.
- Contribuirá para a capacitação das pessoas com deficiência e para a sua integração ao ambiente da empresa antes da contratação.
- Desenvolvido em dez estados: AM, BA, CE, DF, ES, MA, MG, PR, RN e RS¹.
- Cerca de 35 empresas estão envolvidas no projeto, que já contribuiu para a contratação de 133 aprendizes: 41 no RN, 28 no PR e 64 no CE.
- Em MG, foram identificadas 2.075 vagas a serem oferecidas às pessoas com deficiência e 25 empresas selecionadas. As contratações iniciais estão previstas para ago/09.

Lei de Cotas

- A Lei 8.213/1991 determina às empresas que possuem a partir de 100 empregados o cumprimento de uma cota, proporcional ao seu tamanho, de cargos para trabalhadores reabilitados² ou pessoas com deficiência.
- Empresas até 200 empregados deverão reservar 2% de seu quadro; de 201 a 500 trabalhadores, 3%; de 501 a 1.000 funcionários, 4%; e de 1.001 em diante, 5%.

Campanha Iguais na Diferença

- Com foco na igualdade de oportunidades, vem sendo veiculada nas principais revistas, TVs e rádios do País desde fev/09. Os vídeos da campanha, disponíveis em www.youtube.com/user/SEDHPR, já tiveram quase 3 mil acessos.

Campanha Nacional da Acessibilidade

- Lançada em 2005, busca sensibilizar a população para o combate a todas as barreiras que impedem as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida de participarem efetivamente da vida em sociedade³.
- Já aderiram clubes de futebol, personalidades do mundo esportivo, artístico e da música, movimentos sociais, entidades de defesa de direitos e órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Agenda Social de Inclusão das Pessoas com Deficiência

Lançada em 26set/09, destina-se a ampliar a cobertura das ações para promover os direitos de aproximadamente 25 milhões de brasileiros e brasileiras com algum tipo de deficiência que, além de barreiras físicas, enfrentam a discriminação. A agenda inclui medidas integradas, articuladas e complementares, considerando a acessibilidade nas áreas de educação, trabalho, saúde, assistência social, transporte, infraestrutura e intervenções urbanas. **Mais informações: www.direitoshumanos.gov.br.**

1. AM, BA, DF, ES, MA, RN e RS ainda em fase de implementação.

2. Pessoas que por algum motivo ficaram incapacitadas parcial ou totalmente para o trabalho, habilitadas em uma nova função/atividade, sendo consideradas aptas para reingressar no mercado de trabalho.

3. São consideradas barreiras: urbanísticas (vias e espaços públicos); nas edificações (de uso público e privado); nos serviços de transportes; e nas comunicações e informações (que dificultem ou impossibilitem a expressão ou o recebimento de mensagens e o acesso à informação), conforme estabelecido no Decreto 5.296/04.

POVOS INDÍGENAS

Educação como instrumento da afirmação cultural indígena

A Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (CNEEI) é uma iniciativa do MEC em parceria com Funai, secretarias estaduais e municipais de educação, Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), e será realizada em set/09. Terá como tema central a “Gestão Territorial e Afirmação Cultural”. Cinco eixos norteiam os trabalhos preparatórios: educação, territorialidade e autonomia dos povos; práticas pedagógicas; política, gestão e financiamento; participação e controle social; e diretrizes para educação escolar indígena. Entre mar-mai/09 foram realizadas conferências preliminares em Dourados e Campo Grande (MS), Curitiba (PR) e Cuiabá (MT). AM, BA e CE já realizaram suas regionais.

Proteção dos Povos Indígenas – megaoperação combate madeireiros ilegais

- Operação Caapora, em 6abr/09, coordenada pelo Ibama, envolveu mais de 100 agentes de diversos órgãos, como Funai, Força Nacional de Segurança, Polícia Rodoviária Federal, Batalhão de Polícia Ambiental e Secretaria de Estado e Meio Ambiente do Pará (Sema).
- Apreendeu R\$ 7 milhões em madeira ilegal e encerrou atividades de 22 serrarias nos municípios de Nova Esperança do Piriá, Viseu e Cachoeira do Piriá¹. A ação durou 30 dias e destruiu 200 fornos de carvão. A madeira ilegal encheu 400 caminhões.

Parcerias, encontros e oficinas fortalecem promoção dos povos indígenas

- Documentação indígena foi foco da 1ª Oficina de Planejamento de Promoção e Proteção Social realizada em mai/09, em Cocalzinho (GO). Participaram representantes de 53 unidades da Funai e parceiros, para formulação de um plano integrado de ações para promoção e proteção social dos povos indígenas. Parceria com MC, MDS, MPS, MS, SEDH, SPM e Caixa.
- Elaborado, em abr/09, Plano Territorial Integrado para a Região Amazônica. As necessidades das comunidades indígenas dos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos integram as ações do Território da Cidadania Indígena do Alto Rio Negro.
- Acordo de cooperação da Funai com o Governo do Pará – onde vivem cerca de 50 mil indígenas – para implementação de ações integradas em benefício dos povos indígenas, firmado em 24abr/09, contempla medidas do Programa de Proteção e Promoção dos Povos Indígenas.
- Situação dos professores indígenas e escolas nas aldeias e apoio aos estudantes indígenas em Atalaia do Norte foram abordados no X Encontro de Lideranças Indígenas do Vale do Javari² com representantes da Funai.

Defesa da terra, dos direitos e da qualidade de vida dos povos indígenas

A Agenda Social dos Povos Indígenas articula ações para garantia de direitos, proteção das terras, promoção social e qualidade de vida de índios, respeitando suas especificidades culturais e territoriais. A população indígena brasileira é de cerca de 700 mil pessoas que falam mais de 180 línguas identificadas. As 654 terras indígenas abrangem 470 municípios, 12,5% do território nacional e 22% da região da Amazônia Legal. Há referências da existência de 63 povos indígenas isolados, em especial na região da Amazônia Legal. **Mais informações: www.funai.gov.br.**

1. Municípios paraenses do entorno da Terra Indígena Alto Guamá.

2. De 26 a 30mar/09, na Aldeia Massapê, dos povos Kanamary, no Vale do Javari, município de Atalaia do Norte (AM).

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Expansão da rede de atendimento do INSS

O Plano de Expansão prevê a construção de 720 novas agências da Previdência Social em municípios com mais de 20 mil habitantes, em todas as regiões do País. 539 prefeituras já indicaram terrenos para a construção das novas agências em seus municípios. Dessas, 115 formalizaram a doação por meio de escritura pública. No município de Tauá (CE), a construção da agência começou em mar/09. As agências deverão entrar em funcionamento até o início de 2010.

Recuperação e modernização da rede atual

- Recuperadas e modernizadas seis agências nos municípios: Arapiraca (AL), Campina Grande (PB), Casa Amarela (PE), Laranjal do Jari (AP), Messejana (CE) e Santa Rita (PB), de abr/09 a 4mai/09. A rede atual é composta por 1.110 agências.

Atendimento programado do INSS recebe prêmio

- O serviço de agendamento por telefone (Central 135), criado pelo INSS em jun/06, foi premiado no 13º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal, em abr/09.
- No período abrangido desde a sua implantação até jul/08, quando a iniciativa foi inscrita no concurso, o tempo médio de espera nas agências caiu de 1h47 para 51 min; o de concessão de benefícios para aposentadorias, de 64 para 47 dias; e o de pensões, de 28 para 18 dias.

Extrato de informações previdenciárias: cooperação com o BB.

- Os segurados do INSS, que também são correntistas do Banco do Brasil, podem, desde mai/09, imprimir o extrato de informações previdenciárias diretamente nos terminais de autoatendimento ou por meio do portal de internet do banco.
- Os trabalhadores poderão conferir e acompanhar, mensalmente, as informações prestadas pelo empregador e, caso constatem erros ou omissões, poderão agendar atendimento em uma agência da Previdência Social (por meio da Central 135) para sua correção.

Limite do crédito consignado é ampliado

- Desde abr/09, aposentados e pensionistas do INSS podem comprometer até 30% do valor do benefício integralmente na modalidade empréstimo consignado (Resolução 1.305 do Conselho Nacional de Previdência Social e Instrução Normativa 37 do INSS). Anteriormente, era limitado a 20%.

Audiências de conciliação

- Mutirões de audiência de conciliação com segurados do INSS em Palmas (TO) e Belo Horizonte (MG) foram encerrados em abr/09, com análise de seis mil processos. Em MG houve acordo em 60% dos processos; em TO, 70%.
- Foram economizados mais de R\$ 100 milhões com a realização dos mutirões de conciliação, em 2008, resultado de trabalho da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, em parceria com o Juizado Especial Federal Itinerante (Jefi). Mais de 30 mil processos foram solucionados por meio da conciliação.

Regime Geral da Previdência Social – RGPS

- Em abr/09, a Previdência Social registrou aumento de arrecadação. A receita de R\$ 14,1 bilhões foi 5,3% superior à de abr/08 e 1,4% inferior que a de mar/09.
- Em 2008, foi registrada a maior queda da necessidade de financiamento (déficit) desde 1995. O déficit foi de R\$ 36,2 bilhões, 17,5% abaixo dos R\$ 43,9 bilhões projetados no início de 2008.

Recursos da Previdência Social incrementam a economia local

Pagos 26,324 milhões de benefícios em todo o Brasil (mar/09). Com isso, a economia dos municípios teve incremento de R\$ 16,8 bilhões. Do total de benefícios pagos, 69,4% tiveram valor até um salário mínimo, beneficiando 18,2 milhões de brasileiros. **Mais informações: www.previdencia.gov.br.**

QUILOMBOLAS

Segurança alimentar e nutricional para 1.200 famílias quilombolas

Iniciativa de resgate e enriquecimento do acervo de espécies cultivadas, consumidas e comercializadas, fortalece a gestão do sistema local de segurança alimentar e nutricional das comunidades quilombolas. Denominado “Semente Crioula, Resistência Quilombola: Soberania Alimentar na Caatinga”¹, o projeto, lançado em 9abr/09, contempla 1.200 famílias. Também foi assinado Acordo de Cooperação Técnica entre Seppir e Embrapa para atuação, por três anos, nos demais estados do País, além da América Latina e da África.

Habitação

- Famílias em comunidades quilombolas com renda familiar bruta anual até R\$ 10 mil, que comprovem enquadramento no Pronaf, podem ter acesso a linhas de financiamento para conclusão, reforma e/ou ampliação de casas.
- Benefício definido no Programa Minha Casa, Minha Vida (ver pág 24).

Desenvolvimento agrário

- Destinados em 2008 R\$ 82 milhões para ações de desenvolvimento regional e garantia de direitos sociais em comunidades quilombolas por meio do Programa Territórios da Cidadania.
- Também em 2008, outros 12 projetos de desenvolvimento agrário voltados para as comunidades foram apoiados com R\$ 1,9 milhão, beneficiando 59 comunidades, em nove estados².

Regularização fundiária

- De fev/05 até mai/09, 83 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTIDs) foram publicados, totalizando 1.286.226 de hectares e abrangendo 11.025 famílias quilombolas.
- De dez/05 a mai/09, outras 3.817 famílias foram beneficiadas por meio da publicação de 42 portarias de reconhecimento, totalizando 222.366 hectares reconhecidos.

Certificação

- Entre abr/04 e mai/09, 1.341 comunidades foram certificadas como remanescentes de quilombos pela Fundação Cultural Palmares.

Abastecimento de água para comunidades quilombolas da Bahia

- O Governo Federal, em parceria com o Governo da Bahia, destinará mais de R\$ 2,6 milhões para o sistema de abastecimento de água das comunidades quilombolas, entre elas Cachoeira de Várzea, Mocambo da Cachoeira, Baixão Velho, Capão das Gamelas, Serra do Queimadão e Lagoa do Baixão, no município de Seabra. A Funasa destinará mais R\$ 20 milhões para outros 30 municípios baianos. O investimento total empenhado para as comunidades de todo o País, em 2008, foi de R\$ 38 milhões.

Melhor condição de vida para os quilombolas

Coordenada pela Seppir³, a Agenda Social Quilombola articula ações para ampliar direitos e melhorar as condições de vida de pessoas que vivem em comunidades quilombolas. O Decreto 4.887/03 regulamentou os procedimentos de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos quilombolas. Com o programa Brasil Quilombola, instituído em mar/04, os direitos à terra e ao desenvolvimento econômico e social, assim como à participação de representantes quilombolas na formulação de políticas públicas passaram a ser assumidos como prioridade governamental. **Mais informações: www.presidencia.gov.br/seppir .**

1. Parceria entre Seppir, Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (Cida), Embrapa, Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF) e associações quilombolas do sertão de PE.

2. BA, GO, MG, MS, PA, PR, RJ, RS e SC.

3. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República.

REFORMA AGRÁRIA

Mais qualidade de vida nos assentamentos da reforma agrária

Em Poço Verde, município do sertão ocidental de Sergipe, cada uma das 25 famílias do Assentamento Santa Maria da Lage receberam R\$ 5 mil para investir na reforma e melhoria da sua moradia. Os recursos fazem parte da modalidade do Crédito Instalação voltada para a recuperação de habitações, que beneficiou, em 2008, 49.844 famílias assentadas em todo o País.

Crédito Instalação aumenta a qualidade de vida nos assentamentos

- Maior qualidade dos assentamentos é priorizada por meio de aplicação de recursos em infraestrutura (familiar e produtiva), assistência técnica e apoio à produção, visando à produção de alimentos e contribuindo com a soberania e a segurança alimentar.
- Em 2008, o Crédito Instalação beneficiou 180 mil famílias assentadas em todo o País em suas várias modalidades¹:
 - Apoio inicial à instalação da família (R\$ 3,2 mil/família);
 - Apoio ao fomento (R\$ 3,2 mil/família);
 - Adicional de fomento (R\$ 3,2 mil/família);
 - Aquisição de materiais de construção (R\$ 10 mil/família);
 - Recuperação de habitações (R\$ 5 mil/família);
 - Semiárido (R\$ 2 mil/família), para residentes no semiárido;
 - Reabilitação do crédito de produção (R\$ 6 mil/família);
 - Apoio Mulher (R\$ 2,4 mil/pessoa), para mulheres titulares do lote.
- Para 2009, estão previstos R\$ 3,8 bilhões em investimentos na reforma agrária. Desses, R\$ 307 milhões são para o provimento de infraestrutura básica, como água, construção de moradias e estradas, para beneficiar 55.861 famílias.

Terra Sol: estímulo à produção orgânica

- Lançado em 2004, o Programa Terra Sol tem por objetivo promover – por meio de convênios e parcerias – atividades de agroindustrialização e comercialização da produção, agroextrativismo, capacitação de técnicos e assentados e eventos para interligação solidária dos assentamentos, divulgação e venda dos produtos da reforma agrária.
- Inaugurada uma unidade de beneficiamento e empacotamento de arroz orgânico no assentamento Capela, em Nova Santa Rita, município da Região Metropolitana de Porto Alegre, em dez/08.
 - Com capacidade instalada para secar e empacotar cerca de 5 mil kg de arroz por dia, a unidade atende cerca de mil famílias em assentamentos instalados em Nova Santa Rita, Viamão, Eldorado do Sul e Guaíba. A produção de arroz agroecológico nos assentamentos da Região Metropolitana de Porto Alegre chega a 60 mil sacas por ano.
 - O empreendimento foi viabilizado pelo Programa Terra Sol, em convênio com a Cooperativa de Produção Agropecuária de Nova Santa Rita (Coopan). Foram investidos R\$ 116,9 mil.

Democratização do acesso à terra e ampliação da produção de alimentos

A reforma agrária democratiza o acesso à terra ao criar assentamentos rurais, regularizar a ocupação de terras públicas e fornecer crédito e assistência técnica. Também contribui no aumento da produção de alimentos, no combate ao desmatamento e na recuperação de áreas degradadas, principalmente na Amazônia, na redução dos conflitos no campo e na promoção da igualdade de oportunidades de gênero, raça e etnia. Além disso, contribui para a diminuição da inflação. Os programas envolvem mais de um milhão de famílias nos assentamentos existentes. **Mais informações: www.incra.gov.br.**

1. Cada família pode pegar um crédito de cada uma das modalidades, desde que atenda aos requisitos. O valor máximo concedido é de R\$ 35 mil por família (somatório de todas as modalidades).

SEGURANÇA PÚBLICA – PRONASCI

Política Nacional de Segurança Pública em debate

Aderiram à 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (a ser realizada em 27-30 ago/09) 27 estados e 121 cidades. 16 cidades fizeram conferências municipais. 5.015 pessoas participaram de 65 conferências livres e poderão enviar suas propostas à 1ª Conseg, que terá a participação de duas mil pessoas com direito a voz e voto, selecionadas nas etapas municipais (até final de mai/09) e estaduais (jun-jul/09).

Propostas de convênios enviadas pelos estados

- Registradas 2.182 propostas no sítio de convênios do Governo Federal – www.convenios.gov.br/portal – para requisitar recursos do Pronasci em 2009 (R\$ 1,154 bilhão).
- Áreas mais solicitadas: implementação de políticas de segurança cidadã (56,5%); fortalecimento das instituições de segurança pública (28,2%) e valorização dos profissionais de segurança (10,4%).

Qualificação dos profissionais de segurança pública

- Inscritos 180 mil profissionais nos cursos a distância da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública do MJ. As aulas começam em 2jun/09.
- Até abr/09, 130.918 servidores receberam os R\$ 400 do projeto Bolsa Formação.

Acesso à Justiça

- Inaugurados, em 16abr/09, o Núcleo de Atendimento Jurídico Integral ao Preso e Familiares e o Núcleo Especializado em Mulheres Vítimas de Violência Doméstica, no centro do Rio de Janeiro, sob responsabilidade da Defensoria Pública do Estado.
- Em 2008, foram investidos R\$ 21 milhões nos ministérios públicos, defensorias públicas e tribunais de Justiça das regiões do Pronasci para implementação das ações de efetivação da Lei Maria da Penha, Assistência Jurídica Integral ao Preso e seus Familiares, e Núcleos de Justiça Comunitária.

Territórios de Paz

- Prevê instalação de 20 a 30 projetos nas comunidades selecionadas pelo Pronasci, com ações de cidadania para enfrentar a criminalidade e promover maior integração entre os policiais e a população.
- Já implantado entre os moradores de Santo Amaro (Recife/PE), Complexo do Alemão (Rio/RJ), Zona de Atendimento Prioritário 5 (Rio Branco/AC), Itapoã (DF), São Pedro (Vitória/ES) e Maceió (19mai/09).
- Próximos lançamentos: Salvador (21mai/09) e Porto Alegre (26jun/09).

Modernização de estabelecimentos penais

- Receberam equipamentos para ampliar a segurança e reprimir ações nos estabelecimentos penais, na 1ª quinzena de mai/09, nove estados: BA, DF, ES, MG, PR, RJ, SE, SP e TO.
- Os demais 11 estados do Pronasci receberão até o final de mai/09: AC, AL, CE, GO, MA, PA, PE, PI, RN, RS e RO.

Políticas públicas para garantir segurança

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) enfrenta a criminalidade e a violência nas regiões metropolitanas com os mais altos índices de homicídio, articulando políticas de segurança com ações sociais. Eixos principais: reestruturação do sistema prisional, valorização do profissional de segurança pública, combate à corrupção policial e ao crime organizado, e envolvimento da comunidade nas ações. São integrantes do Pronasci 20 estados, DF e 96 municípios. Investimento total: R\$ 6,7 bilhões até 2012. **Mais informações:** www.mj.gov.br/pronasci.

SAÚDE INDÍGENA - FUNASA

Cai a mortalidade infantil nas aldeias indígenas

Ações de saneamento e assistência à saúde em áreas indígenas contribuíram para queda do coeficiente de mortalidade infantil, de 55,7 para 46,7 óbitos por mil nascidos vivos, de 2002 a 2008. No Mato Grosso do Sul – segunda maior população indígena do País –, nos últimos dez anos, o índice de mortalidade infantil foi reduzido de 140 para 30 óbitos por mil nascidos vivos. A incidência de tuberculose passou de 700 casos por 100 mil habitantes, em 1998, para 199 casos por 100 mil habitantes em 2008.

Ações de saúde em aldeias indígenas

- Mutirão de cirurgias e atendimento médico às comunidades indígenas na região do Alto Solimões (AM), de 17 a 21/abr09: mais de 1.250 cirurgias de catarata¹, pterígio² e hérnia³. Realizados atendimentos pediátricos e clínicos gerais, em parceria com Associação Expedicionária da Saúde.
- Programa Saúde Itinerante prestou assistência aos índios Yawanawá (povo do queixada), em seis aldeias no Rio Gregório, em Tarauacá (AC). Mais de dois mil atendimentos realizados, atingindo cerca de 90% dos 576 Yawanawás da região. Não foi detectado qualquer caso de desnutrição infantil nem tuberculose nas 94 crianças (0 a 5 anos) avaliadas; 76% tinham peso adequado; e duas, sobrepeso. Realizados atendimento pelo serviço social, 520 consultas médicas, vacinação e exames de hepatite, malária, tuberculose e prevenção contra câncer do colo do útero.
- Combate à malária reforçado no Vale do Javari (AM) por três meses (abr a jun/09). Objetivo: combater o mosquito transmissor da doença e prevenir ocorrência de casos. Ações: borrifação intradomiciliar, termonebulização (fumacê), diagnóstico e tratamento da doença e aplicação do teste de verificação de cura nos portadores da doença.
- Combate à tuberculose nas aldeias de Mato Grosso do Sul durante a Semana Nacional de Controle à Tuberculose (23 a 30mar/09), em parceria com municípios e Associação Alemã de Assistência aos Hansenianos e Tuberculosos. Atendidos mais de 68 mil indígenas de oito etnias.

Doença de Chagas

- Controle da doença foi o foco do Seminário Internacional na Semana do Centenário de Descoberta da Doença de Chagas, de 20 a 24/abr09, em Belém (PA). Participaram autoridades, pesquisadores e profissionais de saúde dos 27 estados brasileiros e representantes de vários países da América do Sul.
- No Parque Nacional do Xingu foram inauguradas unidades básicas de saúde (postos de saúde) em seis aldeias (mai/09).

PAC Funasa leva saneamento para pequenas comunidades

Prioriza a implantação de redes de distribuição de água, esgotamento sanitário adequado e coleta de lixo e limpeza urbana em municípios de até 50 mil habitantes. Objetivo é melhorar as condições de vida das pessoas por meio de ações na área de saúde preventiva em pequenas comunidades, populações rurais dispersas, áreas indígenas e povos da floresta, quilombolas, assentamentos de reforma agrária e regiões de interesse epidemiológico (com grande incidência de malária e doença de Chagas). **Mais informações: www.funasa.gov.br.**

1. Lesão ocular que atinge o cristalino e o torna opaco.

2. Tecido carnoso que cresce sobre a córnea.

3. Escape total ou parcial de uma estrutura (órgão, tecido ou gordura) através de orifício natural ou adquirido na parede da cavidade que o contém. Pode ocorrer na virilha, no umbigo, na região do estômago, junto à coxa, na coluna vertebral, entre outros.

SAÚDE

Casos de dengue no Brasil caem 28,6%

Notificados 114.355 casos, representando uma queda de 28,6% em relação ao mesmo período de 2008, quando 160.137 pessoas foram infectadas pelo mosquito *Aedes aegypti*. Redução no número de casos deu-se em 19 estados e no DF.

Qualificação da gestão

- Portabilidade dos Planos de Saúde: desenvolvido o Guia de Planos de Saúde, sistema eletrônico que permite o cruzamento de dados para consulta e comparação de mais de cinco mil planos de saúde comercializados por aproximadamente 900 operadoras em atuação no mercado brasileiro.
- Apreensão de medicamentos: mais de 150 toneladas de medicamentos sem registro, falsificados, contrabandeados ou com prazo de validade vencido. Dez operações conjuntas com as polícias Federal e Rodoviária Federal e 31 estabelecimentos interditados, em mar/abr09.
- Aumento do Registro de Doadores Voluntários de Medula Óssea (Redome): 940 mil doadores cadastrados, ultrapassando a meta prevista para 2011, de 920 mil.

Atenção à saúde

- Farmácia Popular do Brasil: 509 unidades implantadas em 395 municípios.
- Aqui Tem Farmácia Popular: cerca de cinco mil farmácias da rede privada credenciadas ao SUS, em 1.337 municípios. Meta para 2011: 19,4 mil.
- Saúde da Família: 29.275 equipes, beneficiando 93,4 milhões de habitantes em 5.198 municípios.
- Agentes Comunitários de Saúde: cerca de 228 mil agentes atendendo 113 milhões de pessoas em 5.316 municípios¹.
- Saúde Bucal: 17.818 equipes, beneficiando 74 milhões de pessoas em 4.573 municípios¹; e 674 Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) implantados em 572 municípios.
- Samu 192: 1.069 unidades de Suporte Básico (USB) e 296 unidades de Suporte Avançado (USA) em 1.184 municípios, cobrindo mais de 100,6 milhões de pessoas.

Promoção à saúde

- Campanha Comportamento no Trânsito: lançada segunda fase, em 8abr/09, em parceria com os ministérios das Cidades (Denatran) e da Justiça (Polícia Rodoviária Federal). Temas "Medidas Coercitivas" e "Caminhoneiros".
- Atividade física: aumenta número de brasileiros que praticam regularmente. Atualmente, 16,4% da população é ativa, em consonância com as recomendações internacionais. Eram 15,5% em 2007 e 14,9% em 2006.
- Alimentação: diminuiu consumo de carnes com excesso de gordura. Hoje são consumidas por 33,8% dos brasileiros, ante 39,2% em 2006. A ingestão de frutas entre adultos aumentou de 5,6% para 15,2%.
- O uso do tabaco caiu mais de 50%, nos últimos 20 anos, entre jovens brasileiros de 18 e 24 anos. Passou de 29%, em 1989, para 14,8%.

Saúde é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico do País

A melhoria das condições de saúde dos brasileiros é o objetivo estratégico do Programa Mais Saúde. Suas diretrizes, medidas e ações buscam um novo padrão de desenvolvimento, comprometido com o crescimento, o bem-estar e a equidade. Sua agenda contempla 73 medidas e 171 ações, em sete eixos: Promoção, Atenção, Complexo Industrial, Força de Trabalho, Qualificação da Gestão, Participação e Controle Social, e Cooperação Internacional. **Mais informações: bvsms.saude.gov.br/bvs/pacsaudef.**

¹ Houve diminuição em relação ao número de municípios divulgados na edição anterior em decorrência de atualização (eliminação de cadastros duplicados e desabilitação de equipes por não cumprimento ao controle de qualidade).

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

Território Nordeste Paraense – Conheça aqui algumas ações

Em 2008 foram investidos R\$ 192,3 milhões no território. Em 2009, estão previstas 44 ações de órgãos federais, com R\$ 230,4 milhões em investimentos.

Território Nordeste Paraense – Pará

- Com 634.338 habitantes, sendo 289.154 da área rural, o Território da Cidadania Nordeste Paraense tem 23.117 agricultores familiares, 14.445 famílias assentadas, 24 comunidades quilombolas e oito terras indígenas. IDH médio: 0,65.
- Formado por 20 municípios: Abel Figueiredo, Aurora do Pará, Bujaru, Cachoeira do Piriá, Capitão Poço, Concórdia do Pará, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Paragominas, Rondon do Pará, Santa Luzia do Pará, São Domingos do Capim, São Miguel do Guamá, Tomé-Açu e Ulianópolis.
- Principais ações realizadas em 2008 no Território Nordeste Paraense:

- Investimento total: R\$ 192,3 milhões no território;
- Pronaf: 2.038 contratos firmados;
- Assistência técnica: 18.927 agricultores familiares e assentados assistidos;
- Bolsa Família: 48.862 famílias atendidas;
- Educação e Cultura: dez bibliotecas implantadas pelo Programa Arca das Letras;
- Saúde: implantadas 68 equipes de Saúde da Família.
- Luz para Todos: 6.557 ligações de energia feitas.



Ação integrada estrutura cadeia do mel em Minas Gerais

- Inaugurado, em Turmalina (MG), entreposto para comercialização de mel e cera de abelha produzidos por 500 famílias, beneficiando produtores de 30 municípios dos Territórios da Cidadania Alto Jequitinhonha e Médio Jequitinhonha. Foi investido R\$ 1 milhão. A estruturação da cadeia produtiva será reforçada por convênio das associações de apicultores com a Conab, que destinará parte da produção ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA).

Integração reduz desigualdades sociais e regionais

Os territórios reúnem municípios de pequeno porte de acordo com os critérios de menor IDH; maior concentração de agricultores familiares e assentamentos da reforma agrária; maior número de beneficiários do Bolsa Família; maior concentração de quilombolas e indígenas; maior número de municípios com baixo dinamismo econômico e maior organização social. As ações são definidas e acompanhadas pelas comunidades. A integração de políticas públicas e investimentos contribui para melhorar o IDH, evitar o êxodo rural e superar as desigualdades regionais. A execução das ações em cada território também pode ser acompanhada pelo portal do programa: www.territoriosdacidadania.gov.br.

TURISMO

Agora está mais fácil viajar

O Crediário Caixa Fácil para o turismo, lançado em 27mar/09, é uma linha de financiamento em parceria com Ministério do Turismo, para pacotes de viagens até R\$ 10 mil e pagamento até 24 vezes. O crédito é concedido diretamente ao turista, no ato da compra, e a operação é realizada pelo agente de turismo em sistema integrado ao banco. O objetivo é oferecer crédito com simplicidade e agilidade para ampliar o acesso do público de menor renda ao turismo.

Mercado de trabalho para jovens é impulsionado

- Projeto "Formação Profissional de Jovens para Inserção Socioeconômica na Cadeia Produtiva do Turismo" capacita 717 jovens de baixa renda das comunidades cariocas. Parceria com a Central Única de Favelas (Cufa).
- Já ingressaram no mercado formal de trabalho 25 alunos do projeto; outros conseguiram estágios em diversas áreas.

Viaja Mais Melhor Idade

- Iniciada a terceira temporada do programa:
 - Nova campanha promocional, com anúncios em jornais, revistas e *banners* interativos na internet, publicados a partir de mai/09.
 - Guia Viaja Mais Melhor Idade atualizado: lista completa dos pacotes turísticos disponíveis e meios de hospedagem cadastrados, por faixa de preço.
- Criado em 2007 para incentivar o turismo entre pessoas com 60 anos ou mais, o Programa vem crescendo a cada ano, incrementado pelo "Viaja Melhor Idade Hospedagem"¹:
 - Venda de 180 mil pacotes em 2008, 130 mil a mais do que os 50 mil projetados.
 - Cadastrados 1.918 meios de hospedagem em 426 cidades brasileiras.
 - Mais de 10 mil intenções de reserva pelo Portal de Hospedagem².
- Mais informações: www.viajamais.com.br.

Campanha Está na Hora de Conhecer o Brasil

- Divulgação de filme e peças publicitárias veiculadas na internet e mídia impressa.
- Etapa da campanha para os feriados prolongados ganha reforço visando às viagens para as festas juninas em todo o Nordeste.
- Prevista, para o final de maio, campanha voltada para as férias de julho: "Viaje nas férias. É bom para você, é bom para o Brasil".

Estimular viagens, gerar empregos e aumentar competitividade no Brasil

O Plano Nacional de Turismo foi lançado em jun/07 para estimular as viagens no mercado interno, criar 1,7 milhão de novos empregos e estruturar 65 destinos indutores do desenvolvimento regional, com padrão de qualidade internacional. Serão investidos R\$ 5,63 bilhões em infraestrutura e R\$ 1 bilhão na promoção de destinos turísticos no Brasil e no exterior. **Mais informações: www.turismo.gov.br.**

1 Criado em 2008, oferece ao público da terceira idade hospedagem com 50% de desconto.

2. Guia online, criado em parceria com o Sebrae, com lista de hotéis cadastrados no programa: www.portaldehospedagem.com.br.

Versão eletrônica:



www.presidencia.gov.br ou **www.brasil.gov.br**

Para receber DESTAQUES por correio eletrônico, mande uma mensagem para:
destaques.secom@planalto.gov.br com a palavra "incluir" no campo assunto.

3

ATUALIDADES

O BRASIL E A CRISE FINANCEIRA

Países enfrentam a crise financeira internacional de forma integrada

A crise ainda não foi superada, mas ações do governo norte-americano, medidas adotadas pelo G-20 (ver pág. 53) e políticas anticíclicas já implementadas melhoraram os fluxos interbancários e de crédito, provocando um otimismo moderado. Mas a crise ainda impõe cautela, pois o sistema bancário internacional possui capacidade reduzida de oferecer crédito novo. O Brasil enfrenta a crise em boas condições.

Condições do País até a chegada da crise

- Aceleração do crescimento.
- Aumento da demanda interna via investimentos e consumo.
- Expansão do crédito.
- Apreciação cambial.

Impactos da crise no Brasil

- Forte desaceleração do crescimento no último trimestre de 2008, especialmente na indústria.
- Grande depreciação cambial.
- Redução da oferta de crédito externo e do crédito privado doméstico e aumento dos custos financeiros.
- Aumento das incertezas macroeconômicas e do desemprego.

Posição mais favorável do Brasil para aplicar políticas anticíclicas

- Inflação baixa e regime de metas inflacionárias.
- Pequena vulnerabilidade externa, com expressivas reservas. O País é credor externo líquido.
- Política fiscal coerente.
- Setor bancário privado sólido e sadio.
- Setor bancário público forte e capitalizado, com instrumentos para atuar.
- Mercado doméstico em expansão, com aumento na renda disponível.
- Manutenção de investimentos: PAC e programas sociais.

Políticas anticíclicas como resposta à crise – ver todas as medidas na pág. 62

- Políticas monetária e creditícia expansionistas: redução nas reservas bancárias compulsórias, cortes na taxa de juros básica e aumento na oferta de crédito pelos bancos públicos.
- Política fiscal: corte de impostos, manutenção dos programas sociais, aumento do investimento público e redução temporária no superávit primário.

Brasil visto de fora

- Ganhadores do Nobel de Economia comentaram situação do Brasil no Exame Fórum (SP, 11 mai/09):
 - Edward Prescott: "O Brasil vai se dar bem; os fundamentos estão aqui".
 - Joseph Stiglitz: "A grande vantagem do Brasil é que, ao contrário do mundo desenvolvido, ainda há muito espaço para o Banco Central baixar os juros e até mesmo para o governo gastar mais e incentivar a economia".
 - Robert Mundell: "Fico feliz em saber da posição do Brasil. O País está bem mais preparado".

Perspectivas para 2009

Previsões indicam que o Brasil terá crescimento econômico lento no primeiro semestre e aceleração no segundo; redução do déficit em conta-corrente, estabilidade nas reservas internacionais, fluxo positivo de capitais, criação de empregos e retomada da expansão do crédito. **Mais informações:** www.fazenda.gov.br e www.bcb.gov.br .

CRÉDITO

Novo recorde no volume de crédito, com maior participação dos bancos públicos

Em mar/09, crédito supera a marca de R\$ 1.241,1 bilhão (42,5% do PIB), a maior desde 1995. Volume, que pode crescer ainda mais, contribui para fazer frente à crise financeira internacional. Os bancos públicos já respondem por 37,6% do volume global de operações de crédito no País.

Recordes sucessivos no volume de crédito e no percentual do PIB

- A marca alcançada em mar/09 representa um aumento de 225% de jan/03 a mar/09. É o maior valor desde o início da série em 1995.
- A relação entre crédito total e PIB é de 42,5% (mar/09). Maior patamar desde 1995.
- A inadimplência foi de 5% em mar/09 (mais 0,2 ponto percentual em relação a fev/09) e das pessoas físicas foi de 8,3% (queda de 0,1 ponto percentual em relação a fev/09).

Cresce o crédito público

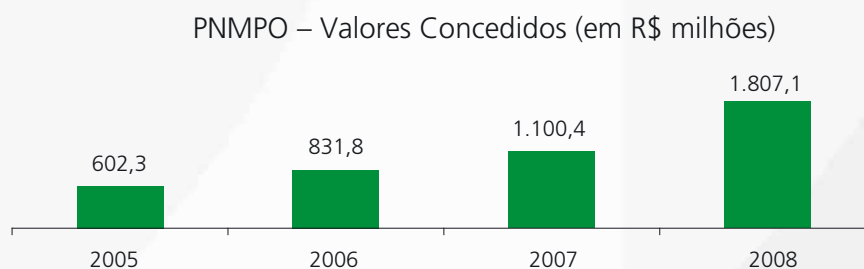
- Bancos públicos (Caixa e BB) ampliaram sua participação no total de crédito concedido no País de 34,1% para 37,6% nos últimos 12 meses.
- Desembolsos de todas as linhas do BNDES para investimento das empresas atingiram cifra recorde de R\$ 94,4 bilhões no acumulado de 12 meses, encerrados em mar/09 (crescimento de 35% em relação ao igual período anterior). No 1º tri/09, foram desembolsados R\$ 18,7 bilhões (crescimento de 13% em relação a 2008).

Oferta de crédito para pessoa física aumentou e taxas de juros caíram

- Operações com recursos livres¹ contratadas por pessoas físicas cresceram de R\$ 88,5 bilhões (jan/03) para R\$ 408,7 bilhões (mar/09) (+362%).
- Taxas médias de juros dessas operações caíram de 83,6% a.a. (jan/03) para 50,1% a.a. (mar/09).
- Crédito consignado: R\$ 81,9 bilhões (mar/09). Taxas médias de juros são de 28,7% a.a. (mar/09).
- Crédito habitacional: recursos direcionados e livres chegaram a R\$ 67,8 bilhões (mar/09).

Microcrédito produtivo orientado é ampliado

- O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO): concedidos R\$ 4,3 bilhões de 2005 a 2008. Crescimento de 202% na comparação entre 2005 e 2008.



Fonte: MTE.

Estímulo aos microempreendedores populares

O PNMPO foi criado em abr/05 para estimular a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares – pessoas físicas e jurídicas que exercem atividades produtivas de pequeno porte, com renda bruta anual até R\$ 120 mil. O microcrédito produtivo orientado é concedido mediante utilização de metodologia baseada no relacionamento direto com os tomadores do empréstimo. **Mais informações:** www.mte.gov.br/pnmpo/pnmpo_apresentacao.asp.

1. São aquelas formalizadas com taxas de juros livremente pactuadas entre os mutuários e as instituições financeiras.

EMPREGO

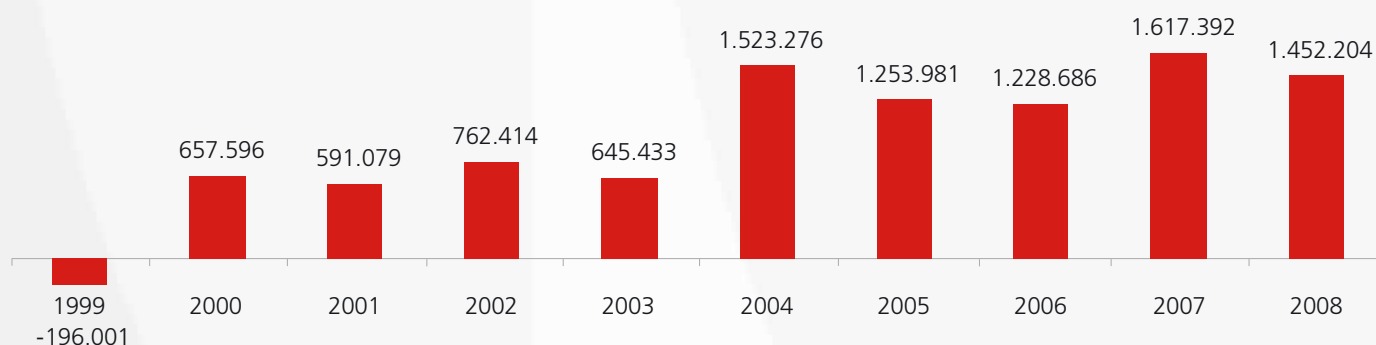
Emprego formal se recupera e cresce pelo terceiro mês consecutivo em 2009

Em abr/09, foram gerados 106.205 postos de trabalho formais. Este é o melhor resultado mensal desde set/08, quando começaram a ser sentidos os efeitos da crise econômica internacional. O bom desempenho do mês deveu-se ao setor de serviços, à agricultura e à construção civil. Entre os estados, São Paulo liderou a geração de empregos.

Novos empregos já superam a perda de jan/09

- Dos 106.205 postos de trabalho criados em abr/09, os setores que mais se destacaram foram Serviços (+59.279 postos), Agricultura (+22.684) e Construção Civil (+13.338).
- Os estados com melhor desempenho foram São Paulo, com 72.022 novos postos de trabalho, Minas Gerais, com 15.602, e Goiás, com 14.662.
- A recuperação do emprego formal em fevereiro (+9.179 postos), março (+34.818) e abril (+106.205) superou a perda ocorrida em janeiro (-101.748). O saldo líquido de jan-abr/09 é de 48.454 postos.

Comportamento do Emprego Celetista – Saldo Anual Caged – 1999-2008 – Brasil



Fonte: MTE/Caged.

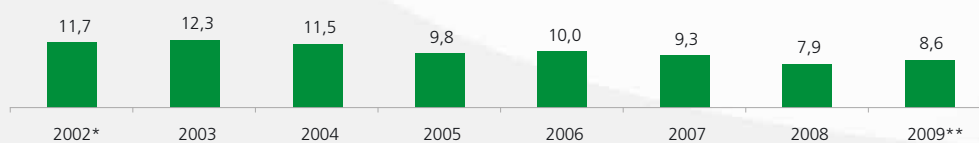
Criadas mais de 13 milhões de oportunidades de trabalho

- De jan/03 a abr/09, foram geradas 13.327.658 oportunidades de trabalho (ocupações formais e informais)¹, sendo 10.424.175 novos postos formais de trabalho².

Desocupação em 2009 é segunda menor da série histórica

- A taxa média anual de desocupação em 2009 nas seis regiões pesquisadas pelo IBGE – Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre – é de 8,6%. Essa é a segunda menor taxa desde o início da série em 2002, perdendo apenas para os 7,9% observados no ano passado.
- Em mar/09, a taxa de desocupação foi de 9%.

Taxa Média Anual de Desocupação



* A partir de março. ** Até março.

Fonte: IBGE/PME.

1. Estimativa a partir de dados da Pnad (2003-2007) e do Caged (2008-2009).

2. Segundo os dados da Rais (2003-2007) e do Caged (2008-2009).

EMPREGO PÚBLICO FEDERAL

Recomposição da força de trabalho do serviço público

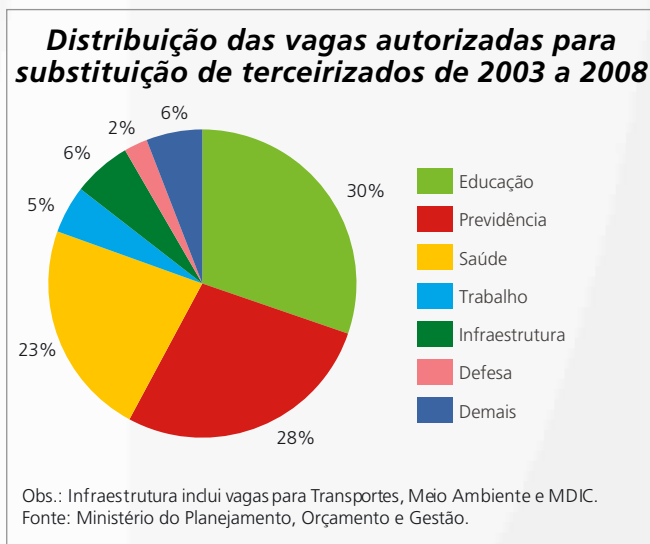
A evolução do emprego público federal, desde 2003, indica esforço do governo para qualificar o serviço público e melhorar sua capacidade de trabalho e atendimento. O número de servidores aumentou 11% em relação a 2002, alcançando o mesmo patamar de servidores de dez anos atrás. Grande parte do aumento é destinado a ampliar o acesso a direitos sociais, como educação, saúde e previdência. A proporção dos cargos comissionados e dos gastos com pessoal em relação ao PIB permanecem estáveis.

Evolução recente de servidores do Poder Executivo Federal

- O número de servidores civis ativos passou de 485.741 em dez/02, para 539.235 em dez/08, um crescimento de 11%. Este crescimento foi inferior ao do emprego total formal do período (+44%). O número de servidores está no mesmo patamar de 1997.
- Em termos reais, a despesa com pessoal e encargos sociais¹ cresceu 15,5% de 2002 a 2008² e manteve-se estável em relação ao PIB: 4,29%, em 2003, e 4,25%, em 2008.

Política de gestão da força de trabalho

- Concursos
 - Entre 2003 e 2008, 143.023 vagas no serviço público foram autorizadas: 88.055 preenchidas.
 - De 2003 a 2007, a média anual foi de 19 mil vagas autorizadas. Em 2008, houve mudança de patamar, com 43.044 autorizadas. Destas, 30.284 (70%) foram para área de educação³, em virtude, especialmente, do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).
 - Das 36.436 vagas autorizadas para substituição de terceirizados de 2003 a 2008, 80% foram para as áreas de educação, previdência e saúde.
- Cargos e funções comissionadas
 - Passaram de 19.887 em 2002 para 21.721, em 2008. A relação entre cargos comissionados e servidores ativos manteve-se estável no período: de 4,09 comissionados para cada 100 servidores, em 2003, para 4,03 em 2008.
 - Mais de 71% dos cargos comissionados são ocupados por servidores de carreira (nov/08).
 - Medidas⁴ restringiram a nomeação de pessoas de fora do quadro de servidores.
- Regularização
 - Desde 2003, governo substitui terceirizados em situação irregular⁵. Em 2007, União e Ministério Público do Trabalho celebraram Termo de Conciliação Judicial para eliminar essa prática até 2010.
 - Até mar/09, foram autorizados concursos para substituir 40,1% dos 12.633 terceirizados remanescentes em situação irregular.



Veja estudos sobre o tema

Força de Trabalho na Administração Pública Federal – www.planejamento.gov.br/secretaria.asp?sec=6 e Comunicado da Presidência nº 19 – Emprego Público no Brasil: Comparação Internacional e Evolução – www.ipea.gov.br.

1. Ativos+inativos e pensionistas.

2. As despesas do Legislativo cresceram 65,5%, e as do Judiciário + Ministério Público, 28,7%.

3. Vagas para professores, técnicos administrativos e analistas em ciência e tecnologia, para ampliação de ensino profissional e universidades.

4. Decreto 5.497/05 restringiu para 25% a ocupação de cargos em comissão por não servidores públicos para cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) de níveis 1, 2 3, e para 50% para DAS 4 e PL 3.429/08, que cria as Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE), privativas de servidores públicos.

5. Pessoal terceirizado só deve trabalhar em atividades de apoio, como vigilância, conservação ou suporte de informática.

BRASIL DIGITAL

TV Digital avança e está disponível para 65% da população

O Sistema Brasileiro de TV Digital está implantado em 18 cidades brasileiras. Iniciado em dez/07, em São Paulo, o sistema adotado pelo Brasil une o modelo japonês à tecnologia brasileira de interatividade, proporcionada pelo sistema Ginga, desenvolvido por instituições brasileiras. Entre as características desse modelo estão, além da imagem em alta definição e da qualidade de som, a portabilidade e a mobilidade¹.

TV aberta e gratuita em todo o Brasil

- O sinal digital já está implantado em 18 cidades: Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Campinas (SP), Campo Grande (MS), Cuiabá (MT), Curitiba (PR), Florianópolis (SC), Goiânia (GO), Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro, Salvador (BA), Santos (SP), São José do Rio Preto (SP), São Paulo, Teresina (PI), Uberlândia (MG), Vitória (ES) e Fortaleza (CE).
- O processo de implantação, previsto para finalizar em 2013, está adiantado em um ano e meio.
- Até o início de 2010, a TV Digital oferecerá ao cidadão serviços como marcar consultas pelo SUS, declarar Imposto de Renda, agendar perícias no INSS e fazer matrículas em escolas públicas.

Interesse latino-americano

- A TV Digital nipo-brasileira tem despertado o interesse de países vizinhos. Já obteve adesão do Peru e sua adoção está sendo discutida pelos governos do Chile, Equador, Argentina, Venezuela e Cuba.
- Essa integração facilitará o intercâmbio de programas televisivos e o desenvolvimento de tecnologia própria.

Inclusão Digital

- Lançada consulta pública do Projeto Nacional de Apoio a Telecentros, que visa ampliar a rede de telecentros no País: perspectiva de implantação de três mil novas unidades e fortalecimento cerca de dez mil já existentes.
- Ao todo, serão distribuídos 40 mil computadores e sete mil conexões à internet em banda larga. Será criada uma rede de formação para capacitar 24 mil monitores e serão concedidas bolsas para oito mil monitores. Estima-se beneficiar de seis a oito milhões de pessoas.
- Três documentos estão abertos à sociedade para receber sugestões até 29mai/09: proposta preliminar do projeto; minuta de chamada para adesão de telecentros; e minuta de edital para seleção de entidades que capacitarão monitores.
- A consulta está disponível em: www.governoeletronico.gov.br/consulta-publica.

Mais informações: www.mc.gov.br e www.inclusaodigital.gov.br.

1. Possibilidade de captar sinal em aparelhos portáteis e móveis como computadores e celulares.

ACESSO A INFORMAÇÕES PÚBLICAS

Transparência e ética

Três iniciativas do Governo Federal que regulamentam e implementam o acesso a informações públicas – um direito constitucional – foram lançadas em 13mai/09: Projeto de Lei que normatiza o acesso; portal Memórias Reveladas; e chamamento para entrega de acervos particulares aos arquivos públicos. Além de promover a ética e a transparência no setor público, essas ações representam instrumentos de modernização do Estado e de consolidação da democracia no Brasil.

Projeto de Lei nº 5.228/09

- Regula a gestão das informações públicas e o acesso dos cidadãos a elas. Enviado ao Congresso Nacional em 13mai/09. Prevê:
 - Obrigatoriedade de publicação de informações sobre gestão, programas, projetos, metas, indicadores, licitações, contratos e prestação de contas dos governos federal, estaduais e municipais.
 - Criação de uma Comissão de Reavaliação de Informações que decidirá sobre o tratamento e a classificação de informações sigilosas.
 - Novas regras de sigilo – a classificação de informação como sigilosa deverá ser fundamentada.
 - Diminuição dos prazos para que as informações sejam consideradas restritas e criação de dispositivos de avaliação constante das razões que justificaram tais restrições, que pode aumentar o prazo de sigilo, com exceção dos casos de violação de direitos humanos.
 - Utilização obrigatória da internet como meio de divulgação das informações públicas, com acessibilidade a pessoas com deficiência.
- Com a aprovação dessa lei, o Brasil passará a integrar o conjunto de mais de 70 nações que possuem legislação específica para garantir ao cidadão o acesso à informação¹.

Memórias Reveladas

- O portal “Memórias Reveladas – Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985)” disponibiliza informações contidas nos registros documentais sobre as lutas políticas no Brasil, no período de 1964 a 1985. Coordenado pelo Arquivo Nacional, em rede com aproximadamente 40 instituições, oferece a todo cidadão um banco de dados na internet: www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br.
- Também estão previstas atividades como concurso de monografias, exposições, palestras, seminários, publicações virtuais, material didático para escolas e intercâmbio de pesquisadores.

Chamada pública

- Anunciados edital e chamada pública para que toda a população contribua com o Arquivo Nacional.
- Todos os cidadãos poderão entregar acervos particulares relativos ao período da ditadura militar brasileira e de informações referentes a falecimentos ou possível localização de corpos de desaparecidos políticos, com a garantia do anonimato.

Artigo 5º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

XXXIII – todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

1. Segundo relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco, divulgado em 2008.

DIVERSIDADE E CIDADANIA

Plano garante o exercício pleno da cidadania à população LGBT

Lançado em 14mai/09, o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) é resultado dos esforços conjuntos do Governo Federal e da sociedade civil. O Plano contém diretrizes e ações baseadas nas propostas da 1ª Conferência Nacional LGBT¹ e visa assegurar respeito e igualdade de direitos a esse segmento.

O Plano

- Orientará a elaboração de políticas públicas de curto e médio prazo voltadas à inclusão social e ao combate às desigualdades.
- Divide-se em dois eixos estratégicos:
 - Promoção da informação, sensibilização e mobilização.
 - Estabelecimento de cooperação federativa e internacional, articulação com outros poderes e fortalecimento de redes sociais na gestão da política LGBT.
- Contempla reivindicações históricas do movimento LGBT, tais como:
 - Reconhecimento dos direitos civis de casais homossexuais, equiparando-os aos já garantidos aos heterossexuais.
 - Fim da perseguição e criminalização de militares homossexuais.
 - Produção de material didático para orientar professores.
 - Articulação de uma rede nacional de combate à homofobia, lesbofobia e transfobia.
 - Estímulo ao turismo LGBT.
 - Encaminhamento de mulheres transexuais e travestis condenadas para presídios femininos.
 - Modificação da legislação do imposto de renda para que parceiros do mesmo sexo possam ser incluídos como dependentes.
- O Governo Federal também se compromete a apoiar iniciativas legislativas que tramitam no Congresso Nacional e tratam dos direitos da população LGBT e a criar e implementar, por meio de lei, um fundo nacional de combate à discriminação homofóbica.
- Cada ação prevista no plano tem prazo para execução – entre 2009 e 2011 – e um órgão responsável por seu encaminhamento.
- O monitoramento será feito por grupo de trabalho interministerial permanente, que ainda será criado, coordenado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

Mais informações: www.mj.gov.br/sedh/homofobia/planolgbt.pdf.

Artigo 3º, Inciso IV, da Constituição Federal

Artigo 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

[...]

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

1. Realizada em jun/08.

EXPORTAÇÕES

Saldo da balança comercial dobra em abril

Apesar da retração da demanda mundial, as exportações totalizaram US\$ 12,3 bilhões em abr/09 (crescimento de 4,3% em relação a mar/09). Já as importações, de US\$ 8,6 bilhões, apresentaram queda de 14,2%. O resultado foi um saldo comercial de US\$ 3,7 bilhões, 109% maior que o do mês anterior e 113% maior em relação a abr/08.

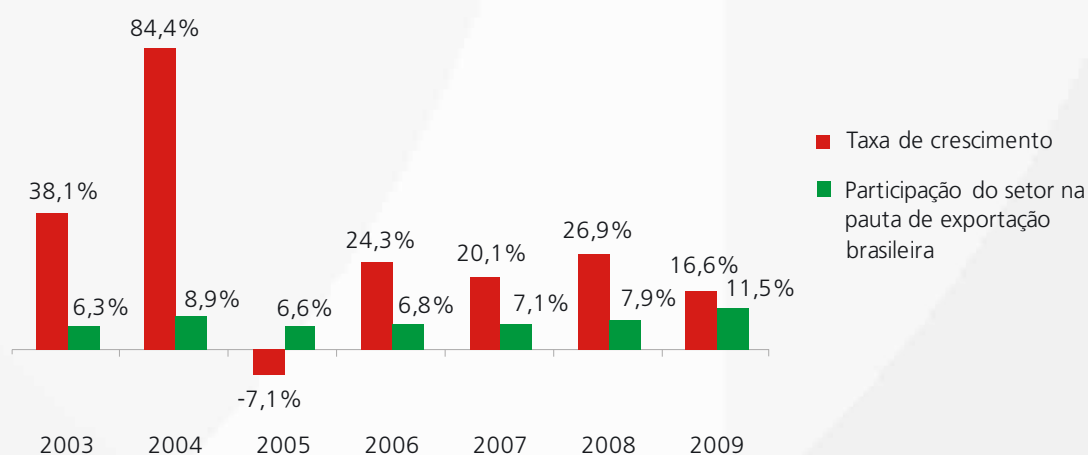
China passa a ser o principal mercado de destino das exportações brasileiras

- Volume exportado para o país asiático chegou a US\$ 5,6 bilhões de jan-abr/09, ultrapassando os EUA (US\$ 4,9 bi). As exportações de minério de ferro, soja em grãos, celulose e siderúrgicos contribuíram para elevar em 78,8% as exportações para o mercado chinês em relação ao mesmo período do ano anterior.
- De jan-abr/09, as exportações brasileiras cresceram para a Ásia (US\$ 10,8 bilhões, crescimento de 26,7% em relação a jan-abr/08) e para a África (US\$ 2,7 bilhões e crescimento de 3,6%). Apresentaram retração as vendas para o Mercosul (-40,1%), EUA (-35,3%) e União Europeia (-23,9%), mercados tradicionalmente compradores de manufaturas brasileiras.

Exportações da agricultura e pecuária

- As exportações do setor de Agricultura, Pecuária e Serviços Relacionados cresceram (período de jan-mar), em média, 26,7% por ano, de 2003 (US\$ 1,5 bilhão) a 2009 (US\$ 3,6 bilhões). A participação do setor no total das exportações brasileiras foi de 11,5% no 1º trim/09 e cresceu 16,6% em relação ao mesmo período de 2008.
- Os produtos mais exportados no 1º trim/09 foram soja, café em grão, milho em grão e fumo não-manufaturado. Os principais destinos do setor foram China (15,6% de participação), Países Baixos (9%) e Alemanha (8,1%).

Taxa de crescimento das exportações brasileiras de Agricultura, Pecuária e Serviços Relacionados e participação do setor na pauta exportadora – 1º trim/03 a 2009



Fonte: Secex/MDIC. Elaboração Apex-Brasil.

Mais informações: www.apexbrasil.com.br e www.desenvolvimento.gov.br.

FOME ZERO

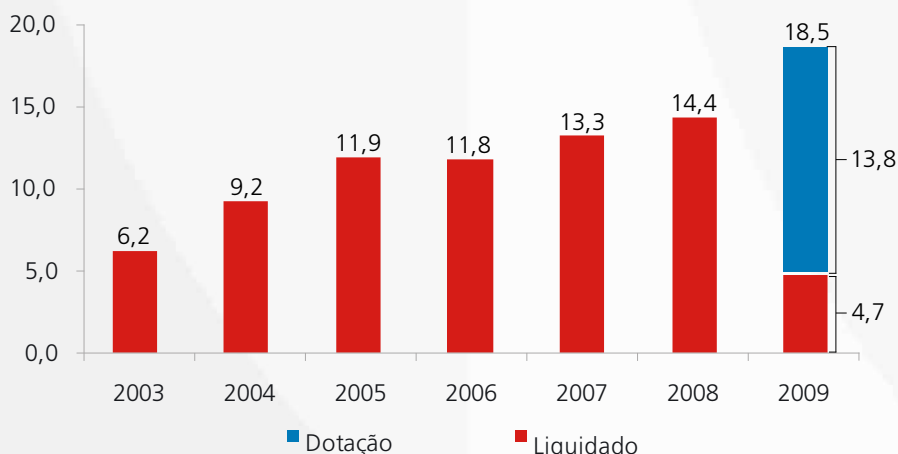
Garantia de acesso aos alimentos com qualidade e ampliação na geração de emprego

Municípios, estados e entidades em todo o País podem participar dos editais públicos e convênios do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Foram publicados, em abr/09, seis editais com foco na segurança alimentar e nutricional, nas áreas de agricultura familiar, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, cisternas, educação alimentar e nutricional, povos e comunidades tradicionais, e agricultura urbana. Estão previstos investimentos de R\$ 704 milhões em ações de segurança alimentar este ano. Propostas devem ser entregues até 25mai/09. Informações em: www.mds.gov.br/editais/san2009.

Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil é lei

- A Lei 11.346, de 15set/06, instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
- Integram o Sistema as conferências nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN); o Conselho Nacional de SAN (Consea), instância de controle social; a Câmara Interministerial de SAN (Caisan), com representantes de 19 ministérios e secretarias especiais; e os órgãos de SAN da União, dos estados, Distrito Federal e dos municípios.
- Política de SAN aumentou o acesso a alimentos e contribuiu para reduzir a desnutrição: da fome e garantia de acesso de alimentos:
 - Em 2002, 34,2 milhões de pessoas tinham renda menor que $\frac{1}{4}$ do salário mínimo por mês. Em 2007, eram 20,8 milhões. A expansão de políticas sociais contribuiu para reduzir a miséria.
 - Desnutrição infantil: em 2002, atingia 12,5% das crianças com menos de 5 anos. Em 2008, são 4,8%.
 - Entre 1996 e 2007 a desnutrição caiu bem mais rápido do que nas décadas anteriores. Estudo¹ atribui 22% da queda do período ao melhor poder aquisitivo obtido, em parte, com a forte expansão de programas de transferência de renda.

Evolução de investimentos na estratégia Fome Zero 2003-2009 (em R\$ bilhões)



O investimento acumulado desde janeiro de 2003 totaliza R\$ 71,4 bilhões

De 2003 a 2008 houve acréscimo de 132% nos investimentos

Acesso à alimentação, fortalecimento da agricultura familiar e geração de renda

O Fome Zero garante o direito humano à alimentação adequada por meio da promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, da inclusão social e da conquista da cidadania. É composto por ações e programas integrados e articulados pelo Governo Federal com estados, municípios e sociedade civil. O programa desenvolve ações para garantir acesso à alimentação, fortalecer a agricultura familiar, promover a geração de renda; para isso, articula parcerias com governos, empresas e entidades da sociedade civil. **Mais informações:** www.fomezero.gov.br.



1. Estudo da USP disponível em: www.scielo.br/pdf/rsp/v43n1/498.pdf.

G-20 FINANCEIRO

Mudança na ordem internacional com participação dos emergentes

Governantes das maiores economias do mundo, reunidos em Londres (2abr/09), definem medidas para conter a crise econômica internacional. O G-20 tornou-se o foro central para o enfrentamento da crise e expressa uma mudança na ordem internacional, com peso crescente de países emergentes, como o Brasil. Veja a seguir os compromissos assumidos.

Restaurar o crescimento e a geração de empregos, com supervisão e regulação financeiras

- Manter políticas fiscais anticíclicas e estímulos monetários apropriados à realidade dos países, recuperar o mercado de crédito, restaurar o fluxo internacional de capitais, garantir a sustentabilidade fiscal no longo prazo e agir coordenadamente, rejeitando o recurso a desvalorizações artificiais da moeda e ao protecionismo.
- Restaurar a solidez do sistema financeiro, por meio de cooperação internacional mais consistente e sistemática, reforço à regulação e à supervisão dos mercados, aumento da integridade e transparência do sistema financeiro e desenvolvimento de mecanismos de prevenção e propagação de crises.

Reforçar as instituições financeiras internacionais

- Aporte de capital de US\$ 850 bilhões para as instituições financeiras globais.
- FMI terá aumento de US\$ 250 bilhões em financiamento dos membros.
- Mecanismo NAB¹ terá aumento até US\$ 500 bilhões.
- Emissão de US\$ 250 bilhões em direitos especiais de saque.
- Aumento da capacidade de crédito dos bancos multilaterais em US\$ 100 bilhões.
- Governança: revisão de cotas do FMI a ser completada até jan/11; reforma do Banco Mundial até 2010.

Resistir ao protecionismo e promover comércio e investimentos

- Assegurar disponibilidade de pelo menos US\$ 250 bilhões nos próximos dois anos para crédito à exportação e para agências de investimento.
- Evitar novas barreiras comerciais e medidas protecionistas.

Assegurar retomada justa e sustentável do crescimento

- Reafirmado compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, com aporte de US\$ 50 bilhões para proteção social, apoio comercial e salvaguardas a países de baixa renda.
- Investimentos em segurança alimentar e contribuições bilaterais voluntárias; destinados US\$ 6 bilhões a mais em recursos para empréstimos subsidiados.
- Revisão da Estrutura de Sustentabilidade da Dívida², que afeta diretamente países mais pobres.

Composição e origem do G-20

A missão do grupo dos 20 ministros da Fazenda e presidentes de bancos centrais, criado em 1999, é buscar políticas conjuntas para garantir estabilidade financeira. Além dos membros do G-7/G-8 (Alemanha, Canadá, EUA, França, Itália, Japão, Reino Unido e Rússia), reúne economias emergentes: Brasil, África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, China, Coreia, Índia, Indonésia, México, Turquia, bem como a União Européia. Desde nov/08, tem-se reunido em nível de chefes de Estado e de Governo, conforme o Brasil vinha defendendo. **Mais informações: www.g20.org.**

1. NAB: Novo Arranjo para Empréstimos (*New Arrangement to Borrow*). Acordos de crédito entre o FMI e grupo de países-membros para prover o Fundo com recursos complementares.

2. Orienta decisões de tomada de empréstimos por países de renda baixa, por meio do cálculo de sustentabilidade de suas dívidas.

GRIPE INFLUENZA A (H1N1)

Brasil preparado para prevenir e conter a Influenza A (H1N1)

Instalado Gabinete Permanente de Emergência no Ministério da Saúde, em articulação direta com secretarias estaduais de saúde. Informações e orientações aos cidadãos sobre a doença são veiculadas por meio de: Disque Saúde (0800 61 1997); portal www.saude.gov.br; emissoras de rádio e TV; jornais de grande circulação e em aeroportos, mediante comunicação por circuitos internos, panfletos e avisos sonoros.

Plano brasileiro para enfrentamento da pandemia

- País conta com Sistema Nacional de Vigilância da *Influenza*, para monitorar circulação do vírus e ocorrência de casos em seu território.
- Plano Brasileiro de Preparação para uma Pandemia de *Influenza*, elaborado em abr/06 em razão da gripe aviária, foi atualizado em 5mai/09. Inclusão do Protocolo de Procedimentos para o Manejo de Casos e Contatos de *Influenza A (H1N1)*. Prevê:
- Ações de vigilância epidemiológica da *Influenza* humana e animal; organização da assistência; aquisição de estoque estratégico de antivirais; investimentos para produção nacional de vacina; informação e comunicação; defesa civil; ações em portos, aeroportos e fronteiras; atribuições dos três níveis de governo.

Medidas adotadas

- Gabinete Permanente de Emergência de Saúde Pública (GPESP) do Ministério da Saúde: instituído em abr/09 para monitorar situação e indicar medidas adequadas ao País.
- Todas as secretarias estaduais de saúde acionadas para intensificar processo de monitoramento e detecção de casos suspeitos de doenças respiratórias agudas.
- Estrutura: disponibilizados cerca de 800 leitos em 54 hospitais de referência nas 27 unidades da Federação, com respeito a parâmetros exigidos pela OMS, tais como: área de isolamento, equipamentos de proteção individuais para acompanhamento, exames e tratamento dos casos.
- Definido tratamento, com utilização do medicamento antiviral fosfato de *oseltamivir*, usado apenas em pacientes com sintomas clínicos da doença.
 - Estoque estratégico de medicamento para uso imediato no Brasil: 12.500 tratamentos para adultos e crianças. Está em processamento a importação de mais 800 mil. Ministério da Saúde dispõe ainda de matéria-prima para nove milhões de tratamentos.

Orientações para os cidadãos

- Em distribuição na rede pública de atendimento em saúde: três milhões de panfletos e 400 mil cartazes; outros 3,3 milhões de panfletos distribuídos em aeroportos.
- Passageiros de voos internacionais devem preencher Declaração de Bagagem Acompanhada, a ser retida pela Anvisa como fonte de contato, se for detectado caso suspeito na mesma aeronave.
- Casos suspeitos de contágio devem ser isolados e acompanhados.

Alerta

Cidadãos que tiveram contato com pacientes e viajantes procedentes de países com casos comprovados da doença, e que apresentarem, em até dez dias, febre alta repentina (maior que 38°C) e tosse, acompanhadas de dor de cabeça, dores musculares e nas articulações ou dificuldade respiratória, devem procurar assistência médica. Ninguém deve tomar medicamento sem indicação médica. A automedicação pode mascarar sintomas, retardar o diagnóstico e até causar resistência ao vírus. **Mais informações:** portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/influenza_a_h1n1_protocolo_tratamento.pdf.

JUSTIÇA PARA TODOS

II Pacto Republicano: esforço conjunto pela democratização da Justiça

Representantes dos três poderes firmaram, em 13abr/09, o compromisso de promover um sistema de justiça mais acessível, ágil e efetivo. Entre os objetivos do pacto estão o acesso universal à Justiça, especialmente dos mais necessitados, aprimoramento da prestação de serviços pelos órgãos judiciais e o aperfeiçoamento e fortalecimento das instituições de Estado.

Alguns compromissos firmados no II Pacto Republicano:

- Qualificar os serviços prestados à sociedade: ampliar acesso, dar mais agilidade, informatizar e qualificar agentes e servidores do sistema de Justiça.
- Facilitar acesso dos cidadãos a seus direitos, em especial aos benefícios previdenciários e assistenciais.
- Fortalecer a mediação e a conciliação; ampliar a pacificação social e diminuir o número de novos processos judiciais.
- Ampliar a edição de súmulas administrativas¹ e constituir Câmaras de Conciliação.
- Ampliar cooperação entre os três poderes para intensificar ações de mutirão (monitoramento da execução penal e das prisões provisórias), fortalecer a assistência jurídica aos presos e familiares e promover ações de capacitação e reinserção social.
- Incentivar a aplicação de penas alternativas.
- Aperfeiçoar o Programa de Proteção à Vítima e à Testemunha.
- Apoiar ações de órgãos de controle interno e ouvidorias judiciárias, com maior transparência e participação social.
- Fortalecer o exercício do direito fundamental à ampla defesa e da advocacia.
- Priorizar proposições legislativas relacionadas aos temas do Pacto.

Defensoria Pública moderniza sistemas e garante plantão nos tribunais superiores

- Desde abr/09, a Defensoria Pública da União (DPU) de Categoria Especial² atende ao público em plantão no Superior Tribunal de Justiça (STJ), Superior Tribunal Militar (STM), Tribunal Superior do Trabalho (TST) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O serviço está disponível, em dias da semana, das 19h às 8h30 do dia seguinte, e durante 24h dos sábados, domingos e feriados. O plantão de atendimento se dá por meio do telefone (61) 9308 7097.
- Em 2008 foram atendidas 507.301 demandas na DPU, em processos judiciais na esfera federal – aumento de quase 60% em relação a 2005. Ações de ampliação e fortalecimento da DPU beneficiaram diretamente aqueles que não têm condições de pagar advogado para defender os seus direitos na Justiça.

I Pacto Republicano

Assinado em 15dez/04, alcançou, como resultados concretos, a instalação do Conselho Nacional de Justiça; criação da Súmula Impeditiva de Recursos³; reforma do Código de Processo Penal; simplificação na execução de sentenças; processamento de separação, divórcio, partilha e inventário em cartório e instituição de processos judiciais virtuais. **Mais informações: www.mj.gov.br/data/Pages/MJBB93AF25PTBRIE.htm.**

1. Decisões de órgãos superiores (AGU, tribunais superiores e outros) que obrigam os órgãos vinculados a seguirem determinadas orientações. Exemplo: incidência de correção monetária sobre parcelas atrasadas de benefícios previdenciários (Súmula 28/AGU).

2. Que atua somente junto aos tribunais superiores.

3. Obriga aos juizes impedir o prosseguimento de recursos caso estejam em desacordo com entendimento já consolidado pelo STF ou pelos tribunais superiores sobre o tema.

PLANO DE SOCIOBIODIVERSIDADE

Crédito, comercialização e assistência técnica para comunidades rurais do Norte

O Plano de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade¹, lançado em 27abr/09, em Manaus (AM), tem por objetivo promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade. Medidas oferecem alternativas de geração de renda para as comunidades rurais da Região Norte, por meio do acesso a políticas de crédito, comercialização, assistência técnica e infraestrutura.

Plano garante alternativas de geração de renda para comunidades rurais

- Oferece melhores condições de comercialização da produção extrativista, assegurando preços mínimos, acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).
- Iniciado com atuação em três das mais importantes cadeias do extrativismo: castanha-do-Brasil², babaçu e borracha.
 - Castanha: concentrada na Amazônia, que responde por 75% da produção mundial e exporta 95% da sua safra.
 - Os babaçuais estão plantados em 11 estados³ (nas zonas de transição entre Amazônia, Cerrado e Caatinga) e envolvem direta e indiretamente mais de um milhão de famílias.
 - Borracha natural: atualmente, a extração de seringa na Amazônia envolve de cinco a dez mil famílias, no Acre e Amazonas⁴.
- Realizou, já no seu lançamento, as primeiras operações de PGPM Bio⁵ – pagamento de prêmios (subvenção) e/ou aquisições de produtos da sociobiodiversidade.
- Até mai/09, foram pagos R\$ 31,2 mil referentes à comercialização de 23 toneladas de castanha-do-Brasil, 12 toneladas de babaçu e 37 toneladas de borracha, beneficiando 157 famílias. O total dos recursos orçamentários para 2009 é de aproximadamente R\$ 40 milhões.
- Entre as próximas ações: mutirões para emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) nos estados do Norte e Nordeste⁶ e *workshop* da castanha-do-Brasil⁷ e do babaçu.

Identidade e integração pela sociobiodiversidade

A cadeia produtiva da sociobiodiversidade é um sistema integrado e harmônico que garante a identidade cultural e a incorporação de valores e saberes locais dos povos e das comunidades tradicionais e de agricultores familiares. É constituída por atores interdependentes e por uma sucessão de processos de educação, pesquisa, manejo, produção, beneficiamento, distribuição, comercialização e consumo de produtos e serviços da sociobiodiversidade. **Mais informações: www.mda.gov.br e www.mma.gov.br.**

1. Relação entre bens e serviços gerados a partir de recursos naturais, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse de povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares.

2. Antes denominada castanha-do-Pará.

3. MA, PI, TO, PA, CE, BA, MG, GO, MT, RR e AM.

4. Departamento de Extrativismo/Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável/MMA (DEX,2008).

5. Política de Garantia de Preços Mínimos de Produtos da Biodiversidade.

6. Iniciados em mai/09.

7. De 15 a 17jun/09, em Brasília.

PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS

VivaVoz – uma boa conversa pode ser um bom começo

O VivaVoz – Serviço Nacional de Informações e Orientações sobre Prevenção ao Uso de Drogas é uma central telefônica em funcionamento desde jun/05. O atendimento pelo telefone **0800 510 0015** está disponível à população em geral e funciona de 2ª a 6ª feira, das 8h às 24h. A ligação é gratuita e o atendimento é sigiloso. A pessoa não precisa se identificar. É uma parceria da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad) com a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA). Site: psicoativas.ufcspa.edu.br/vivavoz/index.php.

Atuação do VivaVoz

- Indica locais para tratamento.
- Oferece aconselhamento para pessoas que usam drogas e para seus familiares, por meio de intervenção breve.
- Presta informações científicas sobre drogas.
- Disponibiliza publicações informativas produzidas pela Senad.

Perfil do público do VivaVoz

- Cerca de 50% das ligações são de usuários de drogas lícitas (cigarro e bebida alcoólica) ou ilícitas e as demais são de parentes procurando ajuda ou usuários que se identificam como parente.
- 35% apresentam renda mensal até cinco salários mínimos.
- Mais de 50% são pessoas com idade média de 30 anos.
- A maioria das ligações é do DF, RS, SC e TO.
- Atende cerca de 36 mil ligações/ano e três mil ligações/mês.

Recursos para a prevenção

- A implementação e a execução de ações, programas e atividades de prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social de dependentes de substâncias psicoativas são financiadas pelo Fundo Nacional Antidrogas (Funad).
- O Fundo é constituído de recursos da União, de doações e de apreensões do tráfico, de abuso e de atividades ilícitas de produção ou comercialização de drogas.
- Em 2008, o Funad arrecadou R\$ 26,8 milhões e, em 2009, até abril, arrecadou R\$ 9,6 milhões.

Ações para prevenir o uso de drogas

A Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad) foi criada em 1998 e tem como missão coordenar as ações de redução da demanda de drogas no Brasil. Atua por meio da articulação e integração entre governo e sociedade, tendo por estratégias a elaboração de diagnósticos situacionais sobre o consumo de drogas e suas consequências; capacitação de atores sociais para trabalhar diretamente com o tema drogas (56 mil capacitações realizadas em cinco anos, previsão de mais 100 mil até 2011) e projetos estratégicos que ampliam o acesso da população às informações, ao conhecimento e aos recursos existentes na comunidade. **Mais informações: www.senad.gov.br.**

RELAÇÃO COM ESTADOS

Mais recursos para aliviar finanças estaduais

Em abr/09, o Governo Federal adotou medidas para apoiar os estados, assegurar seus investimentos e proporcionar condições favoráveis para fortalecer o desenvolvimento econômico e social do País. As ações visam fazer frente à redução nos repasses do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Apoio aos governos estaduais para enfrentamento da crise econômica internacional

- Aberta linha de crédito emergencial do BNDES, no valor de R\$ 4 bilhões, para os 26 estados e para o Distrito Federal assegurarem despesas de capital e garantirem a continuidade dos investimentos¹.
- R\$ 1 bilhão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que seria pago ao longo do ano, foi antecipado para pagamento nos meses de abr–jun/09. Estados beneficiados: AL, BA, CE, MA, PA, PB, PE e PI.
- ZPEs – Zonas de Processamento de Exportação regulamentadas. Conselho Nacional das ZPEs avaliará 15 propostas existentes para criação de novas zonas, apresentadas por estados e municípios. As ZPEs são áreas delimitadas, nas quais empresas que produzem bens preponderantemente destinados à exportação recebem incentivos tributários, cambiais e administrativos.

Compromissos “Mais Amazônia Legal pela Cidadania” e “Mais Nordeste pela Cidadania”

- Governadores da Amazônia Legal² e ministros assinaram o Protocolo “Mais Amazônia Legal pela Cidadania”, no dia 27abr/09, em Manaus.
- Compromisso integra pacto para a redução das desigualdades regionais, que reuniu esforços também dos governadores do Nordeste e cujo protocolo foi firmado em 24mar/09, com metas específicas para cada estado.
- Metas até 2010:
 - Erradicar o sub-registro civil de nascimento;
 - Reduzir em 5% ao ano a taxa de mortalidade infantil e neonatal;
 - Garantir e aumentar a oferta de cursos de alfabetização de jovens, adultos e idosos;
 - Ampliar a assistência técnica e a extensão rural para agricultores familiares;
 - Promover a regularização fundiária de glebas federais em 436 municípios da Amazônia Legal.

Fundo promove equilíbrio socioeconômico

A Constituição Federal de 1988 determina que 21,5% da receita arrecadada com IR e IPI sejam repassados pela União aos estados e ao DF. Entre os principais mecanismos de distribuição está o FPE. Os índices do rateio são calculados pelo TCU, utilizando como fatores a população e o universo da renda *per capita*. Em 2003, foram repassados R\$ 18,5 bilhões e, em 2008, R\$ 38,3 bilhões. **Mais informações:** www.portalfederativo.gov.br.

1. A linha de crédito tem o objetivo de cobrir despesas com investimentos, sendo proibido o uso do empréstimo para custear a manutenção da máquina pública, como pagamentos de servidores e de materiais de consumo.

2. Estados do AC, AM, AP, MA, MT, PA, RO, RR e TO.

RELAÇÃO COM MUNICÍPIOS

Ajuda aos municípios para reduzir efeitos da crise mundial

Governo Federal adota medidas para ajudar os municípios brasileiros a superar as dificuldades impostas pela crise econômica internacional. Por meio de repasses compensatórios ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), de acesso facilitado aos recursos dos convênios federais, do plano habitacional “Minha Casa, Minha Vida” e do PAC, o governo assegura condições à manutenção do investimento público.

Mais recursos para o FPM

- O Governo Federal comprometeu-se a assegurar o repasse de recursos do fundo em 2009 em igual montante ao distribuído em 2008, quando bateu recorde histórico de R\$ 51,3 bilhões – alta de 27% em relação a 2007.
- Os municípios receberão, mensalmente, valor equivalente à diferença entre o repasse de 2008 e o efetuado em 2009, a título de crédito especial. Os recursos serão entregues na forma fixada pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, até o 15º dia útil de cada mês. O valor para cada ente será calculado pelo Banco do Brasil e creditado em conta bancária específica criada para a finalidade.
- Em mai/09, será repassado R\$ 1 bilhão, já aprovado pelo Congresso Nacional (6mai/09)¹, relativo às perdas de jan-mar/09.

Parcelamento das dívidas com o INSS

- Edição da MP 457/09 (em tramitação na Câmara dos Deputados) possibilitará aos municípios parcelarem em até 240 meses as suas dívidas com a Previdência Social.
- Decreto 6.804/09 regula o programa de repactuação fiscal, permitindo que municípios devedores possam regularizar situação junto à União, que emitirá a Certidão Negativa de Débito (CND). Sem o documento, municípios ficam impedidos de receber transferências voluntárias.

Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2010

- Encaminhado ao Congresso Nacional projeto de lei sobre elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010², facilitando o repasse de recursos para os municípios.
- Proposta diminui as contrapartidas exigidas dos municípios pela Lei de Responsabilidade Fiscal no caso de Consórcios Públicos, obras do PAC, Plano Amazônia Sustentável (PAS), Territórios da Cidadania, entre outros.
- Além disso, permite a contrapartida não-financeira (em bens ou serviços), ou mesmo a não exigência de contrapartida, em caso de destinação de recursos para realização de ações de competência exclusiva da União.

Fundo promove o equilíbrio socioeconômico entre os municípios

O Fundo de Participação dos Municípios é uma transferência constitucional de recursos compostos de 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados. Representa um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais. A distribuição dos recursos aos municípios é feita de acordo com o número de habitantes. Do total de recursos, 10% são destinados às capitais, 86,4% aos demais municípios e 3,6% ao fundo de reserva para municípios com menos de 142.633 habitantes, excluídas as capitais. **Mais informações: www.portalfederativo.gov.br.**

1. PLN 08/09.
2. PLN 07/09.

Versão eletrônica:



www.presidencia.gov.br ou **www.brasil.gov.br**

Para receber DESTAQUES por correio eletrônico, mande uma mensagem para:
destaques.secom@planalto.gov.br com a palavra "incluir" no campo assunto.

4

**BIBLIOTECA: ARTIGOS,
DISCURSOS E PESQUISAS**

ESTÍMULO À PRODUÇÃO

Novas medidas ampliam desonerações e crédito e estimulam a produção

Veja aqui a relação de medidas propostas pelo Governo Federal e aprovadas pelo Poder Legislativo para sustentar o desenvolvimento econômico e fortalecer a economia do País. Na primeira parte, constam as medidas adotadas em 2008 e 2009 para enfrentamento dos efeitos da crise financeira internacional. Na segunda, o elenco de medidas adotadas desde 2003 para melhorar o ambiente de negócios, reduzir a burocracia e ampliar o crédito. Na terceira, as medidas em tramitação.

1 – Medidas para enfrentar a crise financeira internacional

I – Desonerações

- Redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para produtos da linha branca (17abr/09) e aumento do IPI sobre cigarros, visando compensar perda de receitas (30mar/09).
- Redução do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e do PIS/Cofins no financiamento de motocicletas (30mar/09).
- Desoneração do IPI para materiais de construção (30mar/09).
- Redução temporária¹ total da alíquota do IPI sobre carros populares e de 50% sobre carros de 1mil a 2 mil cc. Desoneração estimada: R\$ 1 bilhão (11dez/08).
- Novas alíquotas do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (de 7,5% e de 22,5%) e reajuste de 4,5% nas faixas salariais. Total: R\$ 4,9 bilhões (11dez/08).
- Redução de IOF sobre crédito geral ao consumidor, de 0,0081% ao dia para 0,0041% ao dia. Total: R\$ 2,5 bilhões (11dez/08).
- Redução do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) em 1,5% para aplicação de capital estrangeiro em renda fixa (out/08), além de redução para crédito direto a pessoa física (11dez/08).
- Redução de IOF sobre operações de crédito, câmbio e seguro e relativas a títulos e valores mobiliários para estimular oferta de moeda estrangeira (Decreto 6.613/08).
- De 2004 a 2009, desonerações tributárias líquidas estimadas em R\$ 74,2 bilhões.

II – Medidas para melhorar a liquidez e o ambiente de negócios

- Fundo Garantidor de Crédito: melhoria das condições de modo a ajudar os bancos pequenos e médios (23abr/09).
- Mercado Cambial: realizados leilões de linha de câmbio para fornecer liquidez ao mercado. US\$ 25 bilhões líquidos injetados no sistema bancário até 4mai/09.
- Redução dos depósitos compulsórios bancários (out/08) e agilização das operações entre bancos.
- Lei 11.908/09 amplia acesso a moedas livremente conversíveis no mercado internacional; *swaps*² de moeda com outros bancos centrais (US\$ 30 bilhões com o FED³).
- Autorização ao Banco Central para disponibilizar parte das reservas internacionais na ampliação das fontes de financiamento de empresas brasileiras no exterior (Lei 11.882/09, Resoluções CMN 3.672/08 e 3.689/09).
- Autorização ao BB e Caixa para constituir subsidiárias e adquirir participação em instituições financeiras (Lei 11.908/09).
- Mudança na linha de redesconto⁴ permitiu concessão de empréstimos em moeda estrangeira lastreados em garantias também em moeda estrangeira; aumentou prazo para liquidação de contratos de câmbio de exportação; facilitou acesso das instituições com dificuldades de liquidez a recursos do Banco Central (out/08).

1. Período ampliado a 30jun/09.

2. *Swap* é um acordo para trocar fluxos de caixa no futuro.

3. FED: Federal Reserve – o Banco Central Americano.

4. Créditos de emergência do Banco Central.

ESTÍMULO À PRODUÇÃO

- Autorização de empréstimos em moeda estrangeira para pagamento de obrigações próprias de empresas e instituições financeiras brasileiras (Lei 11.882/08). Medida em fase de sanção/veto presidencial.
- Mudança na forma de recolhimento de compulsório sobre depósitos a prazo (Circulares BCB 3.407/08, 3.411/08, 3.414/08, 3.417/08, 3.421/08 e 3.427/08).
- Suspensão da exigência de Certidão Negativa de Débito (CND) por seis meses, para empréstimo nos bancos públicos (MP 451/08).

III – Incentivo à produção e ao investimento

- Fundo Garantidor da Indústria Naval: ampliação do volume de recursos de R\$ 1 bilhão para R\$ 5 bilhões (recursos do Tesouro Nacional). Objetivo: garantir o crédito e o desempenho das empresas (13mai09).
- Nova linha de crédito⁵ para garantir a exportação brasileira. BNDES deverá ser o agente operador (13mai09).
- Minha Casa, Minha Vida: subsídio para moradia (R\$ 16 bilhões da União); subsídio do FGTS (R\$ 2,5 bilhões da União e R\$ 7,5 bilhões do FGTS); financiamento à infraestrutura (R\$ 5 bilhões da União), Fundo Garantidor (R\$ 2 bilhões da União), financiamento à cadeia produtiva (R\$ 1 bilhão do BNDES) (25mar/09).
- Incremento do Programa de Investimentos da Petrobras (R\$ 111 bilhões em novos projetos, totalizando R\$ 340,5 bilhões).
- Alteração no Programa Revitaliza⁶, com melhoria das condições de financiamento (13mar/09).
- Seguro-desemprego: duas parcelas a mais a trabalhadores que perderam emprego em setores com maior redução de postos de trabalho (24mar/09).
- Linhas de crédito do BNDES: melhoria das condições de apoio para aquisição de bens de capital da linha Finame (como aumento do financiamento até 100% na compra de bens de capital), ampliação de prazo em linhas de capital de giro PEC e pré-embarque e ampliação de limite por empresa (10fev/09).
- Bolsa Qualificação: nova metodologia para pagamento do programa (fev/09).
- Promoção da competitividade de micro, pequenas e médias empresas, com melhorias nas condições do Cartão BNDES: aumento do limite para R\$ 500 mil, redução de juros e ampliação de prazo de amortização para 48 meses (29jan/09).
- Microempreendedor Individual – MEI: alteração da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e Simples Nacional; instituição da figura do microempreendedor individual – pessoas com rendimento anual até R\$ 36 mil (31dez/08).
- Ampliação do limite de financiamento, via Caixa, para aquisição de material de construção para R\$ 25 mil (nov/08).
- Ampliação do Fundo da Marinha Mercante: mais R\$ 10 bilhões para financiamento da indústria naval (7out/08).

IV – Poupança de longo prazo e ampliação de crédito

- Redução dos juros de linhas de capital de giro, pré-embarque e empréstimo-ponte do BNDES. As linhas são destinadas à concessão de empréstimo-ponte para projetos de infraestrutura. Micro, pequenas e médias empresas não pagam a taxa de intermediação financeira. Limite por empresa: R\$ 200 milhões. Prazo total: 36 meses, sendo 12 de carência (14mai09).
- Redução da meta de superávit primário em 2009: redução de 0,75% na meta da União, que exclui a Petrobras, e de 0,05% na de estados e municípios. Medida permite maior folga para investimentos (15abr/09).
- Recursos adicionais para os municípios: R\$ 1 bilhão (abr/09).

5. Já existe linha no Programa de Financiamento às Exportações (Proex), mas é limitada em US\$ 1,2 bilhão de garantia para crédito à exportação.

6. Programa de Apoio à Revitalização de Empresas, do BNDES.

ESTÍMULO À PRODUÇÃO

- Antecipação das cotas Fundeb para os estados (abr/09).
- Manutenção da TJLP em 6,25% a.a. (abr/09).
- Abertura de crédito adicional para estados: R\$ 4 bilhões no BNDES (17abr/09).
- Aumento dos empréstimos de bancos públicos (ver pág. 45).
- Oferta de linha de R\$ 400 milhões (200 do FAT e 200 do Banco do Brasil) para capital de giro de concessionárias de veículos usados, mediante garantia de manutenção de emprego (3mar/09).
- Mais recursos (R\$ 100 bilhões) para o BNDES e repasse linha de R\$ 5 bilhões do Banco Mundial (MP 453/09, jan/09).
- Crédito ao BNDES até R\$ 3 bilhões destinado a abertura de crédito para capital de giro de empresas contratadas pelos governos Federal, estaduais ou municipais, para execução de obras de infraestrutura do PAC (Lei 11.908/09).
- Recursos de R\$ 4 bilhões do Banco do Brasil para bancos de montadoras (dez/08).
- Destinados R\$ 3 bilhões do Banco do Brasil para capital de giro no setor de autopeças e operação de crédito consignado a financiamento imobiliário (19dez/08).
- Fundo Soberano do Brasil. Objetivos: (I) mais recursos para formar a poupança pública; (II) mitigar efeitos dos ciclos econômicos; (III) promover investimentos em ativos; e (IV) fomentar projetos de interesse estratégico no exterior (18dez/08).
- Linha de financiamento imobiliário, por parte do BB e da Caixa, para servidores públicos da União (até R\$ 4 bilhões de cada instituição, nov/08).
- Linha de capital de giro da Caixa com R\$ 3 bilhões, com recursos da poupança habitacional e garantia da União (out/08).
- Permissão para aplicação até 5% dos depósitos de poupança em operações de capital de giro para construção (out/08).
- Programa Especial de Crédito (PEC) do BNDES: nova linha de crédito para financiar capital de giro de empresas brasileiras. Dotação orçamentária de R\$ 6 bilhões e vigência até 30jun/09.

V – Medidas na área agrícola

- Criação de linha especial de crédito de R\$ 1,3 bilhão para estocagem de álcool (16abr/09).
- Extensão do Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar para operações de investimento do Pronaf a partir da safra 2008/2009. Ampliação do valor financiado pelo Pronaf Comercialização, de R\$ 2 milhões para até R\$ 10 milhões, quando destinado a cooperativas centrais (24abr/09).
- Criação de linhas especiais de crédito para financiamento de capital de giro a agroindústrias, cooperativas agropecuárias e indústrias de máquinas e implementos agrícolas: R\$ 10 bilhões (16abr/09).
- Reajuste de preços mínimos: café e trigo (nova safra); mandioca, milho e feijão (safra 2008/2009), entre outros (abr/09).
- Ampliação do prazo para pagamento e reestruturação do valor de parcelas para o FAT Giro Rural (mar/09).
- Prorrogação até 2020 do prazo para pagamento do Funcafé Dação (jan/09).
- Prodecoop⁷: ampliação dos recursos para R\$ 2 bilhões; permissão para operação de capital de giro não associado a investimento, até R\$ 1 bilhão; limite de crédito de R\$ 20 milhões por cooperativa e de R\$ 40 milhões para cooperativas centrais. Ampliação do limite de crédito de investimento até R\$ 50 milhões por cooperativa (R\$ 100 milhões para centrais), com disponibilização de R\$ 700 milhões (jan/09).
- Restabelecimento do Procapcred⁸ pelo BNDES, para o financiamento de quotas-partes por cooperados vinculados a cooperativas de crédito (jan/09).

7. Prodecoop – Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária.

8. Procapcred – Programa de Capitalização de Cooperativas de Crédito do BNDES.

ESTÍMULO À PRODUÇÃO

- Linha de R\$ 500 milhões para produtores do Centro-Oeste; ampliação do limite de Empréstimos do Governo Federal (EGF), de R\$ 10 milhões para R\$ 20 milhões (nov/08).
- Antecipação de desembolsos do BB e aporte de recursos adicionais de vários fundos (R\$ 5 bilhões); aumento do crédito direcionado com compulsório (de 25% para 30% – mais R\$ 5,5 bilhões) e direcionamento de recursos da poupança rural para agricultura (de 65% para 70% – mais R\$ 2,5 bilhões, out/08).
- Ampliação de prazo para renegociação de dívidas (após a Lei 11.775/2008).

2 – Medidas de 2003 a 2009

I – Para melhorar ambiente de negócios e reduzir a burocracia

- Zonas de Processamento de Exportações – ZPEs: Dec. 6.814/2009 regulamenta a Lei 11.508, de 20 de julho de 2007, e dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das ZPEs.
- Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação – CZPE. Decreto 6.634/08 regulamenta seu funcionamento.
- Setor de Turismo (Lei 11.727/08): medidas tributárias destinadas a estimular investimentos e modernização do setor.
- Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP (Leis 11.774/08 e 11.786/08): incentivos fiscais e creditícios para diversos setores industriais.
- Cadastro Nacional de Empresas – CNE⁹ (nov/08): interligado à Rede Nacional para Simplificação do Registro e Legalização de Empresas e Negócios – Redesim, desobriga empresários individuais e sociedades mercantis a fornecer informações cadastrais a outros órgãos de registro mercantil.
- Lei de Registro e Legalização de Empresas e Redesim (11.598/07): simplifica processo de registro e legalização de empresas.
- Abertura do Mercado de Resseguro (LCp 126/07): possibilita surgimento de companhias privadas ou entrada de resseguradoras estrangeiras.
- Reformulação do Sistema de Normas e Demonstrações Contábeis (Lei 11.638/07, que altera Lei das S/A): faz a convergência das práticas contábeis brasileiras para as normas internacionais de contabilidade – IFRS, aumentando significativamente o grau de responsabilidade dos profissionais que elaboram ou analisam balanços.
- Criação da Receita Federal do Brasil (Lei 11.457/07): unifica arrecadação de tributos federais e contribuições previdenciárias.
- Mais transparência na cobrança de tarifas bancárias e no custo do crédito (Custo Efetivo Total – CET¹⁰). Resoluções CMN 3.516/07, 3.517/07 e 3.518/07: proíbem cobrança de tarifas em serviços essenciais; obrigam instituições financeiras a informar CET; facilitam comparação de custos.
- Implantação do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED e Nota Fiscal Eletrônica (Decreto 6.002/07): menos burocracia e maior controle da arrecadação.
- Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e Simples Nacional (LCp123/06): aprofunda desoneração e simplifica procedimentos de registro e legalização de empresas, compras públicas, inovação tecnológica, acesso à Justiça, entre outros.
- Portabilidade Crédito/Informações Cadastrais (Res. CMN 3.401/06 e Port. 301/06): obriga instituição financeira a fornecer informações e histórico de crédito ao cliente ou a terceiros autorizados. Permite uso das informações em benefício do consumidor.
- Obrigatoriedade da Conta Salário (Res. CMN 3.402/06): reduz custo do cliente por movimentar salário e fomenta concorrência entre instituições bancárias.
- PPP (Lei 11.079/04 e Decretos 5.385/05 e 5.411/05): cria e regulariza normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada.

9. Primeira versão do aplicativo – de início disponível somente para órgãos públicos – lançado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC em 3dez/08.

10. Cálculo que reflete totalidade dos encargos e despesas das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro.

ESTÍMULO À PRODUÇÃO

- Nova Lei de Falências (11.101/05 e LCp 118/05): possibilita rápida alienação de ativos de massa falida, evitando deterioração, sem prejuízo a credores.
- Novo modelo para setor elétrico (Leis 10.847/04, 10.848/04, 10.871/04 e 11.097/05): cria Empresa de Pesquisa Energética; dispõe sobre comercialização; cria carreiras em agências reguladoras e introduz biodiesel na matriz energética.
- Incentivo à Pesquisa e Inovação Tecnológica (Leis 10.973/04 e 11.196/05): facilita cooperação entre instituições tecnológicas e empresas.
- Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial – CNDI (Lei 11.080/04): formulam e promovem políticas ativas de desenvolvimento industrial para geração de empregos.
- Patrimônio de Afetação¹¹ nas Incorporações Imobiliárias (Lei 10.931/04): regime fiduciário simplificado, blinda incorporações imobiliárias contra má gestão ou fraude; confere mais transparência e segurança jurídica.

II – Racionalização do processo judicial e da execução de garantias creditícias

- Súmula impeditiva de recursos (Lei 11.276/06): reforça sistema jurisprudencial; evita recursos de natureza protelatória.
- Execuções de títulos extrajudiciais (Lei 11.382/06): agiliza e previne fraude à execução judicial e elimina possibilidade de embargos protelatórios.
- Execução de sentença judicial (Lei 11.232/05): confere agilidade a cumprimento de sentença condenatória; reduz procedimentos protelatórios.
- Aperfeiçoamento da alienação fiduciária de automóveis (Lei 10.931/04): facilita execução da garantia; reduz nível da depreciação e concorre para ampliar crédito.

III – Incentivo à poupança de longo prazo e ampliação da oferta de crédito

- Juros pré-fixados nos financiamentos do SFH¹² (Lei 11.434/06): elimina obrigatoriedade de aplicação da TR – perfil mais adequado a crédito para fins de securitização e oferece a consumidor contrato com maior previsibilidade.
- Consignado em folha para financiamento imobiliário (Decreto 5.892/06): estende operação de crédito consignado a financiamento imobiliário.
- Isenção de IR na troca de imóveis residenciais (Lei 11.196/05): reduz custo de transação e promove giro e liquidez no mercado.
- Novo regime de tributação da Previdência Complementar (Leis 11.053/04 e 11.196/05): incentiva formação de poupança de longo prazo. Isenta de Imposto de Renda aplicações dos fundos de pensão.
- Cédula de Crédito Bancário¹³, Letra¹⁴ e Cédula de Crédito Imobiliário¹⁵ (Lei 10.931/04): melhoram gestão de risco; são alternativas de capitalização das instituições concedentes de crédito; ampliam volume de recursos ao consumidor.
- Títulos de securitização de créditos originados no agronegócio (Lei 11.076/04): melhoram gestão de risco; são alternativas de captação de recursos privados para setor agropecuário.
- Consignação em folha de pagamento (Lei 10.820/03): minimiza riscos e reduz custos de crédito ao consumidor.

11. Capacidade de responder por obrigações financeiras.

12. Sistema Financeiro de Habitação.

13. Título de crédito emitido por pessoa física ou jurídica, em favor de instituição financeira ou entidade a esta equiparada, representando promessa de pagamento em dinheiro, decorrente de operação de crédito de qualquer modalidade.

14. Lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel, conferindo a seus tomadores direito de crédito pelo valor nominal, juros e, se for o caso, atualização monetária nelas estipulados.

15. Representa os créditos imobiliários.

ESTÍMULO À PRODUÇÃO

3 – Medidas em tramitação no Congresso Nacional

- PL de modernização do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (3.937/04: Câmara dos Deputados – PLC 6/09: Senado Federal): protege interesses de consumidores; reduz prazos e custos administrativos; define papel dos órgãos que atuam sobre o tema.
- PL que cria Fundo de Proteção ao Consumidor de Seguros, Capitalização e Previdência Aberta (3.498/08 – Câmara dos Deputados): protege consumidor de riscos de liquidação e insolvência de companhias ligadas a tais setores.
- PLP Fundo de Catástrofe do Seguro Rural (374/08 – Câmara dos Deputados): autoriza seguradoras privadas a constituir Fundo de Catástrofe para cobertura de operações de seguro rural contra efeitos climáticos.
- PEC da Reforma Tributária (233/08, apensada à 31/07 – Câmara dos Deputados): estabelece nova repartição de recursos e cria IVA Federal e novo ICMS; padroniza alíquotas, elimina cumulatividade e combate guerra fiscal.
- PL de regulamentação de banco de dados de proteção ao crédito – Cadastro Positivo (5.870/05 – Câmara dos Deputados, apensado ao 836/03): permite coleta não apenas de informações “negativas”, mas de “positivas” de empresas/pessoas.
- PL das agências reguladoras (3.337/04, apensado ao 2.057/03 – Câmara dos Deputados): estabilidade para reduzir custos de transação e melhorar ambiente de investimentos.

SIGLAS

<i>Sigla</i>	<i>Significado</i>
Abav	Associação Brasileira de Agências de Viagem
Abdib	Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústria de Base
Abecip	Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança
Abimaq	Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos
ACMA	Associação Cultura e Meio Ambiente
ACS	Agentes Comunitários de Saúde
Aids	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – SIDA (Acquired Immunodeficiency Syndrome – Aids)
Aladi	Associação Latino-Americana de Integração
Anfavea	Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
ANP	Agência Nacional do Petróleo
ANS	Agência Nacional de Saúde
APS	Agência da Previdência Social
Asean	Associação de Nações do Sudeste Asiático
Ater	Assistência Técnica e Extensão Rural
BB	Banco do Brasil
BC	Banco Central do Brasil
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
Bionorte	Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BPW	Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais (International Federation of Business and Professional Women)
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
Caged	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
Caisan	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
Caixa	Caixa Econômica Federal
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
Cefet	Centros Federais de Educação Tecnológica
Ceis	Cadastro de Empresas Inidôneas ou Suspensas
Ceitec	Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S/A
CEOs	Centros de Especialidades Odontológicas
Cetene	Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste
CGEE	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
CGU	Controladoria-Geral da União
Cide	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Ciss	Conferência Interamericana de Seguridade Social
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNEEI	Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena
CNPE	Conselho Nacional de Política Energética
CNPI	Comissão Nacional de Política Indigenista
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos

SIGLAS

<i>Sigla</i>	<i>Significado</i>
Coaf	Conselho de Controle de Atividades Financeiras
COB	Comitê Olímpico Brasileiro
Cofins	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
COI	Comitê Olímpico Internacional
Coiab	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
Conama	Conselho Nacional do Meio Ambiente
Conmetro	Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
Consea	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CSSL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
C,T& I	Ciência, Tecnologia e Inovação
CTPA	Centro Tecnológico para Pesquisas Agropecuárias
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DAS	(Cargos de) Direção e Assessoramento Superior
Dieese	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DNIT	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes
DRS	Desenvolvimento Regional Sustentável
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
EIA/RIMA	Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental
Eletronorte	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FAP	Fundação Estadual de Amparo à Pesquisa
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FED	Federal Reserve – Banco Central norte-americano
Fepi	Fundação Estadual dos Povos Indígenas
FER	Fundo de Equalização de Receitas
FGCN	Fundo de Garantia para a Construção Naval
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FGV	Fundação Getúlio Vargas
Fies	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
Fiesp	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Fifa	Federação Internacional de Futebol
Finame	Financiamento de Máquinas e Equipamentos
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
Finep	Financiadora de Estudos e Projetos
FNDCT	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
FPE	Fundo de Participação dos Estados
FPM	Fundo de Participação dos Municípios

SIGLAS

<i>Sigla</i>	<i>Significado</i>
Funad	Fundo Nacional Antidrogas
Funai	Fundação Nacional do Índio
Funasa	Fundação Nacional de Saúde
Funcafé	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FSA	Fundo Setorial do Audiovisual
GEF	Fundo Global do Meio Ambiente (Global Environment Facility)
Gesac	Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão
GNL	Gás Natural Liquefeito
GSI	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
Ibam	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibram	Instituto Brasileiro de Museus
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDF	Índice de Desenvolvimento da Família
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IGD	Índice de Gestão Descentralizada (do Bolsa Família)
Inca	Instituto Nacional do Câncer
Incrá	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INCT	Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia
Inep	Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Inesc	Instituto Nacional de Estudos Socioeconômicos
Infopesca	Centro para os serviços de informação e assessoramento sobre a comercialização dos produtos pesqueiro na América Latina e Caribe.
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
Inpe	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (Intergovernmental Panel on Climate Change – ONU)
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF	Imposto de Renda Pessoa Física
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
ISS	Imposto Sobre Serviço
ITR	Imposto Territorial Rural
IVA-E	Imposto Sobre o Valor Agregado Estadual
IVA-F	Imposto Sobre o Valor Agregado Federal

SIGLAS

<i>Sigla</i>	<i>Significado</i>
LAB-LD	Laboratório de tecnologia contra a lavagem de dinheiro
LCp	Lei Complementar
Libras	Língua Brasileira de Sinais
LNCC	Laboratório Nacional de Computação Científica
LNNA	Laboratório Nacional de Nanotecnologia para o Agronegócio
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MEC	Ministério da Educação
MinC	Ministério da Cultura
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEI	Micro Empreendedor Individual
MME	Ministério de Minas e Energia
MP	Medida Provisória
MP	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPE	Micros e Pequenas Empresas
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MTur	Ministério do Turismo
NAB	Novo Arranjo para Empréstimos (New Arrangements to Borrow)
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
Oepas	Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária
OGU	Orçamento Geral da União
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
Opas	Organização Panamericana de Saúde
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAP	Plano Agrícola e Pecuário (agricultura empresarial)
PAR	Programa de Arrendamento Residencial
PAS	Plano Amazônia Sustentável
Pasep	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PBMC	Painel Brasileiro sobre Mudança Climática
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDP	Política de Desenvolvimento Produtivo
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PEA	Pontos de Exibição Audiovisual
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PEC/BNDES	Programa Especial de Crédito do BNDES
Pelc	Programa Esporte e Lazer da Cidade
PGPAF	Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos

SIGLAS

<i>Sigla</i>	<i>Significado</i>
PEPMBIO	Política de Garantia de Preços Mínimos de Produtos da Biodiversidade
PIB	Produto Interno Bruto
Pibid	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PIS	Programa de Integração Social
PITCE	Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior
PL	Projeto de Lei
PLP	Projeto de Lei Complementar
PlanseQBF	Plano Setorial de Qualificação Profissional Bolsa Família
PME	Pesquisa Mensal do Emprego
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNDTR	Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PNE	Plano Nacional Estratégico
PNM	Política Nacional de Museus
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PNMPO	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	Parceria Público-Privada
Prodecoop	Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária
Prodes	Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia
Prodetur	Programa de Desenvolvimento do Turismo
Proex	Programa de Financiamento às Exportações
Profrota	Programa de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional
Proinfra	Programa de Infraestrutura do Ministério da Ciência e Tecnologia
ProJovem	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
Promef	Programa de Modernização e Expansão da Frota da Transpetro
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Pronasci	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
Pronera	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
Pronex	Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (grupos organizados de pesquisadores e técnicos de alto nível para troca permanente de conhecimento)
Procapcred	Programa de Capitalização de Cooperativas de Crédito do BNDES
Protejo	Projeto de Proteção dos Jovens em Território Vulnerável
Prouni	Programa Universidade para Todos
Rais	Relação Anual de Informações Sociais
RDS	Reservas de Desenvolvimento Sustentável (federais)
Refap	Refinaria Alberto Pasquali
Regap	Refinaria Gabriel Passos
Renaesp	Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública
Renapi	Rede Nacional de Agentes da Política Industrial
Repar	Refinaria Presidente Getúlio Vargas
Replan	Refinaria do Planalto Paulista – Paulínia/SP
Reuni	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SIGLAS

<i>Sigla</i>	<i>Significado</i>
RFFSA	Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
RHAE	Recursos Humanos em Áreas Estratégicas (programa de formação)
RTID	Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação
SAC	Serviço de Atendimento ao Consumidor
SAE	Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
Saeb	Sistema de Avaliação da Educação Básica
Samu	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
Seagro	Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de Goiás
Seap	Secretaria de Especial de Aquicultura e Pesca
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDH	Secretaria Especial dos Direitos Humanos
Selic	Sistema Especial de Liquidação e Custódia – Taxa do Banco Central
Senad	Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas
SEP	Secretaria Especial de Portos
Seppir	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Sibratec	Sistema Brasileiro de Tecnologia
SIN	Sistema Interligado Nacional (energia elétrica)
Sinase	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (para adolescentes em conflito com a lei)
Sindec	Sistema Nacional de Defesa Civil
Sine	Sistema Nacional de Emprego
SNCTI	Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
SNPA	Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
Suas	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
SVS	Secretaria de Vigilância Sanitária
TCU	Tribunal de Contas da União
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFSCPA	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
Unicef	Fundo das Nações Unidas para a Infância (The United Nations Children's Fund)
Unifem	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (United Nations Development Fund for Women)
USA	Unidade de Suporte Avançado (Samu)
USB	Unidade de Suporte Básico (Samu)
UTI	Unidade de Tratamento Intensivo
ZDES	Zona de Desenvolvimento Sustentável
ZPE	Zona de Processamento de Exportação

DESTAQUES

Ações e programas do Governo Federal

